

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ELLEN GOMES PASSOS

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO NA
LUTA PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO
DE TRÊS ONGS FEMINISTAS RELEVANTES PARA O CONTEXTO NACIONAL**

Santana do Livramento

2022

ELLEN GOMES PASSOS

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO NA
LUTA PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO
DE TRÊS ONGS FEMINISTAS RELEVANTES PARA O CONTEXTO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Orientadora: Profa. Dra. Anna Carletti.

APTO PARA A BANCA



Santana do Livramento

2022

ELLEN GOMES PASSOS

**AS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO NA
LUTA PARA A IGUALDADE DE GÊNERO NO BRASIL: UM ESTUDO DE CASO
DE TRÊS ONGS FEMINISTAS RELEVANTES PARA O CONTEXTO NACIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido em: 21 de fevereiro de 2022.

Banca examinadora:

Profª. Dra. Anna Carletti
Orientadora
(UNIPAMPA)

Prof. Dr. Flávio Augusto Lira Nascimento
(UNIPAMPA)

Profª. Dra. Kamilla Raquel Rizzi
(UNIPAMPA)

Para minha amada sobrinha Lívia: que saibas sempre valorizar a importância e a riqueza da educação. Luto para que possamos usufruir de um mundo onde todos sejamos socialmente iguais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente aos meus pais, por todo o amor e dedicação. Por me fazerem compreender desde a infância o valor da educação, presenteando-me com todo o incentivo para que eu pudesse desenvolver meus estudos com tranquilidade e com a certeza de que, independentemente do lugar em que estiver, sempre terei um colo e um abrigo afetuoso para retornar.

Ao meu pai Everton, por me incentivar a construir o meu senso crítico e permitir que desde muito pequena tivesse a possibilidade de um espaço de debate dentro de casa. Por me permitir enxergar o mundo através dos meus próprios olhos, por mais difícil que seja.

À minha mãe Sheila, por ser um exemplo de força feminina. Por acreditar desde o princípio no meu potencial e me fazer enxergar do que sou capaz. Por enfrentar o receio de deixar seus passarinhos voarem para longe do ninho para que possam conquistar seus sonhos e alçar voos maiores.

Um agradecimento especial à minha professora orientadora Anna Carletti, a quem devo muito carinho e admiração. Agradeço por toda a paciência em meio a esse processo de escrita, por estar sempre disposta a me atender e me guiar nos momentos de dúvidas e incertezas. Por possibilitar a realização dessa pesquisa e pelo entusiasmo depositado na mesma, és uma inspiração pessoal e profissional!

À minha instituição Universidade Federal do Pampa, por proporcionar-nos um estudo gratuito e de qualidade. A todos os docentes, técnicos e servidores, sou imensamente grata pelas trocas de conhecimento. Aos professores do curso de Relações Internacionais, por todo o ensinamento depositado nos alunos e por permanecerem ao lado da educação mesmo em cenários desfavoráveis. Às professoras Nathaly Silva Xavier Schütz e Carmela Marcuzzo do Canto Cavalheiro, por me orientarem e concederem espaço de desenvolvimento em projetos que me proporcionaram muito aprendizado e experiências que me auxiliarão a delimitar meus caminhos futuros.

Aos meus irmãos Luisy e Everton e aos demais familiares, por serem o suporte necessário no momento certo. Em especial à minha irmã, que contribuiu muito na minha visão como mulher e me acolheu como uma filha durante os anos de graduação. Amo vocês mais do que posso transcrever em palavras.

À todos os meus amigos por serem a leveza do meu dia-a-dia, por me presentear com sorrisos e momentos especiais e por trilharem esse caminho junto a mim. Aos que já me

acompanhavam e aos que conheci em meio a universidade: saibam que carrego-os comigo com muito carinho e afeto, amo vocês!

E por fim, agradeço a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para minha formação pessoal e profissional até o presente momento.

“Não sou livre enquanto outra mulher for prisioneira, mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas.”

Audre Lorde

RESUMO

O presente trabalho tem como principal objetivo analisar de que forma os aportes teóricos do feminismo latino-americano destacam-se em relação à contribuição feminista do Norte global, tendo como cenário de análise o contexto da luta para a igualdade de gênero no Brasil, investigado por meio da observação da atuação de Organizações não Governamentais (ONGs) feministas brasileiras com maior relevância no contexto nacional. Sendo assim, escolheram-se como objeto de estudo as seguintes organizações: SempreViva Organização Feminista, caracterizada como a primeira ONG feminista criada em território brasileiro; SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, relevante para o presente trabalho por se tratar de uma organização criada no Nordeste brasileiro e apresentar-se bastante ativa socialmente no continente latino-americano; e a organização Geledés - Instituto da Mulher Negra, a primeira ONG brasileira criada e dirigida inteiramente por mulheres negras. Desse modo, visando compreender a influência do pensamento feminista decolonial latino-americano na militância feminista brasileira, a pesquisa se utilizará de análise inicial político-histórica, partindo do surgimento do feminismo latino-americano a partir dos movimentos de reivindicação e conscientização feminina do Norte global, a fim de desvendar as novas experiências do ativismo político e social do feminismo por meio da utilização da intersecção entre raça, classe e gênero como pauta principal, contribuindo para um melhor entendimento da origem do feminismo latino-americano enquanto teoria e do conceito interseccionalidade. Em vista disso, o presente estudo pretende contribuir com o campo da produção científica feminista dentro da área de conhecimento das Relações Internacionais, a qual é considerada uma área tardiamente explorada em questões de gênero, raça e classe, como mencionado por Nogueira; Messari (2005), utilizando como referencial bibliográfico as contribuições de nomes pioneiros no tema, como María Lugones, Lélia Gonzalez, Yuderkys Espinosa, Chandra Mohanty, Audre Lorde, entre outras tantas autoras as quais possuem intensa atividade teórica sob os espectros feministas não-brancos e decoloniais, aspirando conferir um caráter multidimensional ao feminismo global.

Palavras-chave: Feminismo Latino-americano; Teoria Política Feminista; Estudos de Gênero.

ABSTRACT

The main objective of this work is to analyze how the theoretical contributions of Latin American feminism stand out in relation to the feminist contribution of the global North, having as a scenario of analysis the context of the struggle for gender equality in Brazil, investigated by through the observation of the performance of Brazilian feminist Non-Governmental Organizations (NGOs) with greater relevance in the national context. Therefore, the following organizations were chosen as object of study: SempreViva Organização Feminista, characterized as the first feminist NGO created in Brazilian territory; SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, relevant for the present work because it is an organization created in the Brazilian Northeast and presents itself very socially active in the Latin American continent; and the organization Geledés - Instituto da Mulher Negra, the first Brazilian NGO created and directed by black women. Thus, in order to understand the influence of Latin American thought on Brazilian feminist militancy, the research will use an initial political-historical analysis, starting from the emergence of Latin American feminism from the movements of demand and female awareness in the global North, the in order to unveil the new experiences of political and social activism of feminism through the use of the intersection of race, class and gender as the main agenda, contributing to a better understanding of the origin of Latin American feminism as a theory and the concept of intersectionality. In view of this, the present study intends to contribute to the field of feminist scientific production within the area of knowledge of International Relations, which is considered a lately explored area in terms of gender, race and class, as mentioned by Nogueira; Messari (2005), using as a bibliographic reference the contributions of pioneering names on the subject, such as María Lugones, Lélia Gonzalez, Yuderlys Espinosa, Chandra Mohanty, Audre Lorde, among many other authors who have intense theoretical activity under the non-white feminist spectrum and decolonial, aspiring to give a multidimensional character to global feminism.

Keywords: Latin American Feminism; Feminist Political Theory; Gender Studies.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 DO NORTE PARA O SUL: CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO.....	14
2.1 Como se desenvolveu o feminismo latino-americano a partir do feminismo hegemônico do Norte global.....	14
2.2 O pós-colonialismo como pauta de inserção teórica.....	23
2.3 Construção teórica e política do feminismo latino-americano.....	27
3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO.....	33
3.1 A emancipação da teoria feminista no contexto latino-americano.....	37
3.1.1 Diálogos entre a teoria decolonial e o pensamento feminista latino-americano.....	39
3.2 A consolidação de um feminismo a partir do Sul global: a voz própria das feministas latino-americanas.....	43
4 PILARES E CONCEITOS: DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO.....	47
4.1 O ponto de inserção da interseccionalidade no movimento feminista.....	53
4.2 O pensamento interseccional sob a ótica latino-americana.....	58
5 APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A MILITÂNCIA E A ACADEMIA.....	63
5.1 Atuação prática do movimento feminista latino-americano por meio de Organizações não Governamentais (ONGs).....	64
5.2 Utilização do feminismo latino-americano para embasar a luta pela igualdade de gênero no Brasil: análise de três relevantes ONGs feministas do país.....	71
5.2.1 SempreViva Organização Feminista (SOF).....	74
5.2.2 SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia.....	78
5.2.3 Geledés - Instituto da Mulher Negra.....	82
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
REFERÊNCIAS.....	92

1 INTRODUÇÃO

O feminismo, enquanto movimento moderno, surge em meados do século XIX em território europeu em torno da demanda pela garantia de direitos sociais e políticos às mulheres. Em seu primeiro momento, o movimento mobilizou diversos grupos femininos, com a presença predominante de mulheres brancas e de classe média/alta, com o intuito principal de reivindicar direitos como o direito pleno ao voto e ao trabalho, visando a igualdade de gênero e a defesa da plena cidadania à todos, sem distinções sexistas.

Articulado inicialmente a partir de rodas de conversas organizadas pelos membros do movimento em formato de encontros semanais, a luta sufragista, como ficou conhecido o primeiro momento de atuação do movimento feminista, inspirava-se em ideais democráticos de igualdade e liberdade, lutando pelo direito de inserção e atuação na vida política pós-Revolução Industrial, denunciando relações sociais de poder local refletidas à nível internacional, como é abordado pelas autoras Cynthia Enloe (1989) e J. Ann Tickner (1992).

Entretanto, apesar de caracterizar-se como um marco para o desenvolvimento dos demais feminismos, considera-se que o movimento feminista precursor, por ter suas bases enraizadas em modelos sociais ocidentais e eurocentristas, acabou não reconhecendo a reprodução de narrativas coloniais que eram refletidas no movimento. Dessa forma, é possível afirmar que os conceitos do feminismo hegemônico acabam não incorporando as vozes das mulheres subalternas de Terceiro mundo, o que permitiu, ao longo do tempo, que as mulheres fossem todas englobadas em uma narrativa só, sem analisar as diferentes posições de poder em que se encontram.

À vista disso, o feminismo latino-americano desenvolve-se a partir da década de 1970, em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias autoritárias (COSTA, 2005). Questionando o caráter político presente na opressão vivenciada pelas mulheres latino-americanas, o movimento trouxe ao centro do debate o princípio de que as opressões de gênero, raça, classe social, etnia (entre outras) não ocorrem de forma isolada ou individualizada em um mundo privado e pessoal, mas sim, que essas diversas opressões sofridas pelas mulheres latino-americanas estão estruturadas por fatores públicos, por leis que instituem violações ao corpo feminino, por políticas que viabilizam a divisão sexual do trabalho tanto dentro do lar quanto fora dele. Ou seja, o feminismo latino-americano suplica por uma redefinição do poder político, visando realocar a forma de entender a política e o poder e de questionar todas as formas de poder que operam sobre as mulheres da região, reforçando seu compromisso com uma mudança radical das

relações sociais a partir do interesse profícuo em promover um projeto mais amplo de reforma social.

Para tanto, o presente trabalho se propõe a analisar inicialmente as origens do feminismo latino-americano enquanto feminismo de Terceiro mundo a fim de compreender a importância do aporte teórico para o movimento social. Além disso, pretende-se contextualizar acerca da origem e criação do feminismo latino-americano enquanto pensamento crítico, preocupado com políticas que levem em conta a desigualdade de raça, classe e gênero no qual vivem as mulheres da região, como mencionado por Yuderkis Espinosa-Miñoso (2014), preocupações essas que acabam ausentes no feminismo hegemônico por conta de uma colonização discursiva presente nos discursos feministas predominantemente ocidentais.

Dessa maneira, tal pesquisa focar-se-á em responder o seguinte questionamento: quais os aportes do pensamento feminista latino-americano em relação ao pensamento feminista do Norte global na luta para a igualdade de gênero no Brasil? Para isso, o trabalho estenderá sua análise ao estudo de conceitos que permeiam entre a produção bibliográfica do feminismo latino-americano enquanto movimento, a fim de legitimar a luta pela igualdade de gênero no Brasil, levando em consideração o tecido histórico, político e social do país, atentando às intersecções entre cultura, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica existentes nos contextos tanto locais (brasileiro) quanto regionais (América Latina).

De tal modo, a pesquisa se justifica de acordo com a relevância do tema para a academia brasileira e latino-americana, a fim de fortalecer os estudos acadêmicos voltados para a militância feminista regional, a qual resiste e persiste em um cenário instintivamente violento e pouco abordado, já que a maior parte de nossos países padeceu de profundas e dolorosas discontinuidades institucionais, das quais não ficaram marginalizadas nem a prática feminista ou o movimento de mulheres em geral, como também a reflexão teórica em particular (FEMENÍAS, 2005).

De acordo com as divisões da teoria feminista enquanto movimento, entende-se que o feminismo decolonial latino-americano é caracterizado por ser uma teoria bastante recente, não tendo sido conhecida ou estudada suficientemente de modo universal. A partir disso, admite-se a importância de se pesquisar a área da temática abordada, já que, como bem mencionado por Lélia Gonzalez (2020) o feminismo, enquanto teoria e prática, desempenhou um papel fundamental em nossas lutas e conquistas, “à medida em que, ao apresentar novas perguntas, não somente estimulou a formação de grupos e redes, também desenvolveu a busca de uma nova forma de ser mulher” (GONZALEZ, 2020, p.127).

Além disso, busca-se contribuir com os estudos de origem feminista nas Relações Internacionais pelo fato da área se diferir dos outros campos de conhecimento das Ciências Sociais, tendo incluído tardiamente a discussão feminista em sua agenda (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017). Para tanto, a presente pesquisa trabalha com teorias feministas que possibilitam e incluem a epistemologia de um discurso voltado para “as diferenças dentro da diferença” (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017, p.2), pautadas a partir das experiências latino-americanas e de novos questionamentos, já que a teoria política feminista diante de sua relação com as contribuições pós/decoloniais deve estar permanentemente aberta para a possibilidade de novos saberes e posicionamentos.

Portanto, considera-se de suma importância para o presente estudo colaborar para um melhor entendimento do feminismo latino-americano e para a compreensão de conceitos como interseccionalidade e colonialidade, já que o trabalho possui como objetivo principal identificar de que forma os aportes teóricos do feminismo latino-americano destacam-se em relação à contribuição feminista do Norte global perante o contexto da luta para a igualdade de gênero no Brasil. Diante disso, o trabalho ainda possui como objetivos:

- I. Analisar o surgimento do feminismo latino-americano a partir dos movimentos de reivindicação e conscientização feminina do Norte global;
- II. Compreender as novas experiências do ativismo político e social do feminismo a partir da utilização da interseccionalidade de raça, classe e gênero como pauta principal, diferenciando-se do feminismo hegemônico;
- III. Investigar a influência das contribuições do pensamento latino-americano na militância feminista brasileira por meio da observação da atuação de ONGs (Organizações não Governamentais) feministas brasileiras com maior relevância no contexto nacional.

Para tal, utilizar-se-á o método científico hipotético-dedutivo, com uma abordagem de pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. A pesquisa dependerá de uma investigação histórica inicial que tratará do princípio de criação e desenvolvimento do feminismo latino-americano como movimento social e teórico, buscando analisar em quais pontos esse feminismo difere do feminismo hegemônico, levando em consideração a conjuntura histórica e política da América Latina enquanto região terceiro mundista e entendendo que o desenvolvimento de uma abordagem decolonial e interseccional acerca do feminismo caracteriza-se como uma necessidade local.

Além disso, a fim de analisar posteriormente as contribuições teóricas que a construção desse movimento feminista latino-americano trouxera, pretender-se-á realizar uma

pesquisa de caráter exploratório a partir do material encontrado em livros, artigos científicos e de periódicos, monografias e trabalhos realizados dentro do contexto acadêmico latino-americano, buscando estabelecer um diálogo entre a teoria em pesquisa e os fatos apresentados. Ainda, visa-se com o presente estudo, compreender de que forma o pensamento feminista latino-americano contribui para a militância feminista brasileira ativa, por meio da análise de três ONGs (Organizações não Governamentais) feministas brasileiras escolhidas a partir do critério de relevância de suas atuações.

Diante disso, o trabalho se dividirá em quatro capítulos: sendo o primeiro uma análise histórica da criação do feminismo latino-americano enquanto projeto prático e teórico, descrevendo de forma introdutória o feminismo do Norte global para conceder o contexto de desenvolvimento do feminismo latino-americano. O segundo capítulo apresentará as principais contribuições teóricas do feminismo latino-americano, influenciando acerca dos diálogos do mesmo com outras teorias, como a teoria decolonial, a fim de estruturar um pensamento crítico consolidado a partir do Sul. O terceiro capítulo se caracteriza como um estudo prático dos pilares e conceitos do feminismo latino-americano, trazendo à análise o entendimento do pensamento interseccional. Por fim, o quarto e último capítulo do trabalho prevê a análise de três Organizações não Governamentais feministas e brasileiras, a fim de observar as evidências que podem validar ou falsear a hipótese levantada de que o pensamento feminista latino-americano contribui na reivindicação e na luta pela construção de um cenário que possibilite a igualdade de gênero no Brasil. Desse modo, a partir dos critérios computáveis de análise apresentados durante a presente pesquisa, a hipótese pôde ser corroborada.

2 DO NORTE PARA O SUL: CONTEXTO HISTÓRICO DE CRIAÇÃO DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

Neste capítulo inicial tem-se como principal objetivo analisar o surgimento do feminismo latino-americano a partir dos movimentos de luta pela emancipação feminina advindas do Norte global, levando em consideração as origens do movimento feminista hegemônico e o ponto de inserção das narrativas latino-americanas ao movimento. Dessa forma, pretende-se compreender o pluralismo do movimento feminista latino-americano e suas várias vertentes, as quais têm crescido veementemente nos últimos anos e adquirido não apenas maior relevância nos centros de debates internacionais, mas também, têm desenvolvido uma nova experiência prática e militante dos vários tipos de feminismos presentes no continente, uma vez que parte-se do pressuposto de que a América Latina é uma região composta de diversos países, etnias e classes que se diferenciam entre si, conferindo aos trabalhos variadas interpretações da realidade.

Como mencionado em Alvarez *et al.* (1994), em alguns casos, esses movimentos desafiaram continuamente regimes opressivos (como por exemplo, no Chile); em outros, conseguiram reconhecimento de seus governos (como nos casos vivenciados pela Nicarágua e Brasil). Em outros ainda, as lutas combinadas das mulheres e do povo (como em Honduras, El Salvador e Guatemala) acabam conferindo novas definições do que é ser feminista. Ademais, considera-se interessante mencionar que o propósito do presente trabalho não consiste em generalizar os numerosos tipos de feminismos existentes no continente latino-americano em apenas um, mas sim, compreender o desenvolvimento do movimento feminista da América Latina como um todo, a fins de caracteres analítico e epistemológico, levando em consideração as diversas manifestações da teoria feminista latino-americana desenvolvidas na região.

2.1 Como se desenvolveu o feminismo latino-americano a partir do feminismo hegemônico do Norte global

Inicialmente, vale mencionar que o feminismo enquanto movimento social é caracterizado como um movimento moderno, surgido no contexto das ideias iluministas¹ e das ideias transformadoras das Revoluções Francesa e Americana e se desenvolvendo em primeiro momento em torno da demanda por direitos sociais e políticos (COSTA, 2005). Em

¹ “[...] todo feminismo é um movimento ilustrado quanto às suas raízes e a suas pretensões reivindicativas. De fato, as reivindicações feministas são possíveis a partir dos pressupostos do iluminismo ou dos iluminismos, a saber, a universalidade da razão, da liberação dos preconceitos, o horizonte de emancipação...” (PETIT, 1993, p. 7).

seu princípio, mobilizou mulheres advindas da Europa Ocidental, dos Estados Unidos, de alguns países da Oceania e posteriormente, da América Latina, se caracterizando como um movimento incessantemente pluralizado e definido como uma “teoria política que coexiste e interage com um movimento político dedicado a erradicar os problemas que mulheres enfrentam em função de seu sexo”, como mencionado por Sjoberg e Via (2010, p.9, tradução nossa)².

De acordo com Pinto (1992), o movimento feminista organiza-se para lutar contra uma condição: não é a luta por políticas públicas, por revisões de códigos de direito ou mesmo por creches, delegacias, etc. que constituem o movimento, mas sim, “a luta contra uma condição dada historicamente pela desigualdade nas relações de gênero, que se expressam ao nível público e ao nível privado, ao nível da razão e do afeto, do trabalho e do prazer, da obrigação e do desejo” (PINTO, 1992, p.132). Ou seja, segundo a autora, o movimento feminista não incluiria expressões de movimentos sociais que, mesmo contando com a participação ou liderança de mulheres, não colocassem em questão as desigualdades existentes nas relações de gênero.

Para além disso, é importante ressaltar o caráter dualista que o movimento carrega, com sua aplicação no meio acadêmico e na militância, o que conferiu-lhe diversas produções teóricas e práticas ao longo do tempo. De acordo com essa perspectiva, entende-se que o movimento feminista é um movimento que produz sua própria reflexão crítica, sua própria teoria, no momento em que se desenvolve por meio de uma dupla característica: a militante e a teórica. “Tanto o movimento feminista quanto a sua teoria transbordaram seus limites, provocando um interessante embate e reordenamento de diversas naturezas na história dos movimentos sociais e nas próprias teorias das Ciências Humanas em geral” (PINTO, 2010, p.15). Nesse sentido, é importante deixar claro que a análise do presente trabalho pretende estudar as contribuições teóricas do movimento feminista latino-americano para a Academia, a fim de compreender sua aplicação na prática militante, a qual cresceu muito nas últimas décadas no cenário regional e global.

Entretanto, apesar dos intensos debates internacionais que o movimento tem incentivado nos últimos anos, a história do feminismo ainda é muito recente quando comparado às demais teorias políticas das Relações Internacionais (RI) e da própria área de estudo das Ciências

²“Putting these elements together, we can describe the function of feminism as a political theory that coexists with and interacts with a political movement dedicated to eradicating the problems that women experience because of their sex” (SJOBERG & VIA. *Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives*. 2010, p.9).

Sociais Aplicadas³, de modo que os primeiros ensaios relacionados aos direitos de emancipação feminina são datados a partir das primeiras décadas do século XIX, com o surgimento do sufrágio feminino, ou primeira onda do feminismo, como ficara conhecido o movimento responsável pela defesa do direito ao voto e ao trabalho em condições viáveis para as mulheres, visando a igualdade de gênero na promoção dos direitos contratuais e de propriedade.

Dessa maneira, pode-se inferir que o movimento feminista é categorizado analiticamente sob a perspectiva de “ondas”. A primeira, como mencionado acima, é caracterizada pelo movimento sufragista, no qual as mulheres se organizaram socialmente para reivindicar seus direitos políticos. A segunda onda é identificada como um movimento de libertação (NOVELLINO, 2006), já que a partir da mesma as feministas passaram a discutir a sua sexualidade e as relações de poder que se estabelecem entre homens e mulheres. A terceira onda, por sua vez, acaba surgindo da crítica de feministas da segunda onda, as quais teriam substituído “uma concepção androcêntrica de sujeito universal por uma concepção ginocêntrica de mulher universal” (NOVELLINO, 2006, p.3), tendo como principal objeto de análise as diferenças entre as mulheres.

A primeira onda do movimento feminista, portanto, fora incentivada predominantemente por mulheres brancas, de classe média, “educadas, principalmente, nas áreas das Humanidades, da Crítica Literária e da Psicanálise” (PINTO, 2010, p.15), tendo seu princípio no Reino Unido e estendendo sua atuação para a França, Países Baixos e Estados Unidos, por meio da organização de manifestações inspiradas em ideais democráticos de liberdade e igualdade, que tinham como objetivo principal a garantia dos direitos femininos, dando destaque principal ao direito ao voto.

Como bem analisado por Halliday (1999), o movimento feminista sufragista ficou conhecido como “um dos mais marcantes movimentos transnacionais dos últimos tempos” (HALLIDAY, 1999, p.71), por conta do seu caráter abrangente e das reivindicações sociais impulsionadas pelo mesmo, já que as *suffragettes*, como ficaram conhecidas, promoveram diversas manifestações visando o incentivo ao debate acerca da realidade da mulher na sociedade, promovendo a garantia do direito ao voto feminino na Nova Zelândia no ano de

³De acordo com a autora Ana Alice Alcântara Costa (2005), até os anos 1980, os teóricos da ciência política não consideravam a cidadania no marco das problemáticas das relações de gênero. A luta contra as discriminações das mulheres em matéria de direitos políticos tem sido uma das ênfases do movimento feminista, desde seu surgimento quando ainda lutava pelo acesso das mulheres à educação e à conquista dos direitos civis mais elementares. Só recentemente a teoria política, a partir da contribuição das feministas, têm se preocupado em superar o dilema igualdade/diferença, dando ênfase a uma cidadania democrática que reconheça a diversidade e o pluralismo.

1893 e no Reino Unido no ano de 1918, que anos depois viriam a ser considerados os marcos históricos da primeira onda do movimento feminista.

Nos países latino-americanos, a exemplo do Chile, Brasil, Argentina, México, Peru e Costa Rica, as primeiras manifestações feministas surgiram na primeira metade do século XIX⁴, em especial “através da imprensa feminina, principal veículo de divulgação das ideias feministas naquele momento” (COSTA, 2005, p.2). Logo, na primeira década do século XX, era possível identificar a existência de diversas organizações que se autodenominavam feministas em consonância com ideais socialistas, anarquistas e liberais em vários países da América Latina. Na maioria desses países, os processos de organização das mulheres ocorreram simultaneamente ao processo de organização das classes populares, fortemente influenciadas pelo pensamento socialista e anarquista de caráter internacional (VALDÉS, 2000; MOLYNEUX, 2003). É relevante acrescentar ainda que, essas organizações que se identificavam como feministas eram responsáveis por discutir e propagar os direitos da mulher, as quais, no contexto latino-americano, passaram a organizar encontros e congressos de caráter regional e internacional como uma frequente iniciativa do movimento.

Como foi, em 1906, o Congresso Internacional do Livre Pensamento organizado pelo Centro Feminista de Buenos Aires, e o Primeiro Congresso Internacional Feminista, realizado também na Argentina, em 1910. O eixo articulador desses congressos é a demanda pela igualdade jurídica e o direito ao voto. (COSTA, 2005, p.3)

Em território nacional, pode-se acrescentar que são algumas mulheres instruídas, que pertenciam aos setores de classes médias e altas que acolhem e disseminam as primeiras ideias feministas trazidas ao cenário nacional pelas publicações de Nísia Floresta Brasileira Augusta⁵, pseudônimo da nordestina Dionísia Gonçalves Pinto. Nesse contexto, ao final do século XIX, as mulheres brasileiras incorporadas à produção social representavam “uma parte significativa da força de trabalho empregada, as quais ocupavam de forma cada vez mais

⁴“A história do feminismo latino-americano registra a revista *El Correo de las Damas*, editada em Cuba a partir de 1811, como a primeira publicação feminista na região. Posteriormente, surgem *La Argentina*, *La Aljaba* e *La Camélia*, na Argentina, e *El Seminario de las Señoritas Mexicanas* e a *Sempreviva*, no México. Na segunda metade do século XIX, são publicadas: *O Jornal das Senhoras*, *o Belo Sexo*, *O Domingo*, *o Jornal das Damas* e *o Sexo Feminino*, no Brasil; *La Mujer*, no Chile; *La Alborada* e *El Alburn* no Peru; e *El Rocío*, na Colômbia. Já em fins de tal século, havia o *El Alburn*, na Bolívia; *El Alburn de la Mujer*, no México, *o Direito das Damas*, *A Família*, *A Mensageira*, no Brasil; *El Eco de las Señoras de Santiago*, no Chile; e *La Voz de las Mujeres*, na Argentina” (VALDÉS, 2000, p. 22-23; COSTA PINHEIRO, 1981, p. 55).

⁵“Considerada a primeira feminista brasileira, Nísia Floresta, depois de estudar na Europa e conviver com as feministas de lá, regressa ao Brasil e pública em 1832 a tradução da obra pioneira de Mary Wollstonecraft, *A vindication of the rights of women*, marcando, assim, o despertar da consciência crítica da condição feminina no Brasil. Posteriormente, Nísia pública, de sua autoria, o livro *Opúsculo humanitário*, em 1835, e em 1842, o livro *Conselhos a minha filha*, nos quais defendia a necessidade da educação para a mulher como a única forma de garantir sua emancipação, seguindo a mesma linha de Wollstonecraft.” (COSTA; SARDENBERG, 1994, p. 95).

crescente o trabalho na indústria, chegando a constituir a maioria da mão-de-obra empregada na indústria têxtil”⁶ (COSTA, 2005, p.3). Essas mulheres, influenciadas por ideais anarquistas e socialistas (COSTA, 2005) importados pelos imigrantes trabalhadores europeus advindos em sua maioria da Espanha e da Itália, foram sendo incorporadas às lutas sindicais na defesa e busca por melhores salários e melhores condições de trabalho, higiene e saúde, além de reivindicarem o combate às discriminações e abusos as quais eram submetidas por conta da sua condição de gênero.

Ainda no cenário brasileiro, concede-se importante destaque para a criação do *Partido Republicano Feminino (PRF)*⁷, feito realizado em 1910 na cidade do Rio de Janeiro pela professora e jornalista baiana Leolinda de Figueiredo Daltro (1860-1935) com o intuito de mobilizar e recrutar mulheres na luta pelo sufrágio feminino. Apesar de se intitular como “partido”, o mesmo era composto por cidadãos que não possuíam direitos políticos. Destaca-se também a criação da Associação Feminista, esta de cunho anarquista, a qual possuía forte influência em greves operárias realizadas no ano de 1918 na cidade de São Paulo. Cabe ressaltar ainda que “as duas organizações foram muito ativas e chegaram a mobilizar um número significativo de mulheres” (COSTA, 2005, p.3).

Já em 1919, as *sufragetes* brasileiras ficaram publicamente conhecidas pela liderança de Bertha Lutz (1894-1976), bióloga e cientista de importância para o país, a qual se dedicou intensamente aos estudos no exterior por anos, abrindo possibilidades para que a mesma obtivesse contato direto com as reivindicações feministas que estavam sendo realizadas em território europeu e estadunidense. A cientista, recém-chegada de Paris ao se graduar em biologia na *Universidade de Sorbonne*, retorna para o Brasil trazendo consigo a causa da luta pelo voto feminino e pelo direito de expansão feminina, fundando juntamente com a professora e escritora Maria Lacerda de Moura (1887-1945) a *Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher (LEIM)* na cidade do Rio de Janeiro. A Liga, por sua vez, se caracterizava como um grupo de estudos “que buscava a emancipação intelectual das mulheres, e que assumiu a luta pelo voto feminino” (NOVELLINO, 2006, p.3).

⁶A industrialização trouxe junto a inserção massiva das mulheres no trabalho fabril ao qual, se se considera o total da mão-de-obra empregada no setor têxtil, o sexo feminino contribuiu com mais de 60%, chegando em alguns setores, como juta, à cifra de 74% do proletariado. Paralelamente ao desenvolvimento do setor industrial têxtil e junto com a expansão urbana se produziu também, nesse período, o incremento do mercado de trabalho informal" (SAMARA; MATOS, 1993, p. 325).

⁷“O PRF era composto, majoritariamente, por professoras, as quais organizaram, em 1917, uma marcha com cerca de 90 mulheres no Rio de Janeiro (então Capital Federal), na qual se exigia a extensão dos votos às mulheres. Desaparece, porém, ao final da mesma década em que foi criado. O PRF também tinha como bandeiras a emancipação das mulheres e que os cargos no serviço público fossem abertos a todos os brasileiros independente do sexo” (NOVELLINO, 2006, p. 3).

A atuação das ativistas da Liga consistia em conceder entrevistas locais, escrever artigos para jornais sobre a importância do direito ao voto para as mulheres e promover subsídios para parlamentares, o que fez com que Maria Lacerda de Moura (militante comunista que pensava o feminismo no contexto da luta de classes) acabasse deixando o grupo de Bertha Lutz ao alegar que a luta de suas companheiras iria beneficiar algumas poucas mulheres⁸ (NOVELLINO, 2006). Com a saída de Moura do projeto, a *LEIM* foi rebatizada como *Liga pelo Progresso Feminino*, passando a ser denominada como *Federação Brasileira pelo Progresso Feminino* a partir da adesão de outros Estados no ano de 1922, ficando conhecida por caracterizar a organização civil que permitiu a realização de uma campanha pública pelo direito ao voto feminino no Brasil. As lideranças feministas da FBPF eram representadas por uma elite de mulheres educadas, muitas com diploma universitário, “as quais eram filhas de industriais, intelectuais, militares, políticos ou profissionais liberais [...], que por meio de viagens e/ou leituras, tomavam conhecimento das ações das ativistas dos movimentos feministas europeu e estadunidense” (NOVELLINO, 2006, p.4).

Dessa maneira, pode-se afirmar que a partir dos anos 1920 a luta sufragista advinda do contexto euro-americano se ampliou para os países latino-americanos sob a condução de mulheres de classe alta e média (COSTA, 2005), como já abordado anteriormente. Através de inúmeras manifestações e ações diretas junto ao aparelho legislativo de seus países, a elite de mulheres latino-americanas conquistou o direito ao voto a partir de 1929, tendo o Equador como país pioneiro da região a estabelecer o voto feminino, tornando-se o terceiro país das Américas a instituí-lo, ficando apenas alguns anos atrás do Canadá (1919) e dos Estados Unidos (1920).

No Brasil, Uruguai e Cuba, o voto feminino se institui no início dos anos 1930; e na Argentina e Chile, logo após o final da Segunda Guerra Mundial. As mulheres do México, Peru e Colômbia só vão conquistar o voto na década de 1950. A partir da conquista do direito de voto, o movimento feminista entra em um processo de desarticulação na grande maioria dos países latino-americanos, acompanhando a tendência ocorrida nos Estados Unidos e Europa (JAQUETTE, 1994). Em linhas gerais, esse primeiro momento do movimento feminista latino-americano imbuído inteiramente pelos ideais proporcionados pelas feministas europeias e estadunidenses pode ser considerado “de cunho conservador no que se refere ao

⁸De acordo com Pinto (2003, p. 10), a partir de Lutz e Moura pode-se identificar as duas tendências do movimento feminista brasileiro: o ‘feminismo bem comportado’, liderado por Bertha Lutz, e o ‘feminismo mal comportado’, que se enquadraria Maria Lacerda de Moura. Segundo Novellino (2006, p. 4) essa diferença tem a ver com as classes sociais das feministas. As ‘bem comportadas’ voltavam-se para os anseios das mulheres das classes média e alta: direitos políticos. As ‘mal comportadas’ preocupavam-se com os direitos das trabalhadoras das classes baixas que cumpriam extensos horários de trabalho e sofriam assédio dos seus chefes ou patrões.

questionamento da divisão sexual dos papéis de gênero” (COSTA, 2005, p.3), já que acabavam reforçando “estereótipos e tradições patriarcais na medida em que utilizavam as ideias e representações das virtudes domésticas e maternas como justificativa para suas demandas” (COSTA, 2005, p.3). De acordo com Molyneux (2003), as mulheres acabaram aceitando o princípio da diferença sexual que lhes era imposto pelo sistema, mas rechaçavam-o como fundamento para a discriminação injustificada. “As líderes dos movimentos de mulheres criticaram seu tratamento diante da lei e impugnam os termos de sua exclusão social e política, mas o fizeram de forma que reconheciam a importância do seu papel na família” (MOLYNEUX, 2003, p. 79).

Sendo assim, após o período de conquistas iniciais do movimento feminista hegemônico, com o advento da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) ocorre um período de dormência nas produções feministas teóricas e militantes. O movimento feminista precursor acaba perdendo força na Europa e nos Estados Unidos durante a década de 1930 e só retorna com devida relevância acadêmica em território estadunidense na década de 1960, com o desenvolvimento da segunda onda do feminismo, impulsionada pela “desilusão de mulheres de esquerda com o machismo que encontraram dentro de grupos militantes de esquerda, onde suas reivindicações eram menosprezadas” (PAIVA, 2014, p.13). A segunda onda feminista ficou conhecida e marcada no Ocidente pelas produções teóricas de Simone de Beauvoir, em especial pela produção literária *O Segundo Sexo*⁹, ampliando o debate feminista sobre as desigualdades enfrentadas pelas mulheres em uma sociedade sexista. Além disso, Betty Friedan publica em 1963 o livro que desencadeou um marco da nova onda feminista, intitulado *A mística feminina*.

Ainda, considera-se interessante acrescentar o fato de que, apesar de haver trabalhos teóricos defendendo a emancipação feminina datados antes mesmo da primeira onda do movimento, fora apenas durante a segunda onda do feminismo que o movimento adentrou à Academia de fato, instituindo cursos que debatiam a “História da Mulher” ou então “Estudos da Mulher”, referenciando pautas relacionadas exclusivamente ao gênero. Apesar de serem considerados estudos ilegítimos para estarem inseridos na universidade, diversas professoras colocaram suas vidas e carreiras em risco para promoverem o tópico. Segundo Messer-Davidow (2002), as primeiras conferências acadêmicas sobre a temática de gênero

⁹Originalmente escrito e publicado em 1949 na França e traduzido para a língua inglesa apenas em 1953. Admite-se como interessante mencionar que durante o processo de escrita do livro, Simone de Beauvoir não se considerava feminista, passando a utilizar o termo para se auto-definir a partir dos anos 1972, como mencionado por Schneir (1994).

foram promovidas em meados da década de 1970, e a primeira revista acadêmica dedicada ao tema (*Feminist Studies*, de 1972), foi publicada.

Durante esse processo, o movimento feminista deixa de analisar apenas problemáticas institucionais e passa a conferir legitimidade a temas como desigualdade de gênero, relações de poder entre homens e mulheres, direitos reprodutivos¹⁰, entre outras desigualdades informais, formais e, principalmente, estruturais, levando em consideração que vive-se em uma sociedade permeada por padrões sistemáticos de opressão, como mencionado pela autora Segran (2014). Com a difusão do slogan atribuído à autora Simone de Beauvoir: “o pessoal é político”, a segunda onda do feminismo revelou conjuntamente algumas inconsistências do feminismo hegemônico, já que as pautas levantadas pelo mesmo eram relevantes predominantemente para mulheres euro-estadunidenses, brancas e de classe média-alta, transparecendo o movimento como ocidental e eurocentrista.

Dessa forma, a segunda onda do feminismo surge na América Latina nos anos 1970, “em meio ao autoritarismo e à repressão dos regimes militares dominantes e das falsas democracias claramente autoritárias” (COSTA, 2005, p.4), caracterizando-se como um feminismo de resistência e revolucionário. Surge como consequência da resistência das mulheres à ditadura militar, por conseguinte, intrinsecamente ligada aos movimentos de oposição que lhe deram uma especificidade determinante (LEON, 1994; JAQUETTE, 1994; MOLYNEUX, 2003). Nesse processo de transição de regimes autoritários a participação feminista na América Latina passa a ser ainda mais intensa, impactando o movimento feminista internacional, que por sua vez vinha institucionalizando cada vez mais o movimento, tendo como marco a ocorrência da *I Conferência Mundial sobre a Mulher* organizada pelas Nações Unidas no ano de 1975 em território mexicano.

As mulheres encabeçaram os protestos contra a violação dos direitos humanos por parte do regime; as mulheres pobres e da classe operária buscaram soluções criativas para as necessidades comunitárias como resposta ao total descuido governamental em relação aos serviços básicos urbanos e sociais; as mulheres operárias engrossaram as filas do novo movimento sindical brasileiro; as mulheres rurais lutaram pelos seus direitos à terra, aos quais eram continuamente usurpados pelas empresas agroexportadoras, as mulheres afro-brasileiras se uniram ao Movimento Negro Unificado e ajudaram a forjar outras expressões organizadas de um crescente movimento de consciência negra, anti-racista; as lésbicas brasileiras se uniram aos homens homossexuais para iniciar uma luta contra a homofobia; as mulheres jovens e as estudantes universitárias formaram parte dos movimentos estudantis militantes; algumas tomaram as armas contra o regime militar, outras trabalharam em partidos de oposição legalmente conhecidos. (ÁLVAREZ, 1994, p. 227)

¹⁰No mundo ocidental, a década de 1960 marcou intensamente as discussões acerca dos direitos reprodutivos, havendo a inserção das pílulas anticoncepcionais no mercado em países como Estados Unidos e Alemanha.

Nesse contexto, feministas em sua maioria negras e oriundas de países categoricamente classificados como em desenvolvimento e/ou subdesenvolvidos, passaram a tecer críticas sobre as pautas centrais do movimento feminista advindo do Norte global, criticando essencialmente alguns aportes teóricos desenvolvidos durante a segunda onda do feminismo por utilizarem a categoria “mulher” como única e homogênea, sem levar em consideração a maneira como os sistemas de opressão baseados em gênero, classe e etnia são interligados (KROLOKKE; SORENSEN, 2005), não reconhecendo a reprodução da colonialidade¹¹ que era refletida no movimento, a qual permite que mulheres possam se utilizar dos privilégios de raça e classe para dominar outras mulheres que se encontram em posições de poder inferiores.

À vista disso, o feminismo latino-americano, pensado por um projeto teórico-feminista que envolvesse considerações pós-colonialistas e pós-estruturalistas, emerge em um contexto conflitante com o padrão tradicional e com as hierarquias de gênero que eram incentivados e resguardados pelo contexto ditatorial. Por meio de discussões e questionamentos que pretendiam elaborar um feminismo propulsionado por mulheres colocadas historicamente em uma posição de subalternidade, a fim de nutrir-se a partir de perspectivas e estudos pós/decoloniais¹² constrói-se o objetivo de desenvolver um movimento que desse voz e visibilidade às diferenças terceiro-mundistas¹³, tanto geográficas quanto econômico-culturais, as quais se unem e se complementam baseando-se em experiências compartilhadas, trazendo ao debate feminista não apenas a voz latino-americana como um todo, mas as vozes negras, indígenas e não-heteronormativas, visando interseccionalizar¹⁴ o movimento ao invés de estratificá-lo.

O desenvolvimento das demais vertentes do movimento feminista¹⁵ marca também o princípio da eclosão da terceira onda do movimento, a qual se inicia na década de 1990 e está em curso até os dias atuais, visando conceder aos debates feministas uma maior pluralidade de

¹¹A fim de compreender melhor a adoção e utilização do termo colonialidade no presente trabalho, o mesmo será tratado posteriormente durante os próximos capítulos.

¹²As diferenças entre os termos “pós-colonial” e “decolonial” para a presente pesquisa serão tratadas ao longo do trabalho.

¹³O termo “Terceiro mundo” foi adotado inicialmente em meio ao cenário da Guerra Fria, durante a reunião de países asiáticos e africanos intitulada Conferência de Bandung, ocorrida em abril de 1955 na cidade de Java, na Indonésia. A utilização do termo definia como terceiro-mundistas todos aqueles países que não estavam diretamente alinhados com as duas superpotências do sistema bipolar: Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Atualmente, ao mesmo tempo em que é considerado obsoleto por alguns acadêmicos da área, o termo é utilizado por teóricos contemporâneos como uma forma de resistência à histórica marginalização permeada pela divisão socioeconômica global entre centro-periferia. Conferir: MIGNOLO, Walter. *Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade*. Rev. bras. Ci. Soc. [online], vol.32, n.94, 2017.

¹⁴Assim como o termo colonialidade, o termo interseccionalidade será apresentado com a devida relevância para o presente trabalho nas páginas a seguir.

¹⁵O movimento passa a ser identificado como *feminismos*, levando em consideração que suas vertentes passam a tratar de diversas interpretações da realidade, compostas de vários países, raças e classes distintas.

vozes, abrindo potencial espaço para a teorização produzida a partir dos países do Sul global. A produção teórica de uma corrente feminista decolonial acaba propondo uma análise mais profunda, partindo de um pressuposto político, sociológico e cultural, visando compreender e apontar as múltiplas consequências que a colonização trouxera para os problemas de gênero terceiro-mundistas, propondo a desmistificação da “sororidade mítica do feminismo clássico” (SANTOS, 2020, p.1). Por outro lado, vale mencionar que as várias faces do feminismo latino-americano não focam suas contribuições e debates apenas nos problemas de gênero, mas sim, buscam apontar os demais problemas sofridos pelas mulheres oriundas do Sul global, que muitas vezes permanecem em um local de subalternidade perante as pautas levantadas pelo feminismo hegemônico.

2.2 O pós-colonialismo como pauta de inserção teórica

A fim de compreender melhor o desenvolvimento da teoria feminista latino-americana como uma produção alinhada ao pós-colonialismo, considera-se interessante conceder à presente análise uma breve perspectiva do que é caracterizado como pós-colonialismo e como o mesmo se desenvolveu perante a área das Relações Internacionais (RI), já que, como abordado pela autora feminista Luciana Ballestrin (2021), “o caráter inter, trans, e multidisciplinar que as RI possuem é, em especial, convidativo a certa inflexão epistemológica que a torna mais comprometida com a diminuição das desigualdades entre países e mais representativa de sua diversidade cultural” (BALLESTRIN, 2021, p.182). Logo, pretende-se entender esse campo teórico com o objetivo de analisar algumas contribuições que o pós-colonialismo e o feminismo oferecem em termos epistemológicos e teóricos, explorando seus encontros, diálogos e colaborações ocorridos a partir dos anos 1970. Assim, vê-se projetar três diferentes agendas de pesquisa no campo das Relações Internacionais, dividindo-se em três áreas diferentes e complementares, sendo elas: pós-colonial, feminista e feminista pós-colonial.

Segundo Luciana Ballestrin (2021),

Quando aplicado às RI, o pós-colonialismo e o feminismo já possuem um acúmulo significativo e crescente de trabalhos desde 1990, sendo comum uma abordagem inter-relacional. Se as duas primeiras abordagens ainda são bastante incipientes no país, a proposição de uma terceira agenda integrada sugere um tratamento necessariamente dialógico entre ambas. (BALLESTRIN, 2021, p.182)

Vale abordar que as Relações Internacionais, enquanto disciplina acadêmica, visam demarcar objetos de investigação, debates teóricos e preocupações metodológicas que

cerceiam o Sistema Internacional (SI). Porém, sabe-se que a institucionalização da disciplina parte de um pressuposto de caráter científico ocidental, “apartado em um campo próprio de racionalidade privilegiada, com disciplinas e subdisciplinas, departamentos e institutos” (BALLESTRIN, 2021, p.180) que dominam e determinam a dinâmica global do conhecimento. Nesse sentido, estima-se que a própria ciência foi capaz de reproduzir relações coloniais e imperialistas no interior de seu desenvolvimento, ainda que associadas a processos correlatos maiores: colonialismo intelectual, imperialismo acadêmico e colonialidade do saber (LANDER, 2000; ALATAS, 2003)¹⁶.

Apesar de ainda considerado um campo de estudo elitista e colonial, tornando a área pouco representativa em termos globais (TICKNER; CEPEDA; BERNAL, 2013), a expansão das Relações Internacionais enquanto campo teórico e a abertura disciplinar para debates “pós-positivistas” ocorridos a partir da segunda metade do século XX acabam concedendo à produção acadêmica novas condições para temáticas que costumavam permanecer em um local subalterno¹⁷, como é o caso do feminismo latino-americano, o principal objeto de estudo da presente pesquisa. Nesse contexto, entende-se que o pós-colonialismo traz ao centro do debate observações introdutórias que corroboram para que haja uma reflexão da forma como o conhecimento é formado e compartilhado a partir da visão hegemônica do Norte global, partindo de questionamentos que colaboram para a “necessidade de desprovincializar, descolonizar e desmasculinizar as RI” (BALLESTRIN, 2021, p.181).

Desse modo, com o avanço dos estudos e produções teóricas na área, o termo “pós-colonialismo” passa a ser utilizado a partir de 1978, com a obra de Edward Said: *Orientalismo*, a qual determinou-se como um marco definitivo nas produções pós-coloniais por tratar fundamentalmente sobre a intervenção do continente ocidental em todas as instâncias do Oriente, seja na cultura, nas organizações sociais, nas produções teóricas e literárias, visando a criação de um estereótipo que permeia e consolida a manutenção do poder colonial e imperial do Norte para com o Sul global. Logo, considera-se que o termo “pós-colonialismo” acaba sendo fortemente influenciado por produções pós-estruturais, pós-modernas, desconstrutivistas, culturais e subalternas. Nessa perspectiva, o foco das produções teóricas e dos debates pós-coloniais passa a se caracterizar como a inserção de

¹⁶Conferir: LANDER, E. (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2000.; ALATAS, S. F. *Academic dependency and the global division of labour in the social sciences*. Current Sociology, United Kingdom, v. 51, n. 6, 2003.

¹⁷O termo “subalterno”, do latim *subalternus*, significa “aquele que depende de outrem: pessoa subordinada à outra”. Nesse estudo, tomamos “subalterno” como: expressão que se refere à perspectiva de pessoas ou grupos que estão fora do poder da estrutura hegemônica; daí o conceito de subalternidade exigir um espaço territorial definido e demarcado, bem como àqueles que se encontram fora do pensamento hegemônico, e se encontram silenciados (SANTOS, 2011, p. 3).

pautas anteriormente consideradas subjetivas, trazendo à tona a preocupação com a identidade do sujeito colonizado, orientalizado e colocado em condição subalterna perante o sujeito euro-estadunidense.

Identifica-se que o desenvolvimento do pós-colonialismo no âmbito acadêmico caracteriza a inserção do Sul global como pauta central das contribuições e aportes teóricos desenvolvidos, analisando os impactos do colonialismo nos âmbitos político, cultural, intelectual e psíquico, observando as tensões entre subjetividade, identidade, poder, representação e conhecimento (BALLESTRIN, 2021). Por conseguinte, a crítica pós-colonial é construída sob a forma como o colonialismo prescreveu e estimulou ideologias que subjetivam o cidadão do Sul global, como o racismo, o eurocentrismo e o orientalismo, impactando violentamente a vida das sociedades e sujeitos colonizados a partir do princípio hegemônico da modernidade ocidental europeia como único modelo a ser seguido (CÉSAIRE; 1978; FANON, 2010).

Por outro lado, a releitura da colonização e do colonialismo como parte de um processo global, transnacional e transcultural, instiga o estudo das continuidades e discontinuidades do poder colonial (SHOAT, 1992). A partir dessa leitura, o entendimento de pós-colonialismo pode ser definido como “a contestação da dominação colonial e dos legados do colonialismo” (LOOMBA, 2005, p. 16), visando reescrever uma história que fora por anos pautada em uma narrativa colonial e dotada de heranças essencialmente imperiais do passado (HALL, 2009). Como mencionado pela autora Luciana Ballestrin (2021), “o anticolonialismo revolucionário, as lutas de libertação nacional e os movimentos de independência (...), forneceram o contexto histórico para autores pós-coloniais precursores, reunindo intelectuais, ativistas, artistas, políticos e lideranças” (BALLESTRIN, 2021, p. 184), os quais contribuíram pouco a pouco para o crescimento dos estudos e produções teóricas pós-coloniais.

Vale mencionar que a inserção da América Latina acaba sendo tardia nos debates e estudos pós-coloniais, ocorrendo acentuadamente após os anos 1990, a partir do desenvolvimento de aportes teóricos e políticos que teciam críticas sobre a modernidade, acrescentando às bases do pensamento latino-americano contribuições opostas ao pensamento colonial, construindo teorias que servem como eixo para fundamentar o pensamento pós-colonial e o giro epistemológico decolonial (BALLESTRIN, 2021).

A inflexão decolonial do pós-colonialismo, construído em grande parte por autores latino-americanos que vivem dentro e fora dos Estados Unidos, foi desenvolvida a partir da dissolução da versão latino-americana do Grupo de Estudos Subalternos (1992-1998) e a formação do programa de investigação Modernidade/Colonialidade em 1998. (BALLESTRIN, 2013)

Dessa forma, é possível concluir que a versão pós-colonial latino-americana construiu seus argumentos em meio ao contexto político neoliberal da América Latina, formatando seus aportes teóricos com as bases do pensamento latino-americano, filosofia da libertação, teoria da dependência, teoria do sistema-mundo, grupos indiano e latino-americano de estudos subalternos, filosofia afro-caribenha e feminismo latino-americano (RESTREPO; ROJAS, 2010). Sendo assim, percebe-se que as inflexões de novas teorias pós/decoloniais e terceiro-mundistas, acabam abrindo espaço para a possibilidade de construção de diferentes genealogias, permitindo utilizar o Sul global como principal interlocutor pós-colonial. Como mencionado por Nandy (2015),

O conceito de Terceiro mundo não é uma categoria cultural; é uma categoria política e econômica nascida da pobreza, exploração, indignidade e falta de autoestima. O conceito está inextricavelmente ligado aos esforços de um grande número de pessoas tentando sobreviver, por gerações, a situações quase extremas. Uma utopia terceiro-mundista [...] deve reconhecer esta realidade básica. (NANDY, 2015, p.90)

A partir da intensificação das mobilizações de teorias pós/decoloniais e o compartilhamento dos conceitos Terceiro mundo e Sul global, as diversas identidades de gênero, raça, classe, bem como as diversidades de contextos geográficos, culturais e étnicos presentes em diferentes movimentos sociais passam a se identificar levando em consideração as proximidades entre os mesmos, no qual pode-se concluir que “o feminismo terceiro-mundista, por sua vez, pode ser entendido como um dos resultados visíveis dos encontros e desencontros entre pós-colonialismo e feminismo nos anos 1980” (BALLESTRIN, 2021, p.186).

Nesse sentido, tendo como principal pauta os análogos entre pós-colonialidade e gênero, passam a surgir trabalhos acadêmicos e movimentos sociais voltados para a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade com o objetivo de entender a preocupante indiferença que os homens demonstram em relação às violências que sistematicamente são infringidas contra as mulheres não brancas vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade de gênero (LUGONES, 2008), permitindo o cruzamento das agendas pós-colonial e feminista, impactando diretamente na teorização e construção política feminista e decolonial latino-americana desenvolvida a partir da segunda metade do século XX.

2.3 Construção teórica e política do feminismo latino-americano

O feminismo latino-americano emerge paradoxalmente em uma das “mais sombrias décadas da história latino-americana” (ALVAREZ *et al.*, 1994, p.258) em um período no qual os regimes militares e as “democracias” presentes na América Latina acabaram desencadeando uma espécie de repressão estatal sobre a sociedade civil, visando eliminar todo e qualquer tipo de movimentos considerados “demasiados progressistas” que se desenvolviam na região, com a premissa da garantia e defesa da segurança nacional de seus Estados. Ou seja, pode-se considerar que o movimento feminista latino-americano surge em um cenário inoportuno para o desenvolvimento da teoria e da militância, pois era considerado um movimento intrinsecamente de oposição.

Assim, surgem as feministas contemporâneas na América Latina, desafiando não apenas o patriarcado e os paradigmas de existir e viver em uma sociedade que permeia um espectro intensamente sexista, mas também, “juntavam forças com outras correntes de oposição, ao denunciarem a exploração e a opressão social, econômica e política” (ALVAREZ *et al.*, 1994, p.258). Posto isto, as realidades enfrentadas pelas feministas latino-americanas contribuíram para a ascensão de um movimento que se manifesta tanto contra a repressão do Estado frente à luta de classes, tanto quanto aos estigmas relacionados ao gênero, raça e etnias, construindo uma visão única e diferenciada dos demais movimentos feministas advindos de outros lugares. Mulheres de diferentes classes, cores, etnias, orientações sexuais, faixas etárias e nacionalidades passam a compor o movimento feminista latino-americano, “demonstrando a ampla variedade de articulações, sejam elas locais, nacionais e/ou internacionais, como ainda a prática e execução das reais possibilidades para a formatação de redes feministas” (CYPRIANO, 2013, p.11).

Como abordado por Julieta Paredes (2020), poeta e ativista feminista boliviana, o feminismo latino-americano não tem a intenção de deslegitimar ou desmerecer o que foi desenvolvido e conquistado pelas feministas ocidentais, mas sim, identificar e construir uma teoria que posicione a partir do olhar regional o processo feminista e os processos de mudança, já que, de acordo com a autora, “o feminismo no Ocidente responde às necessidades das mulheres em suas próprias sociedades, pois elas desenvolvem lutas e construções teóricas que pretendem explicar a sua situação de subordinação” (PAREDES, 2020, p.233)¹⁸, o que, ao instaurar-se com as discussões coloniais, imperialistas e transnacionais, faz com que tais

¹⁸Paginação de acordo com a obra: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. (org.) *Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. 384 p.

teorias se legitimem como hegemônicas no âmbito internacional, subordinando e subalternando as demais visões, realidades e contribuições.

À vista disso, parte-se do pressuposto de que o feminismo latino-americano, desde suas construções iniciais, não analisa apenas as pautas e problemáticas relacionadas ao gênero, mas sim, estende sua análise para todas as matizes sofridas pelas mulheres de Terceiro mundo, já que se considera que o feminismo hegemônico, ocidental e eurocentrista acaba não reconhecendo que sua prática, de certa forma, reproduz os mesmos problemas que critica. A partir daí, o feminismo decolonial¹⁹ desenvolvido na América Latina se apresenta como uma nova proposta de análise teórica e um novo espaço de militância, provocando perspectivas contemporâneas sobre a realidade da violência de gênero sofrida tanto na região, como no restante do Sul global. De acordo com a autora feminista brasileira Heloísa Buarque de Hollanda (2020), o feminismo decolonial busca e reivindica a desconstrução de leituras hegemônicas sobre as mulheres e o discurso de feministas oriundas de países historicamente dominantes, incorporando as vozes das mulheres subalternas e constituindo a decolonização do feminismo a partir de uma proposta teórica de compromisso ético que aponta a construção de novas formas de relação política e acadêmica a partir da heterogeneidade (MONTANARO MENA, 2016).

Destarte, para entender a construção inicial do movimento, a análise compreende que, a partir da década de 1970 começava-se a colocar em questionamento a criação de um feminismo elaborado essencialmente “pelas mulheres de cor e do Terceiro mundo”, o qual viria a ser enunciado a partir de perspectivas e aportes feministas pós-coloniais, construindo um conjunto de contribuições “dispersas geograficamente, mas situadas geopoliticamente no Terceiro mundo ou na periferia do conhecimento” (MONTANARO MENA, 2016, p.339, tradução nossa). Como abordado pela filósofa e ativista feminista argentina María Lugones (2003), considerada uma referência da contribuição teórica relacionada ao feminismo decolonial latino-americano, o termo mulheres de cor é originado nos Estados Unidos por mulheres vítimas de todas as instâncias da dominação racial, não se tratando apenas de um marcador racial, ou de alguma reação a essa dominação, mas sim, de “um movimento solidário horizontal”, no qual

[...] Mulheres de cor é um termo que foi adotado por mulheres subalternas, vítimas de múltiplas dominações nos Estados Unidos. Mulher de cor não aponta a uma identidade que separa, mas sim, a uma coalizão orgânica entre mulheres indígenas,

¹⁹O trabalho utilizará de outras designações para tratar acerca do feminismo latino-americano, sendo elas: feminismo decolonial latino-americano ou feminismo terceiro-mundista.

mestiças, mulatas, negras [...], enfim, toda a trama completa de vítimas da colonialidade de gênero. (LUGONES, 2003, p.223, tradução nossa)²⁰

Nesse contexto de criação do movimento, em meio a enfrentamentos de dinâmicas militares autoritárias em grande parte das regiões latino-americanas²¹, as feministas latino-americanas desenvolveram a teoria em um cenário de luta não apenas contra os fundamentos patriarcais da repressão, mas também, contra o militarismo e a violência institucionalizada do Estado que era sentida no cenário ditatorial. Ponderando-se o fato de que,

[...] enquanto os analistas masculinos enfatizavam as determinantes culturais ou econômicas da militarização do governo civil e o entrincheiramento das ditaduras militares [...], as feministas argumentavam que essa política também tinha raízes nos fundamentos das relações patriarcais, na chamada esfera privada: a família, relações homem/mulher e a opressão sexual das mulheres'. O autoritarismo, proclamavam as feministas, representava "a forma mais elevada" da opressão patriarcal. (ALVAREZ *et al.*, 2014, p.259)

Dessa maneira, a partir do desenvolvimento de políticas reacionárias e de oposição, relatadas no final da década de 70 na América Latina, mulheres de todas as classes sociais passaram a desafiar e questionar as exclusões políticas e sociais sofridas pelas mesmas, unindo-se às inúmeras oposições que se organizavam no continente. Um exemplo é o caso peruano, o qual “no início da década de 80 [...], as mulheres da classe operária estavam na vanguarda das lutas rurais de base, que contestavam cada vez mais a política econômica e social do governo do conservador civil Belaúnde Terry”. (ALVAREZ *et al.*, 1994, p.259) Assim, pode-se concluir que o movimento feminista na América Latina, assim como na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) e na Europa Ocidental, possui suas construções políticas e teóricas manifestadas a partir de movimentos relacionados à Nova Esquerda²², o qual permitiu que, mesmo durante governos autoritários e militarmente governados, as mulheres peruanas, argentinas, chilenas, uruguaias e brasileiras adentrassem em lutas pela democracia e pelos direitos humanos, sendo internacionalmente reconhecidas pelos esforços

²⁰“Mujeres de color es una frase que fue adoptada por las mujeres subalternas, víctimas de dominaciones múltiples en los Estados Unidos. Mujer de Color no apunta a una identidad que separa, sino a una coalición orgánica entre mujeres indígenas, mestizas, mulatas, negras: cherokees, puertorriqueñas, sioux, chicanas, mexicanas, pueblo, en fin, toda la trama compleja de las víctimas de la colonialidad del género. Pero tramando no como víctimas, sino como protagonistas de un feminismo decolonial” (LUGONES, 2003, p.223).

²¹A fim de desenvolver uma análise em torno das origens e dinâmicas dos regimes autoritários na América Latina, durante a década de 1970, ver: COLLIER, David (ed.). *The New Authoritarianism In Latin America*. Princeton: Princeton University Press, 1979.

²²Como mencionado em Alvarez *et al.* (1994), o caso argentino se caracteriza como uma exceção na América Latina, já que na Argentina o movimento e o pensamento feminista surgiram da reivindicação de profissionais liberais em sua maioria, e não necessariamente de mulheres envolvidas com movimentos políticos de esquerda.

desenvolvidos e dando origem aos fundamentos do que viria a ser o pensamento feminista decolonial latino-americano.

Logo, pode-se concluir que a vertente feminista da América Latina surge a partir de reclamos advindos de mulheres índias, negras, chicanas, indígenas e lésbicas que foram historicamente vistas como “incapazes de construir epistemologias enraizadas em seus territórios”, (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p.88) trazendo ao centro do debate feminista decolonial latino-americano o questionamento acerca do sujeito construído pelo feminismo hegemônico branco, o qual é pautado exclusivamente na diferença sexual da mulher em relação ao homem, não viabilizando outras diferenças que são constitutivas da subjetividade, sejam a raça, a etnia, a sexualidade e a classe social (PORTOLÉS, 2004). Dessa forma, o feminismo decolonial latino-americano aponta que,

[...] em sintonia com o projeto que revela a colonialidade como o lado obscuro da modernidade, [...] de forma radical a leitura de uma história ascendente de 'conquista de direitos para as mulheres' que se estima ter começado na Europa e nos Estados Unidos e depois vem se espalhando para o resto do mundo, como resultado do surgimento do feminismo como um movimento universal, um “fenômeno progressivo que ocorreria à medida que o Iluminismo se desenvolvesse e explicitasse seus próprios pressupostos”. (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.32, tradução nossa)²³

A partir daí, considera-se que decolonizar o feminismo na América Latina deixa de ser uma proposta com caráter essencialmente teórico, mas sim, acaba estendendo suas aplicações para o âmbito político, uma vez que a desconstrução do conhecimento pautado no eurocentrismo revela a construção de uma ótica diferenciada, salvando a teoria de uma retórica salvacionista que segue reproduzindo a colonialidade e a representação de uma forma de exercer o poder sobre o Sul global, já que a teorização produzida a partir do Terceiro mundo surge como uma tentativa de se estabelecer como potencial espaço para a interlocução com a produção no campo *mainstream* do conhecimento político, como também com as várias perspectivas inclusas no que se pode designar como uma teoria política feminista ocidental (CYPRIANO, 2013). Assim, como já mencionado anteriormente, discutir um projeto teórico feminista construído a partir da América Latina parte de considerações tanto pós-coloniais quanto pós-estruturalistas, porém, como mencionado pela autora Jane Jaquette (1989), apesar do crescente desenvolvimento da teoria, a visão do Sul global segue sendo marginalizada.

²³ “[...] en sintonía con el proyecto que devela la colonialidad como lado oscuro de la modernidad, [...] de forma radical la lectura de una historia ascendente de ‘conquista de derechos para las mujeres’ que se estima ha comenzado en Europa y los Estados Unidos y luego se ha ido extendiendo al resto del mundo, producto de la aparición del feminismo como movimiento universal, un fenómeno progresivo, que se produciría a medida que la Ilustración fuera desarrollando y explicitando sus propios presupuestos” (ESPINOSA-MIÑOSO, 2014, p.32).

As feministas norte-americanas estão cada vez mais conscientes do trabalho das feministas canadenses e europeias, especialmente escritoras francesas e britânicas, mas elas ainda tendem a ver as mulheres do Terceiro mundo como vítimas da opressão e não como criadoras da teoria feminista ou como agentes de mudança. (JAQUETTE, 1989, p.1)

Ao analisar as indagações sobre os direcionamentos percorridos pela teoria feminista desenvolvida na América Latina, a autora Cláudia Lima Costa (2000) concede certa importância para as formas como as teorias do feminismo são traduzidas nesses contextos geográficos e históricos, explorando o conceito de “tradução cultural”, oriundo dos estudos pós-coloniais e da antropologia para se referir a um processo pelo qual estaria fortemente imbricada uma profunda assimetria de poder entre povos, culturas e linguagens (COSTA, 2000). Nessa perspectiva, são trazidos ao debate os desequilíbrios e desigualdades sociais instituídas entre as periferias e os centros metropolitanos, havendo o desenvolvimento maior de trocas desiguais entre os mesmos. Desse modo, considera-se que, em uma perspectiva teórica, à metrópole caberia o desenvolvimento da teoria e do aporte acadêmico, enquanto a periferia serve como estudo de caso.

Considera-se válido acrescentar que o presente trabalho tem como enfoque compreender o modelo feminista latino-americano, o qual não apenas se caracteriza como único enquanto sua organização, mas sim, acaba definindo uma base política que poderia, e sem dúvida deveria, ser objeto de inveja de feministas em toda parte (ALVAREZ *et al.*, 1994). Logo, é de extrema importância para a compreensão analítica da pesquisa, entender o que distingue o feminismo latino-americano dos demais feminismos, e qual a importância política e social dessas feministas que contribuem de forma intensa para a ampliação do debate sobre as epistemologias do Sul global e da própria construção epistemológica latino-americana.

Outrossim, é importante mencionar que, inseridos nas bases do feminismo decolonial latino-americano também permeiam outros tipos de feminismos que se interpõem dentro das perspectivas decoloniais, como é o caso do feminismo negro e do transfeminismo. O feminismo negro, apesar de constituir uma teoria própria, também acaba sendo representado na perspectiva decolonial, por tratar de pautas que vão além do gênero e da raça, “considerando as inúmeras fragilidades sociais e políticas vividas pelas mulheres negras” (SANTOS, 2020, p. 2). Já o transfeminismo emerge como “uma crítica ao cissexismo [...] e à falha do feminismo de base biológica em reconhecer plenamente o gênero como uma categoria distinta da de sexo e mais importante do que está para o entendimento dos corpos e das relações sociais entre homens e mulheres” (JESUS; ALVES, 2010, p.14).

No presente capítulo, foram apresentados os contextos históricos de surgimento da teoria feminista latino-americana a partir do movimento feminista hegemônico (clássico) relacionado ao Norte global, analisando o cenário de criação e desenvolvimento da teoria com o intuito de conceder uma compreensão introdutória da mesma, mencionando como e onde o pensamento feminista surgiu na América Latina. Apesar disso, ainda permeiam diversas subdivisões relacionadas à escola feminista decolonial e latino-americana que serão tratadas a seguir na presente análise, as quais têm como objetivo principal denunciar as diversas relações de poder que subordinam mulheres em múltiplas esferas, sejam elas: pública, privada, global, pessoal, e assim por conseguinte.

3 CONTRIBUIÇÕES TEÓRICAS DO FEMINISMO LATINO-AMERICANO

O feminismo enquanto movimento é pautado primordialmente pelas lutas incessantes na busca por direitos civis, políticos e sociais das mulheres, questionando sua situação de enfrentamento da subordinação e da violência patriarcal. Para efetivar a garantia desses direitos, se fez necessária a consolidação de uma identidade em torno da categoria mulher, visando situá-la na condição de sujeito de direitos (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013). Dessa forma, considera-se que as primeiras ondas do feminismo obtiveram um papel indispensável na obtenção e na conquista dos direitos básicos femininos, permitindo que outros questionamentos fossem trazidos ao debate e ganhassem força internacionalmente.

É válido mencionar que com o advento da terceira onda do movimento feminista a partir da década de 90, trazendo consigo uma agenda de debate atenta às intersecções entre nacionalidade, raça, gênero, sexualidade e exploração econômica em uma escala mundial (CYPRIANO, 2013), foram possibilitadas novas experiências do ativismo político e social do movimento feminista plural, refletindo diretamente nas produções acadêmicas feministas da América Latina, as quais, de acordo com a autora feminista Ana Marcela Montanaro Mena (2016), apontam a denunciar o caráter eurocêntrico, etnocêntrico e universalizador do sujeito do feminismo hegemônico e da forma que este reproduz a colonialidade, priorizando o desenvolvimento de uma abordagem de gênero e étnico-racial no sentido transversal.

Entretanto, o fato da teoria política feminista advir do feminismo hegemônico e ignorar até então questões referentes à classe, raça e sexualidade, fez com que feministas oriundas da América Latina passassem a rever suas bases teóricas e a reconstruir seus encontros²⁴ por vontade própria mesmo em um contexto de organização patriarcal que gera segregação e supremacia masculina (ALMEIDA, 2018), já que

muitas vezes o que teria sido autointitulado como “teoria política feminista” foi um campo de autocitações centrado na produção quase exclusiva da academia anglo-saxã, que indiretamente Susan Okin (1992) acabou expondo, já que este seria um campo disciplinar dentro da teoria política que necessitou em certo momento da mobilização de um restrito grupo inicial de autoras que se reuniam periodicamente e fizeram o campo crescer. A partir disto percebeu-se a endogenia e a prática recorrente de autocitações internas a esse campo. Ainda que esta fosse uma estratégia de consolidação disciplinar dentro da teoria política e da filosofia política, o centramento

²⁴Segundo Marcela Lagarde, tais encontros são denominados “afanes de género”. Para a autora, esses encontros propiciados por vontade própria das mulheres latino-americanas faz com que as mesmas saltem obstáculos confrontantes, coincidam, se apoiem, somem esforços (LAGARDE, 2003, p. 60), mesmo enquanto o cenário externo seja desfavorável para tal. Conferir: LAGARDE, Marcela. *El feminismo en mi vida*. Hitos, claves y topías. Gobierno del Distrito Federal. Instituto de las Mujeres del Distrito Federal: México, D.F., 2012. p. 359-388.

da produção do conhecimento e do saber feministas em um lócus específico aboliria a importância, relevância e, principalmente, a utilidade de uma “teoria política feminista”. Acabaria esta se tornando, mais uma vez, uma hegemonia dentro do campo disciplinar, fazendo-se, de novo, o uso arduo das ferramentas do opressor e dominador, ou seja, do male-stream da teoria política. (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017, p.9)

Portanto, a partir de discussões acerca da teoria política feminista, pode-se definir o campo específico do conhecimento como uma estratégia discursiva e de produção de conhecimento, que informa e é informada pela práxis do ativismo político e das múltiplas e diferentes experiências e relações entre as/os atrizes/atores dentro desse campo (CYPRIANO, 2015), o qual deve concentrar esforços a fim de abranger a multiplicidade política e social do movimento, explorando as raias dos diversos saberes feministas e abrindo caminhos para a possibilidade de novos saberes, novos posicionamentos e novas práticas e agência nos discursos (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017).

De acordo com o contexto citado, as condições de subalternidade propiciadas pela conjuntura latino-americana fizeram com que as feministas latino-americanas questionassem as estruturas e conceitos definidos por esse projeto moderno/ocidental que é refletido na teoria política feminista, buscando incessantemente articularem-se por meio da criação de projetos epistemológicos alternativos de uma renovada teoria política feminista do Sul (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017), desenvolvendo novos diálogos com a teoria feminista a partir das experiências advindas do Sul global. Dessa maneira, os impulsos para a criação de uma “epistemologia do Sul”²⁵ (SANTOS, 1995; 2008) prevem a reconfiguração do conhecimento produzido pelo Norte global a fim de constituir uma consciência feminista oriunda inteiramente do Sul global, diferenciando-se da contribuição teórica que é produzida hegemonicamente pelo centro global e anexada à América Latina pelo *mainstream* ocidental.

Logo, é possível identificar que o feminismo latino-americano enquanto pensamento e projeto político-teórico necessita de uma constituição própria de conhecimento baseado nas experiências vivenciadas na região, uma vez que, como mencionado pela autora feminista e antropóloga mexicana Marcela Lagarde y de Los Rios (2012),

Os feminismos latino-americanos são todos sincréticos²⁶ e, mais ainda, são ritmicamente sincréticos, assim como somos sincréticos quando pertencemos a uma fatia do mundo que ninguém sabe se realmente pertence ao Ocidente, exceto pelas línguas dominantes nela faladas (espanhol, português, inglês, francês), pelas religiões

²⁵Uma epistemologia do Sul assenta em três orientações: aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul (BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS, 2010).

²⁶Nesse sentido, o termo é utilizado para representar a fusão das diferentes visões de mundo que permeiam em meio ao continente latino-americano.

hegemônicas e pela organização de sociedades e Estados de acordo com a tradição ocidental. No entanto, mais de 200 línguas pré-colombianas são faladas aqui, e com elas prevalecem religiosidades, tradições e modos de vida cujas origens remotas são pré-ocidentais. (LAGARDE, 2012, p.635-636, tradução nossa)²⁷

Desse modo, a fim de estabelecer as bases do feminismo latino-americano, que acaba sendo um sujeito político de luta contra as desigualdades sociais (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013), são revisadas as velhas bases teóricas do movimento feminista e construídas formas de luta próprias do contexto latino-americano, utilizando de conceitos e experimentos que provem a intensa ruptura com as relações de poder ocidentalizadas. Como forma de questionamento acerca do modo como a teoria feminista dos países centrais chega aos contextos subalternos, o qual acaba determinando a forma como estes países desenvolvem suas lutas e análises. Nesse sentido, a autora Marlise Matos (2012) desenvolve a noção de criação de uma teoria com cunho “pluriversal”, propondo a tentativa de se aliar ao pensamento crítico feminista as noções multiplicadas e repensadas dos sujeitos pela pós(de)colonialidade (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017).

Ao contrário dos universais abstratos das epistemologias euroanglocêntricas, que subsumem/diluem o particular no que é indiferenciado, o pluriversal aqui apresentado enquanto campo crítico-emancipatório das diferenças é um universal descolonializado, que respeita e acolhe as múltiplas particularidades locais nas lutas contra o patriarcado, contra o racismo, a misoginia, a homofobia, a lesbofobia, a transfobia, o próprio capitalismo como ele está, na colonialidade e na modernidade euro-anglocentrada. (MATOS, 2012, p. 94)

Ou seja, a construção do saber partindo inteiramente do Sul, considerado a periferia do conhecimento, visa desde seu princípio negar toda e qualquer amarra à centralização de poder²⁸, como uma forma de trazer as vozes silenciadas à tona e desenvolver a constituição própria de saberes e conhecimentos. Para a autora Luciana Ballestrin (2013), o termo “giro decolonial”, proposto inicialmente por Maldonado-Torres (2005), se refere ao movimento de radicalização latino-americano (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017), o qual é utilizado na busca por um saber próprio da América Latina. Significa “o movimento de resistência teórico e prático, político e epistemológico, à lógica da modernidade/colonialidade”

²⁷Versão original em espanhol: “Los feminismos latinoamericanos son todos sincréticos y más aún, son arrítmicamente sincréticos, como sincréticas somos nosotras al pertenecer a una tajada de mundo que nadie sabe si pertenece a Occidente a no ser por las lenguas dominantes que se hablan en ella (castellano, portugués, inglés, francés) las religiones hegemónicas, y la organización de sociedades y estados conforme a la tradición occidental. Sin embargo aquí se hablan más de 200 lenguas precolombinas, prevalecen religiosidades, tradiciones, y formas de vida cuyos remotos orígenes son pre occidentales” (LAGARDE, 2012, p.635-636).

²⁸Considera-se interessante mencionar que para a autora Marlise Matos (2012), a detenção de conhecimento também é considerada uma forma de centralizar e exercer poder sobre outras pessoas.

(BALLESTRIN, 2013, p.105), o qual é aplicado no contexto feminista latino-americano de acordo com a visibilização de novos sujeitos no campo do feminismo, bem como, com a criação de novos conceitos, rompendo com alguns campos teóricos de conhecimento fechados no universo acadêmico anglo-saxão (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017) e avançando em pautas específicas na prática da democratização discursiva, ou seja, um projeto emancipatório das epistemologias do Sul que visa a superação de fronteiras impulsionadas pela colonialidade.

Nesse sentido, considera-se que o feminismo latino-americano surge como uma proposta de análise diferenciada no âmbito dos estudos de gênero e da militância teórica do movimento feminista, no qual mulheres índias, negras, chicanas, indígenas e lésbicas passam a questionar a utilização do termo mulher como um conceito homogêneo, branco e ocidental, definindo-se apenas a partir da diferença sexual da mulher em relação ao homem sem viabilizar outras diferenças que são constitutivas da subjetividade, como a raça, a etnia, a sexualidade e a classe social (PORTOLÉS, 2004). Assim, parte-se do pressuposto de que o projeto latino-americano de um feminismo pluralizado

trouxe o primeiro embate acerca do sujeito do movimento, complexificando e colocando em questão elementos centrais que dividem (no sentido de diferenciar) as mulheres enquanto categoria, chegando a afirmar, inclusive, que “não há absolutamente nada a respeito do ser “mulher” que aglutine naturalmente todas as mulheres. (HARAWAY, 1994, p. 250 *apud* OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013)

Em vista disso, a partir dos fatos apresentados de forma introdutória acerca do campo de conhecimento no qual se desenvolve o feminismo latino-americano, é interessante ponderar que o presente capítulo pretende analisar a contribuição das teóricas feministas oriundas da América Latina para a teoria e pensamento social latino-americano, bem como, para o movimento feminista pluralizado, trazendo a perspectiva do feminismo da diferença ao questionar o sujeito central do movimento. Ao demonstrar que a categoria mulher por si só não é homogênea, o feminismo latino-americano contribui instituindo a construção teórico-política de um feminismo decolonizado²⁹ e que visa abranger a diversidade de todos

²⁹No presente trabalho, optou-se por utilizar o termo “decolonial” e não “descolonial”, a partir de uma perspectiva trabalhada pela autora Catherine WALSH (2009, p.15-16), no qual a mesma dá preferência para utilização do termo suprimindo o “s” a fim de estabelecer a clara diferença com significado de descolonizar em seu sentido clássico. Como mencionado em entrevista pela autora Luciana BALLESTRIN (2013), a expressão “decolonial” não pode ser confundida com “descolonização”. Em termos históricos e temporais, descolonização indica uma superação do colonialismo, enquanto a ideia de decolonialidade indica exatamente o contrário e procura transcender a colonialidade, a face obscura da modernidade, que permanece operando ainda nos dias de hoje em um padrão mundial de poder. Nesse sentido, utiliza-se o termo decolonial como a ampliação de “uma luta contínua no qual podemos identificar, visibilizar e favorecer lugares de exterioridade e construções alternativas” (WALSH, 2009, p.15-16, tradução nossa).

os sujeitos, desenvolvendo uma postura que permite a emancipação ao romper a lógica de exploração baseada na construção social de gênero³⁰ e/ou na análise binária de sexo (macho/fêmea).

3.1 A emancipação da teoria feminista no contexto latino-americano

O pensamento feminista latino-americano emerge em meio aos desafios e perspectivas da consolidação de um projeto teórico feminista nas nações periféricas, trazendo consigo um intenso resgate crítico ao processo de colonização e encobrimento das múltiplas identidades latino-americanas (MENEGON, 2016) que historicamente ocorrem no continente, abrindo espaço para ponderações acerca da racionalidade universalizante que é impulsionada pelas teorias hegemônicas e que se mostram insuficientes no que tange à resolução dos problemas enfrentados pelas mulheres latino-americanas.

Como mencionado por Ana Marcela Montanaro Mena (2016), o feminismo hegemônico ocidental traz em suas raízes teóricas e históricas a condução de uma análise da construção como referência de um único sujeito-objeto de conhecimento conceitualizado em termos universalizantes, como já abordado anteriormente na seção introdutória deste capítulo. Isto posto, a relação binária entre homem e mulher é colocada como a principal, e partindo deste ponto, constrói-se a ideologia de que o patriarcado é a única forma de opressão comum a todas as mulheres, o que presume a necessidade de um movimento hegemônico que permita uma única luta comum, o que virá a ser questionado pelas feministas latino-americanas.

Ou seja, se faz possível visualizar que as teóricas feministas oriundas da América Latina solidificam suas produções no âmago de um cenário pautado essencialmente pelo imperialismo, herança enraizada em solo latino-americano pelos colonizadores etnocêntricos, no qual considera-se que tal prática imperialista acaba fortalecendo as bases para a dupla reprodução do patriarcado nos países colonizados, colocando para a América Latina o desafio da construção teórico-política de um feminismo que dê conta dessas particularidades (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2013), já que o feminismo advindo do Norte global não contempla o diálogo transdisciplinar entre as várias dimensões presentes nas lutas feministas latino-americanas.

Por conta disso, assim como mencionado pela autora feminista Marcela Lagarde (2012), o pensamento feminista latino-americano é constantemente caracterizado pela

³⁰Para o conceito de gênero, conferir: MAIHOFER, Andrea. *O gênero como construção social - uma consideração intermediária*. Frankfurt: Campus Verlag (pp.33-43), 2004. Tradução de Kristina Hinz, Instituto de Relações Internacionais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI PUC-Rio) *In: Revista Direito e Práxis*, Rio de Janeiro, v.07, n.15, 2016, p. 874-888.

passagem de lutas e denúncias específicas do continente, prevendo a criação de alternativas locais e regionais para a problemática das mulheres a partir de suas próprias indagações e conhecimentos, os quais acabam sendo gerados em diversos cernes da vida social dessas mulheres: em suas vidas pessoais, nos movimentos sociais, civis e políticos, bem como na Academia e nas instituições em geral as quais fazem parte. Para a autora, a construção prática de alternativas propiciada pelo feminismo latino-americano se caracteriza como um passo constante de rebelião e subversão às formas de opressão e dominação patriarcal que lhes são impostas.

Entretanto, apesar do contínuo crescimento da teoria feminista latino-americana nas últimas décadas, é importante recordar que nem sempre foi assim. De acordo com Marcela Lagarde (2013),

Os feminismos que hoje chamamos de latino-americanos não nasceram com essa identidade. O latino-americanismo anterior era androcêntrico e referia-se a grandes episódios emblemáticos que simbolicamente se configuraram como latino-americanos. A América Latina pertenceu aos homens. Pela primeira vez na história, é um território simbólico e político para e das mulheres graças à ação prática das feministas e à vontade do encontro. (LAGARDE, 2013, p. 635, tradução nossa)³¹

Nesse modelo, surge a ideia de se construir um movimento feminista transnacional para lutar de maneira conjunta contra o patriarcado, constituindo o eixo articulador dos questionamentos do feminismo, de onde emergirão, no meio desse debate, “os antecedentes de uma genealogia feminista de caráter crítico e contra hegemônico” (MELONI, 2012, p. 143).

Essas vozes orientaram suas críticas a colocar em suspeita, entre outros temas, o sujeito universal de mulher e as questões sobre o gênero e a dicotomia masculino/feminino. Explicitando seu mal-estar em relação à teoria e prática feminista hegemônica europeia e norte-americana, revelam as limitações do feminismo ocidental hegemônico e eurocêntrico que se baseia exclusivamente nos valores da Modernidade e da Ilustração. (MONTANARO MENA, 2016, p.336-355)

De acordo com a socióloga feminista argentina María Lugones (2005), a conexão entre pautas como “gênero, classe e heterossexualidade a partir de uma visão racializada não se fazia explícita na construção dos feminismos do século XX” (LUGONES, 2005, p.62), pois considera-se que a teorização do feminismo ainda estava instintivamente ligada a uma base de

³¹Los feminismos que hoy llamamos latinoamericanos no nacieron con esa identidad. El latinoamericanismo previo era androcéntrico y referido a grandes episodios emblemáticos que se erigían simbólicamente como latinoamericanos. Latinoamérica era de los hombres. Por primera vez en la historia es un territorio simbólico y político para y de las mujeres gracias a la acción práctica de las feministas y a la voluntad del encuentro (LAGARDE, 2013, p. 635).

epistemologias feministas clássicas. Sendo assim, entende-se que esses termos³² passam a aparecer nas contribuições feministas a partir do desenvolvimento de diferentes conceitos de feminismos situados no Terceiro Mundo, proporcionado pelas teóricas feministas pós-coloniais³³ e decoloniais, sobretudo, oriundas do Sudeste asiático, da África árabe e subsaariana e da extensa e diversa América Latina.

3.1.1 Diálogos entre a teoria decolonial e o pensamento feminista latino-americano

É sabido que o mundo se caracteriza como um “complexo mosaico multicultural” (MENEGON, 2016, p.44), entretanto, como já fora mencionado ao longo da pesquisa, no decorrer da história a produção do conhecimento científico foi configurada por um único modelo epistemológico, partindo de um pressuposto monocultural que descontextualiza o conhecimento e impede a emergência de outras formas de saber não redutíveis a esse paradigma (MENEGON, 2016). Desse modo, passa a ocorrer a desestruturação de saberes locais, inferiorizando-os em decorrência de outros que acabam sendo considerados mais importantes pelo panorama colonial, perdendo a riqueza de perspectivas presentes na diversidade cultural e nas multifacetadas visões do mundo por elas protagonizadas (SANTOS, 2010).

Partindo dessa perspectiva, a teoria decolonial, ao aliar-se com a teoria feminista plural impulsionada pelo pensamento latino-americano, estabelece possibilidades de desconstrução das bases hegemônicas de obtenção do saber, desenvolvendo uma crítica articulada por meio de reflexões teóricas e práticas efetivas, no qual

verifica-se que essas duas correntes teóricas comungam de princípios e crenças que trazem a possibilidade latente de um profícuo diálogo entre esses campos de análise crítica, uma vez que compartilham uma epistemologia da alteridade, promovendo, assim, o resgate ou a releitura de experiências invisibilizadas, silenciadas ou construídas como um Outro da modernidade ocidental. (MENEGON, 2016, p.44)

Para gerar uma melhor compreensão acerca do assunto, considera-se importante distinguir inicialmente as divisões entre as teorias pós-coloniais, já mencionadas anteriormente na presente pesquisa, e a teoria decolonial, a qual será tratada a partir desta seção. Tanto o pós-colonialismo quanto o pensamento decolonial descrevem a análise da experiência do colonialismo e seus desdobramentos passados e presentes, no qual se

³²Termos como negro, antirracista, de fronteira, feminismos periféricos, descolonial, decolonial, não ocidentais ou da terceira onda (BIDASECA, 2010).

³³O feminismo pós-colonial “[...] reedita um feminismo do “Terceiro mundo” [...] que englobaria tanto às mulheres oprimidas pela raça no “Primeiro Mundo” quanto às mulheres de países descolonizados” (BIDASECA, 2011, p. 98-99).

estabelecem em um nível global, podendo ser observado nas ex-colônias tal qual nas relações globais entre o Norte e o Sul. Vale ressaltar que ambas as teorias denunciam as condições nas quais se constituíram e se fortaleceram o imperialismo e o colonialismo, bem como, criticam as condições que se mantêm acesas mesmo em um cenário que não é mais explicitamente colonial.

Assim como tratado na seção anterior, é interessante compreender que

pós-colonial designa não apenas um período que sucedeu ao outro, mas toda a cultura condicionada pelo processo colonial desde o momento da colonização até o presente, uma vez que existe uma continuidade nos temas e nas preocupações durante todo o processo iniciado com a expansão imperial europeia. Os estudos pós-coloniais têm levantado questões fundamentais e provocativas sobre a estrutura epistemológica do poder e os fundamentos culturais de resistência, sobre a relação porosa entre sociedades coloniais e as metropolitanas, sobre a construção de identidade de grupos no contexto da formação do Estado, e mesmo sobre a natureza e os usos das evidências históricas. (MENEGON, 2016, p.46)

De acordo com Costa (2014), os estudos pós-coloniais se diferenciam por serem marcados em sua genealogia de estudo por questões referentes à colonização dos continentes asiático e africano por potências do Norte europeu, em que, para os autores Restrepo; Rojas (2010), faz com que a teoria pós-colonial seja trabalhada a partir de visões ligadas ao pós-marxismo, pós-estruturalismo e pós-modernismo, se distanciando da abordagem decolonial. Em síntese, embora as duas teorias se inclinem para um mesmo âmbito crítico, entre algumas diferenças teóricas, considera-se que a principal seja o fato de que a decolonialidade está ligada essencialmente à história das Américas desde os primórdios da colonização em 1500 até os anos presentes.

Segundo as inflexões decoloniais dos autores Eduardo Restrepo e Axel Rojas (2010), o principal local de enunciação da teoria decolonial seriam os efeitos que a colonização da América Latina e Caribe por Espanha e Portugal entre os séculos XVI e XIX deixaram para a civilização latino-americana, as quais permeiam até hoje na região. De tal modo, se considera que a abordagem decolonial enfatiza essa continuidade das relações coloniais de poder (colonialidade do poder) através das categorias de gênero, raça e classe.

Além disso, a decolonialidade busca em seu projeto um desligamento das epistemologias eurocêntricas ao salientar a importância dos diferentes saberes (e paradigmas outros) sendo produzidos em diversos contextos geopolíticos, questionando assim cânones e métodos (MENEGON, 2016). Ainda, acrescenta-se que a teoria decolonial privilegia

categoricamente os saberes fronteiriços³⁴, se caracterizando por serem os saberes que surgem da exterioridade estruturada pela modernidade/colonialidade quando esta última se constituiu como interioridade (RESTREPO; ROJAS, 2010).

A exterioridade é o lugar de residência daquela população mundial que não pertence à casa da civilização e da democracia. Assim, a modernidade é um discurso que define a sua interioridade ao criar a diferença a ser marginalizada e eliminada. A retórica da modernidade tem um vocabulário abundante para marcar a diferença, para criar exterioridade espacial e temporalmente: pagãos, bárbaros, primitivos, mulheres, gays, lésbicas, negros, índios, subdesenvolvidos, as economias emergentes, comunistas, terroristas, amarelos, etc. Todos estes serão incorporados na modernidade ou deixado de fora quando necessário. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p. 45)

Na busca pela definição clara do que seria a inflexão decolonial, entende-se que

É um conjunto de pensamentos críticos sobre o lado escuro da modernidade, articulados pelos condenados da terra e que busca entender as condições de reprodução do eurocentrismo e da colonialidade do sistema-mundo. Estes, por sua vez, inferiorizam seres humanos (colonialidade do ser), dominam o mundo natural (colonialidade da natureza), constroem hierarquias de gênero (colonialidade do gênero) e hierarquizam seres e lugares a partir de uma matriz de poder global com o objetivo de melhor explorá-los para a acumulação de capital. (RESTREPO; ROJAS, 2010, p.460)

A partir dessa perspectiva, se torna possível assimilar que o principal ponto de distinção entre as teorias pós-colonial e decolonial é o engajamento do projeto de pesquisa denominado Modernidade/Colonialidade³⁵, proposto pelo sociólogo peruano Aníbal Quijano, membro-fundador do projeto e considerado um dos principais pesquisadores do pensamento decolonial no campo de estudo das Ciências Sociais latino-americanas, tornando-se referência na área por apontar um modo de pensamento que visibiliza a modernidade a partir da ótica da

³⁴Saberes de fronteira que levam em consideração o aspecto contingencial, ou seja, que inclui a dimensão do local e da localização histórica, desenvolvendo um conhecimento específico: um conhecimento das fronteiras, que virá a ser alçado pelo feminismo latino-americano como uma questão primordial em sua luta central política. “Para se articular todas essas dimensões é imprescindível a retomada de um “nó” importante: sujeitos/as e experiências. Ou seja, o “nós”/o nosotros articulados às concepções de fronteiras e caracterizações sobre o conhecimento-situado” (CYPRIANO; DIAS; BARBARELA, 2017).

³⁵Aníbal Quijano a partir da década de 1990 organizou o grupo Modernidade/Colonialidade, estabelecendo-o como uma rede de intelectuais que radicalizaram as correntes pós-coloniais da Ásia e África promovendo um “giro decolonial”. Segundo entrevista para o Instituto Humanitas, a cientista política Luciana Ballestrin (2018) explicou que “a elaboração cunhada pelo grupo Modernidade/Colonialidade nos anos 2000 pretende inserir a América Latina de uma forma mais radical e posicionada no debate pós-colonial, que muitas vezes é criticado por um excesso de culturalismo e mesmo eurocentrismo devido à influência pós-estrutural e pós-moderna”. Conferir: AZEVEDO, Wagner Fernandes de. *O legado de Aníbal Quijano para o pensamento latino-americano descolonizado*. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/579677-o-legado-de-anibal-qui-jano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado>>

colonialidade, já que, para o autor, não há modernidade sem colonialidade, mas também não há colonialidade sem falar de raça.

Um dos objetivos dos estudos decoloniais é estabelecer uma noção ampliada de colonialismo: a colonialidade. Além disso, buscam traçar uma genealogia da decolonialidade e desenvolver um acervo conceitual decolonial. Trata-se de uma perspectiva de estudos heterogênea que prioriza os estudos transdisciplinares, isto é, estudos que utilizam conhecimentos provindos de várias áreas para a análise de um objeto particular. Significa, portanto não a exclusão, mas a inclusão de distintos saberes em cada investigação. (MENEGON, 2016, p. 48)

É impulsionada, portanto, uma reflexão continuada sobre a realidade cultural e política latino-americana, sendo influenciados decisivamente pelo pensamento filosófico e político desenvolvido no nosso continente (MENEGON, 2016). Segundo a autora Fernanda Bragatto (2014), o pensamento decolonial é definido como

um projeto epistemológico fundado no reconhecimento da existência de um conhecimento hegemônico, visando desenvolver formas de contestá-lo a partir de suas próprias inconsistências teóricas ao ser aplicado em contextos sociais e políticos que fogem da hegemonia ocidental do Norte global, como é o caso da América Latina. (BRAGATTO, 2014, p.205)

Ao incorporar a teoria decolonial apresentada neste capítulo, o feminismo latino-americano passa a desenvolver a multiplicação de vozes e de posicionamentos feministas como o principal *locus* de reflexão e enunciação. Como mencionado por Luciana Ballestrin (2020), o pensamento feminista latino-americano incorpora da teoria decolonial diferentes vertentes, propostas e debates travados ao longo da trajetória nas últimas quatro décadas, tornando-se uma espécie de feminismo crítico e autônomo. De acordo com essa reflexão, autoras feministas latino-americanas como María Lugones (2014) e Rita Laura Segato (2012) têm impulsionado em suas contribuições teóricas a consolidação do pensamento feminista decolonial latino-americano, propondo por meio deste uma crítica massiva ao feminismo hegemônico da atualidade, elaborando a categoria de estudos colonialidade de gênero a partir de conceitos estabelecidos pelo grupo Colonialidade/Modernidade já mencionado. Segundo Lugones (2014),

Uso o termo colonialidade seguindo a análise de Aníbal Quijano do sistema de poder capitalista do mundo em termos da “colonialidade do poder” e da modernidade – dois eixos inseparáveis no funcionamento desse sistema de poder. A análise de Quijano fornece-nos uma compreensão histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração capitalista como constitutiva do sistema de poder capitalista que se ancorou na colonização das Américas. Ao pensar a colonialidade do gênero, eu complexifico a compreensão do autor sobre o sistema de poder capitalista global, mas

também crítico sua própria compreensão do gênero visto só em termos de acesso sexual às mulheres. (LUGONES, 2014, p.935)

Dessarte, a utilização do termo colonialidade pelo pensamento feminista decolonial latino-americano pretende denunciar não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também, ao processo de redução ativa das pessoas, mencionado pela autora Carolina Menegon (2016) como “a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o sujeito colonizado menos humanizado” (MENEGON, 2016, p.56). María Lugones afirma ainda que: “a imposição colonial de gênero passa por questões de ecologia, economia, governança, relações com o mundo espiritual, e conhecimento, bem como por práticas diárias que nos habituam com o cuidado com o mundo ou com sua destruição” (LUGONES, 2014, p. 935).

A colonialidade de gênero passa pela diferença colonial de gênero, mas também se liga a outras questões que devem ser abordadas pelo feminismo decolonial. A autora María Lugones, a partir do pensamento de Aníbal Quijano, diz que o sistema de poder colonial e capitalista global encontrou, à época da colonização, no lugar da diferença colonial, formas culturais, políticas, econômicas e religiosas complexas que não deveriam ter sido encobertas e substituídas, mas compreendidas e dialogadas. (MENEGON, 2016, p. 56)

De acordo com esse cenário, Lugones propõe que a partir da averiguação das diferenças coloniais e do reconhecimento das mazelas proporcionadas pela colonialidade de gênero, se torne possível a emancipação feminina das mulheres de cor e do Sul global. Logo, entende-se que desde o seu princípio, o pensamento feminista latino-americano e decolonial disponibiliza uma visão diferenciada acerca do desenvolvimento do saber e do pensar a partir da fronteira colonial, incentivando a resistência à colonialidade de gênero por meio de entendimentos coletivos, compartilhados e comunais das construções sociais do mundo. Desse modo, pode-se concluir que o feminismo latino-americano e a teoria decolonial “compartilham de convicções que viabilizam um diálogo latente entre seus campos de conhecimento, gerando uma genealogia feminista de caráter crítico e contra hegemônico” (MELONI, 2012, p. 143).

3.2 A consolidação de um feminismo a partir do Sul global: a voz própria das feministas latino-americanas

Ainda que o primeiro congresso feminista da América Latina venha a datar no ano de 1910, na cidade de Buenos Aires (SCHILD, 2017), aponta-se que os aportes teóricos desenvolvidos pelo movimento feminista latino-americano passaram a serem amplamente

difundidos apenas durante os anos 1970, contando a história da construção político-teórica do feminismo no continente (BALLESTRIN, 2020), como já fora tratado inicialmente. De acordo com Marcela Lagarde (2012), as feministas da América Latina partem de pequenos grupos, que em seu princípio eram caracterizados como isolados, desconectados e ignorantes uns dos outros, os quais foram, pouco a pouco, caminhando entrelaçados em meio a um intercâmbio de ações políticas concretas.³⁶ Como mencionado pela autora, nos fizemos latino-americanas pela necessidade e pela vontade explícita de combater a opressão em todas as arenas políticas, econômicas e culturais que acabam embebidas pela dominação patriarcal ocidental, a qual é enraizada no continente por conta da dependência, da exploração econômica e da repressão política.

Dessa maneira, afirma-se que o feminismo latino-americano dá origem a projetos locais centrados na intersecção da opressão sexual e outras formas mais locais de exploração e dominação, instituindo-se como “uma forma recíproca de rebelião e subversão, instigando a construção prática de alternativas” (LAGARDE, 2012, p.636). Alguns desses projetos podem ser identificados pelos encontros regionais realizados pelos diferentes movimentos feministas latino-americanos, os quais são considerados fundamentais para a articulação das vozes feministas da região:

Alguns dos registros mais importantes para se entender a formação desse associativismo continental se encontram na realização dos Encontros Feministas Latino-Americanos e Caribenhos, cuja primeira ocorrência se deu em 1981, na capital colombiana de Bogotá. As memórias e narrativas sobre esses Encontros, disponibilizadas pela literatura especializada, permitem conhecer não somente alguns dos principais debates e temas presentes naqueles espaços, mas também os principais conflitos e disputas internas do “campo feminista”, entendido como um campo discursivo de ação. (BALLESTRIN, 2012, p.6)

A pesquisadora feminista Sónia Alvarez analisa, juntamente com outras autoras, a relevância de tais encontros para a consolidação do movimento feminista na região, uma vez que, na prática, eles funcionaram como espaços críticos, transnacionais e transfronteiriços capazes de reconfigurar e renegociar discursos, práticas e identidades dos movimentos locais, nacionais e regionais (ALVAREZ *et al.*, 2003). Para tanto, a partir da ramificação do movimento feminista latino-americano, diferentes “comunidades feministas latino-americanas passaram a ser imaginadas, possibilitando o engajamento e a conversa entre diferentes

³⁶“Las feministas empezamos en pequeños grupos, aisladas, inconexas e ignorantes de las otras y, poco a poco, caminamos enredadas con la creación de vínculos y redes sin los cuales sería impensable el flujo de información, el intercambio y la sintonía en las acciones políticas concretas. Hemos devenido latinoamericanas por necesidad y por nuestra voluntad” (LAGARDE, 2012, p.637).

mulheres e grupos, muitas marginalizadas e subalternizadas nos seus países de origem, cujos feminismos emergiram de heranças (neo)coloniais semelhantes” (ALVAREZ *et al.*, 2003, p. 542-543).

A partir disso, assim como tratado por Luciana Ballestrin (2020), passaram a se desenvolver esses espaços privilegiados para a observação de convergências e divergências da própria constituição do campo feminista latino-americano em suas diferentes expressões organizativas, temáticas, ideológicas, identitárias e geracionais, marcando as diferenças profundas e antagônicas dentro do movimento. Dessa maneira, a autonomia se constitui como um importante princípio da identidade feminista na América Latina, expondo o movimento regional como uma teoria original, em sua dupla acepção: de origem e de originalidade³⁷ (FEMENÍAS, 2007).

Desse modo, com o estímulo de conceder a devida voz ao movimento feminista latino-americano, a ativista feminista Chandra Mohanty (1984) propõe desestabilizar as desiguais construções das “vias de informação”, ou seja, assim como abordado por Menegon (2016), a autora sugere a construção de um feminismo sem fronteiras que tenha como ponto de partida os corpos e as vidas das mulheres e meninas do Terceiro mundo/Sul (o lócus privilegiado onde o capitalismo global costuma inscrever suas leis e seu roteiro), na construção da conscientização como o outro radical da globalização (MOHANTY, 1984).

Sua proposta é a da aproximação do feminismo acadêmico com estas realidades globais profundamente atravessadas pelo gênero, classe e raça, de modo à não repetição, dentro do Terceiro Mundo/Sul, das interpretações de sentido e das perspectivas ocidentais: a construção coletiva de um projeto feminista localizado e contextualizado em sua forma anticapitalista, antiimperialista, que valorize as formas cotidianas de resistência coletiva das mulheres ao redor do mundo. (MENEGON, 2016, p.62)

Assim sendo, a consolidação e disseminação desse feminismo original que é oportunizado pelas vozes do feminismo latino-americano acaba avançando para além das bordas da América Latina, indo ao embate das categorias hegemônicas euro-americanas que acabam por marcar as ondas do feminismo e que historicamente, por conta do poder alinhado à hegemonia econômica e cultural, não permitiram tornar visíveis os estágios do feminismo latino-americano (SOLDAN, 2004) durante sua construção. Entretanto, seguindo seus próprios pulsos e caminhos, a experiência feminista latino-americana delinea-se e se estabelece internacionalmente enquanto contribuição teórica e movimento prático.

³⁷El feminismo latinoamericano como contribución original. “Original” en su doble acepción: de “origen” y de “originalidad”. Conferir: FEMENÍAS, María Luisa. *El género del multiculturalismo*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2007. 328 p.

Ao utilizar o conceito de María Luisa Femenías (2007) de que a "linguagem significa liberdade, porque, em um mundo onde a linguagem e os nomes são poder, o silêncio é opressão e violência" (FEMENÍAS, 2007, p.22, tradução nossa)³⁸, entende-se que conceder a voz às teóricas feministas latino-americanas atribui ao movimento uma forma explícita de resistência, intencionando evidenciar os espaços de dominação nos lugares de transformação e resistência individual e coletiva (MONTANARO MENA, 2016).

Para tanto, acredita-se que a voz, por si própria, propicia a liberdade, assim como mencionado por Femenías (2007), no qual se faz necessário que haja a tentativa de transformação desse silêncio opressor em linguagem e ação, já que a opressão é o que por séculos cerca as mulheres oriundas do Sul global. Com o objetivo de construir a voz própria das feministas latino-americanas, as quais seguem constantemente oprimidas por diversos fatores que se desenvolvem e se entrelaçam ao longo do tempo, são desenvolvidos termos e conceitos que acabam sendo incorporados e reinterpretados pelo feminismo latino-americano, como por exemplo: colonialidade, patriarcado, interseccionalidade, entre outros, que serão tratados na seção seguinte.

³⁸“El lenguaje significa libertad. Porque, en un mundo donde el lenguaje y el nombrar son poder, el silencio es opresión y violencia” (FEMENÍAS, 2007, p.22).

4 PILARES E CONCEITOS: DECOLONIALIDADE E INTERSECCIONALIDADE DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO

A fim de conceder o devido sentido aos pilares e conceitos teóricos do feminismo latino-americano que serão analisados no presente capítulo, considera-se importante apresentar certa definição para os termos colonialidade e patriarcado e suas formas de utilização na corrente pesquisa. Como já mencionado na seção anterior ao tratar da teoria decolonial e de seu frequente diálogo com o movimento feminista terceiro-mundista, parte-se do pressuposto de que a superação da colonialidade do poder e do conhecimento representa um problema desafiador que é enfrentado pelas teóricas feministas advindas do Sul global. Para tratar do termo colonialidade, leva-se em consideração a definição de Aníbal Quijano (2005), já que o autor defende que a colonialidade é o resultado de um padrão de conhecimento alicerçado em uma estrutura de poder que tende a construir e sustentar o eurocentrismo.

Essa estrutura de poder se desenvolveu ao longo do tempo baseada no processo histórico de colonização pelo qual se fundamentou a frequente tendência de menosprezo aos conhecimentos e saberes das populações latinas que foram colonizadas (SILVA, 2020). Para Quijano (2005), o conceito de colonialidade do poder significa que as relações de colonialidade nas esferas econômica e política não terminaram com o final do colonialismo, pelo contrário, o autor denuncia o regime de colonialidade global em que vivem os países não europeus na contemporaneidade, imposta pelos países hegemônicos do sistema de acumulação, que possuem à frente os Estados Unidos, no qual, assim como mencionado pela autora Silva (2020), acaba atuando sobre o restante do Sistema Internacional por meio de órgãos como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Pentágono e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Nesse sentido, concorda-se com a perspectiva de Luciana Ballestrin (2013), a qual afirma que na contemporaneidade as zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial.

De acordo com Silva (2020), a colonialidade do poder enquanto conceito teórico possui duas formas de compreensão, no qual a autora se alinha ao pensamento de Aníbal Quijano (2005) para conferir tal análise:

O conceito possui uma dupla pretensão: de um lado, denuncia a continuidade das formas coloniais de dominação após as administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema capitalista moderno/colonial; de outro,

possui uma capacidade explicativa que atualiza e contemporiza processos que supostamente teriam sido apagados, assimilados ou superados pela modernidade, pois articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial mundial. (SILVA, 2020, p.7)

Ainda, segundo Quijano (2005), a América se constitui como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder mundial no qual dois processos históricos convergiram e se associaram na construção de um único processo que Aníbal Quijano denomina como colonialidade do poder. De acordo com essa perspectiva, teremos a construção de diferenças entre conquistadores e conquistados consolidadas na ideia de raça, sustentada por uma “suposta distinta estrutura biológica” (SILVA, 2020, p.7) que colocava automaticamente a civilização nativa em uma posição de poder inferior em relação aos colonizadores europeus, inferioridade essa que é dita como um processo “natural” e “biológico”. Para Quijano (2005), esse pensamento foi desenvolvido e adotado pelos europeus que colonizaram e exploraram a região, como uma forma de justificativa para a anexação e exploração dos povos, culturas e territórios locais, tornando-se a principal base de sustentação das relações de dominação impostas para com o Terceiro mundo.

Foi a partir desse alicerce que se classificou toda a população da América e, mais tarde, do mundo nesse novo padrão de poder. Por outro lado, e somada a isso, teremos a articulação das formas de controle dos processos de trabalho, de seus recursos e de seus produtos em torno do capital e do mercado mundial. (SILVA, 2020, p.7)

Por conta disso, defende-se a ideia de que a utilização do fator “raça” foi uma maneira de legitimar as relações de dominação que foram impostas após a conquista do continente. A partir disso, pode-se afirmar que a colonização e a expansão do colonialismo europeu conduziram fortemente à “elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento” (SILVA, 2020, p.7), e com ela, conseqüentemente, foram desenvolvidas elaborações teóricas que assentam a ideia de raça como a naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus, o que significou uma nova maneira de legitimar as práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados, como bem abordado pela autora Márcia Alves da Silva (2020). Esse pensamento que legitima a dominação e a exploração sobre as civilizações não-europeias demonstrou ser uma ferramenta muito eficaz e duradoura enquanto instrumento de dominação social universal, já que os povos que foram colonizados e explorados desenvolveram-se acreditando em suas situações “naturais” de inferioridade, incluindo a inferiorização e constante ataque aos seus traços físicos,

capacidades mentais/intelectuais e seus traços culturais. Segundo a análise de Aníbal Quijano (2005),

As novas identidades históricas produzidas sobre a ideia de raça foram associadas à natureza dos papéis e lugares na nova estrutura global de controle do trabalho. Assim, ambos os elementos, raça e divisão do trabalho, foram estruturalmente associados e reforçando-se mutuamente, apesar de que nenhum dos dois era necessariamente dependente do outro para existir ou para transformar-se. (QUIJANO, 2005, p.118)

Destarte, é possível afirmar que a ciência, como campo do conhecimento, também se construiu com base nesse pensamento, na medida em que se faz explícito o duplo menosprezo que os saberes das mulheres advindas da América Latina acabam sofrendo, uma vez que, assim como mencionado pela antropóloga feminista argentina Rita Laura Segato (2018), a intervenção colonial, tanto no passado quanto no presente, tem a característica de diminuir tudo o que diz respeito às mulheres.

O termo minorização refere-se à representação e posição da mulher no pensamento social; Minorizar refere-se aqui a tratar a mulher como "menor" e também a encurralar suas questões na esfera do íntimo, do privado e, principalmente, do particular, como "questão minoritária" e, conseqüentemente, como "minorias". (SEGATO, 2018, p. 99)³⁹

Entretanto, é importante ressaltar que o processo de decolonização do conhecimento não deve ser interpretado ou confundido como a rejeição de toda e qualquer construção teórica e social que seja advinda do Norte global e que esteja diretamente relacionado com aquilo que seria genuinamente criado no Sul, no que se refere a experiências, conceitos, pensamentos e práticas (SILVA, 2020). Pelo contrário: a decolonialidade enquanto prática deve ser vista como um contraponto e uma resposta a essa tendência de construção da ciência baseada no eurocentrismo que é vista constantemente desde o princípio dos processos de colonização. Assim como abordado pelas autoras Márcia Alves da Silva (2020) e Luciana Ballestrin (2013), atualmente diversos autores e autoras que se encontram situados tanto nos centros quanto nas periferias da produção geopolítica do conhecimento questionam o universalismo etnocêntrico e o eurocentrismo teórico contidos no *mainstream* das Ciências Sociais. “Essa busca tem informado um conjunto de elaborações denominadas teorias e

³⁹“El término minorización hace referencia a la representación y a la posición de las mujeres en el pensamiento social; minorizar alude aquí a tratar a la mujer como “menor” y también a arrinconar sus temas al ámbito de lo íntimo, de lo privado, y, en especial, de lo particular, como “tema de minorias” y, en consecuencia, como tema “minoritario” (SEGATO, 2018, p. 99, tradução nossa).

epistemologias do Sul, as quais procuram valorizar e descobrir perspectivas para a decolonização das Ciências Sociais” (SILVA, 2020, p. 8; BALLESTRIN, 2013, p. 109).

Desse modo, a partir do reconhecimento da relevância de se decolonizar o conhecimento, bem como partindo de uma perspectiva epistemológica do pensamento feminista decolonial, examina-se a inter-relação existente entre a colonialidade e o patriarcado (*colonialidade de gênero e o patriarcado colonial moderno*)⁴⁰ no contexto de luta pelas autonomias. Nesse sentido, o presente capítulo objetiva explicar a perspectiva de análise interseccional difundida pelo feminismo latino-americano como uma forma de auxiliar na superação da desigualdade tanto ontológica quanto política que é atribuída à violência de gênero que atinge as mulheres da região, de acordo com o padrão colonial moderno e binário (SEGATO, 2012) imposto pelo patriarcado instintivamente ocidental, o qual é percebido como grande aliado histórico do racismo e do capitalismo.

De acordo com o contexto apresentado, utiliza-se como base teórica a definição de patriarcado proposta pela socióloga feminista Christine Delphy (2009), no qual a autora define três sentidos históricos para o termo patriarcado: o primeiro, segundo a autora, está relacionado a preceitos religiosos, quando o termo patriarca fazia menção a membros da Igreja ortodoxa. O segundo sentido está relacionado à área do Direito, quando é dado poder ao pai, no sentido de legitimação jurídica de autoridade (SILVA, 2020). Ainda, a autora afirma que,

[...] antes das denúncias dos autores socialistas, encontra-se bastante o adjetivo ‘patriarcal’ em autores do século XIX, utilizado de maneira elogiosa em expressões como ‘as virtudes patriarcais’, a saber, a simplicidade dos costumes, a frugalidade, a vida no campo. (DELPHY, 2009, p. 174)

E o terceiro sentido, por sua vez, é creditado como uma provável delimitação de escritos socialistas, tendo como exemplo a obra de Friedrich Engels (1884), intitulada: *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. Entretanto, para Delphy (2009), o termo patriarcado passa a ser utilizado com maior frequência a partir do feminismo contemporâneo, ganhando força e sendo amplamente difundido, tendo a obra *Política Social* (1971) de Kate Millet, como principal motor para que o uso do termo patriarcado fosse popularizado, devido à posição emblemática que a obra acabou tomando. Acredita-se que desse modo acabara se desenvolvendo o sentido feminista do termo patriarcado, da forma

⁴⁰Termos definidos pela autora Rita Laura Segato. Conferir: SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *E-cadernos Centro de Estudos Sociais* [Online], Universidade de Coimbra, 18 ed., 2012.

como é utilizado na contemporaneidade (tanto em produções essencialmente teóricas como em ações práticas e militantes, como por exemplo: protestos políticos), referindo-se a uma dinâmica de construção social e familiar na qual o homem (enquanto patriarca) submete todas as outras pessoas da família ao seu poder, especialmente as mulheres (SILVA, 2020).

Dessa maneira, pode-se afirmar que, de acordo com a frequente utilização do termo patriarcado, a definição do termo cunhado pelas feministas fora o sentido que prevaleceu, de modo que hoje se compreende amplamente que o termo representa uma relação de poder que, hierarquicamente, confere mais poder aos homens do que às mulheres, não apenas na família, mas no todo social (SILVA, 2020). A fim de complementar tal definição, cabe salientar que Delphy (2009) ainda apresenta a dualidade de aspectos intrínsecos do patriarcado, como um sistema que, de uma maneira é representado como amplo e que engloba diversas faces da sociedade, fugindo do espectro individual; e de outra maneira, as denúncias constantes realizadas pelas feministas, que questionam e manifestam certa indignação frente a relação constante entre o patriarcado e o capitalismo, estabelecendo suas diferenças ao mesmo tempo em que atribuem suas conexões.

Ainda sobre a definição de patriarcado, cabe mencionar que a socióloga e militante feminista brasileira Heleieth Saffioti consolidou-se como uma brilhante referência. Assim como mencionado por Silva (2020), Saffioti ficara conhecida como a autora da primeira tese feminista defendida no Brasil, no início da década de 1970, desmontando padrões da época e dissociando as balizas de comportamento e discussões que eram colocadas para o ser mulher ao final do século XX. A autora, por sua vez, desde os anos 70 já afirmava a importância da indissociabilidade entre gênero, raça e classe, o que atualmente denominamos pelo termo interseccionalidade (SILVA, 2020). Heleieth Saffioti (1987; 2004; 2013), durante sua trajetória feminista militante e acadêmica, dedicou-se intensamente a caracterizar o patriarcado e denunciar a violência intrínseca que é permeada pelo mesmo e que permanece sob a constante manutenção da ótica social ocidental. Acerca dessa manutenção, considera-se que o patriarcado, enquanto sistema social hegemônico, necessita de um caráter pedagógico que sustente e garanta sua hegemonia, no qual, segundo as autoras Daniele Rehling Lopes e Márcia Alves da Silva (2016),

O que precisamos significativamente é avançar na compreensão do aspecto ideológico de propagação do patriarcado, suas ferramentas de inserção e de reprodução que fazem com que as próprias mulheres, ainda que não sejam machistas, pois não possuem privilégios masculinos, passem a perpetrar e a reproduzir ações sexistas umas com as outras. (LOPES; SILVA, 2016, p. 264)

Nesse sentido, é sabido que as mulheres latino-americanas pertencentes aos povos tradicionais da região estabelecem um grupo social em que o processo de exclusão foi e ainda tem sido dos mais violentos (SILVA, 2020). Na atualidade, dados sobre violência contra as mulheres demonstram todos os dias em meios de comunicação o quanto as mulheres oriundas do Sul global costumam estar bem mais expostas à violência do que as demais, no qual “o padrão eurocentrista de gênero e de feminilidade, aliado ao capitalismo e sob a égide do patriarcado” (SILVA, 2020, p.8) acabam se caracterizando como amendrontadores para as mulheres do Sul, no qual, segundo Silva (2020, p.8), “esse processo histórico se constrói alicerçado na colonialidade do poder”. Portanto, o colonialismo europeu é visto como um elemento que, além de ter deixado diversas marcas irreversíveis na América Latina, coloca desafios constantes para a consolidação do feminismo latino-americano, já que, assim como salientado pela autora Francesca Gargallo em seu artigo intitulado “*Feminismo Latinoamericano*” (2007),

Para o feminismo latino-americano é muito difícil desconstruir sua ocidentalidade, porque se impôs como sinônimo de um mundo tecnologicamente moderno e legalista que até os socialistas queriam alcançar. Somente a partir da análise da pobreza e da desigualdade como frutos de um colonialismo capitalista que precisava, e continua precisando, da contrapartida pobre da riqueza de seu lugar de origem e expansão, o feminismo latino-americano considera hoje a necessidade de se libertar da perspectiva do universalismo cultural ocidental e sua construção determinista: a organização dos gêneros sexuais, masculino e feminino, bipolar, binário e hierárquico para que o trabalho livre das mulheres se apoie em uma natureza invariável, construída a partir da cultura. (GARGALLO, 2007, p.22, tradução nossa)⁴¹

Sendo assim, é possível concluir que, para que o paradigma social e educacional proveniente da perspectiva colonial e patriarcal seja alterado, é fundamental que ocorra a construção e disseminação de teorias que incorporem as demandas de gênero e que sejam capazes de abarcar as bases e contribuições teóricas que o pensamento feminista construiu (SILVA, 2020). O presente capítulo se estabelece na pesquisa com a intenção de abranger essa teorização dos debates feministas latino-americanos e conferir uma assimilação mais clara de

⁴¹“Para el feminismo latinoamericano es muy difícil deconstruir su occidentalidad, porque ésta se impuso como sinónimo de un mundo tecnológicamente moderno y legalista que hasta las socialistas querían alcanzar. Sólo desde el análisis de la pobreza y la desigualdad como frutos de un colonialismo capitalista que necesitaba, y sigue necesitando, de la contraparte pobre de la riqueza de su lugar de origen y expansión, el feminismo latinoamericano se plantea hoy la necesidad de liberarse de la perspectiva del universalismo cultural occidental, y su construcción determinista: la organización de géneros sexuales, masculino y femenino, bipolares, binarios y jerarquizados para que el trabajo gratuito de las mujeres descansa en una naturaleza invariable, construída desde la cultura.” (GARGALLO, 2007, p.22)

certos termos, tratando a seguir dos conceitos de interseccionalidade⁴² de raça, classe e gênero como aportes defendidos pelo feminismo latino-americano.

4.1 O ponto de inserção da interseccionalidade no movimento feminista

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo à nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar. (...) Ela não prevê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista (...). Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação (...) na busca de uma ‘linha correta’. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável. (DAVIS, 2008, p. 79)

As perspectivas de análise interseccionais tiveram origem na articulação da produção teórica feminista com “as demandas e contribuições de ativistas negras, lésbicas, de Terceiro mundo e latino-americanas” (MENEGON, 2016, p.68). Durante as últimas décadas, a produção teórica das ciências sociais em geral tem atraído bastante atenção para uma categoria específica entre as diversas abordagens dos estudos feministas, pensamento de mulheres e das teorias de gênero: a interseccionalidade⁴³ (HENNING, 2015). Tal termo é utilizado em constante alusão às reflexões e teorizações acerca da “multiplicidade de diferenciações que, articulando-se a gênero, permeiam o social” (PISCITELLI, 2008, p.263).

Dessa maneira, identifica-se que a preocupação interseccional à luz das teorizações feministas caracteriza o desenvolvimento da reflexão crítica e da intervenção política, sobretudo por meio de políticas públicas, realizadas nos últimos 30 anos (MENEGON, 2016), no qual os marcadores sociais da diferença como gênero, sexualidade, raça, classe social e corporalidades interagem, contextual e conjunturalmente, de modo a promover potenciais cenários de desigualdades sociais e hierarquizações (HENNING, 2015).

⁴²Considera-se importante mencionar que, segundo o autor Carlos Eduardo Henning (2015) dentre os trabalhos do referido campo produzidos no Brasil, tendeu-se a utilizar tanto “intersecção” quanto “interseção” para tratar do termo. Contudo, o dicionário Houaiss (2009) afirma que “seção” e “secção” têm o mesmo significado em português, sendo relativas a: “ato ou efeito de seccionar (-se); porção retirada de um todo; segmento; ponto ou local onde algo foi cortado ou dividido...”, o que indica que não haveria equívoco no uso de nenhuma delas (HENNING, 2015). Entretanto, para a presente pesquisa será utilizado o termo que se encontra em maior vigência de acordo com as bibliografias utilizadas: “intersecção”.

⁴³O termo interseccionalidade pode aparecer como diversas outras denominações. Assim como mencionado pelo autor Carlos Eduardo Henning (2015), autoras como Adriana Piscitelli (2008), por exemplo, reitera que outras autoras utilizam do termo “categorias de articulação” para representar a interseccionalidade. Outro termo que costuma ser utilizado por autoras como Patricia Hill Collins (2000) e Wendy Hulko (2009) para remeter a questões interseccionais é *interlocking oppressions*, ou em livre tradução “opressões entrelaçadas”. Entretanto, para o presente trabalho, será utilizado o termo “interseccionalidade”, a fim de corroborar com a disseminação do termo na pesquisa acadêmica brasileira.

A perspectiva interseccional, portanto, colabora com diferentes formulações e possibilidades de aplicação, sendo apontada como um dos principais desafios do pensamento e da crítica feminista na atualidade (MENEGON, 2016). A difusão de debates interseccionais contemporâneos gera grande interesse para pesquisadoras e pesquisadores que se localizam dentro e fora do escopo dos estudos feministas e de gênero, já que a temática é responsável por trazer à tona inúmeros questionamentos, “alcançando a posição de centralidade no pensamento feminista dentre as últimas décadas” (HENNING, 2015, p.101). Segundo a autora Leslie McCall (2005), a interseccionalidade poderia ser considerada como uma das mais importantes contribuições teóricas que os estudos feministas, juntamente com outros campos, produziram até o presente momento.

Além do mais, a fins de caráter observatório, é interessante mencionar que, mesmo que o termo “interseccionalidade” tenha sido cunhado teoricamente apenas no ano de 1989⁴⁴ a partir de análises e aportes teóricos produzidos e defendidos pela pesquisadora feminista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1989), já haviam indícios de que as preocupações em entrelaçar as “distintas formas de diferenciações e de desigualdades sociais sejam bem anteriores, tendo como um de seus marcos simbólicos as contribuições do influente manifesto de 1977 do *Combahee River Collective*” (HENNING, 2015, p.102).

De acordo com Henning (2015), o fatídico manifesto, organizado por um coletivo de feministas negras e lésbicas situado em Boston entre os anos 1973 e 1980, postulava em termos concisos: a experiência combinada de “entrelaçamento de opressões por sexo, raça, classe, sexualidade e a necessidade do desenvolvimento de uma análise e prática baseadas no fato de que as formas de opressão estão interligadas” (HENNING, 2015, p.102), defendendo uma luta articulada não apenas contra a opressão das mulheres, mas contra todas as outras formas de dominação e desigualdades que eram baseados em indícios racistas, heterossexistas e classistas.

Entretanto, há teóricos que apontam para um processo bem mais antigo de preocupação feminista com formas de entrelaçamento de diferenças na produção de desigualdades sociais, referindo-se ao “movimento feminista abolicionista nos Estados Unidos de meados do século XIX” (HENNING, 2015, p.103). Segundo Brah (2007):

Nos EUA as tensões políticas no feminismo envolvendo as inter-relações entre ‘raça’ e outros fatores como classe e gênero datam das campanhas anti-escravidão. Durante a década de 1830, por exemplo, as mulheres estadunidenses se tornaram cada vez

⁴⁴Embora nesse momento o termo “interseccionalidade”, carregado de todo o peso teórico que possui atualmente, ainda não tivesse sido devidamente criado.

mais ativas no movimento abolicionista, contexto no qual aprenderam a defender seus próprios direitos de se envolver no trabalho político e onde suas experiências de relativa marginalização as compeliram a formar sociedades de mulheres anti-escravagistas separadas [das sociedades anti-escravagistas de homens]. A primeira sociedade feminina anti-escravagista foi formada em 1832 por mulheres negras de Salem, Massachusetts, seguidas por sociedades similares estabelecidas por mulheres brancas de outros locais (BRAH, 2007, p. 249).

A fim de contextualizar o que fora apresentado acima, a socióloga Avtar Brah juntamente com a pesquisadora e psicóloga Ann Phoenix (2004, p.76-77) apresentam a personagem histórica Sojourner Truth, mulher afro-americana que foi escravizada e ficou conhecida por sua fala proferida no ano de 1851, na *Convenção de Direito das Mulheres*, em Akron, Ohio. Segundo as autoras, o discurso de Truth refletiria a complexidade da posição na qual falava: entre as bandeiras anti-escravidão dos negros do Sul dos Estados Unidos e das reivindicações nascentes das mulheres (brancas) do Norte (HENNING, 2015). De acordo com o contexto histórico vivido por Sojourner Truth (em meio ao século XIX, período em que importantes lutas sociais foram disseminadas, a maioria delas, em defesa das liberdades individuais: em prol do voto das mulheres e a favor do fim da escravidão), fez com que a mesma se questionasse acerca das múltiplas desigualdades em que enfrentava, proferindo o famigerado discurso que repercute até os dias atuais:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher? (TRUTH, 1851)⁴⁵

A partir do discurso de Sojourner Truth (1851), as autoras Brah e Phoenix (2004) consideram que as questões sobre entrelaçamento de diferenças e desigualdades (hoje em dia denominadas como interseccionalidade) que emergiram no movimento feminista a partir da década de 1970 já estavam presentes na fala de Truth, de mais de um século de existência. De acordo com essa perspectiva, Brah e Phoenix (2004) desenvolveram relevante historicização

⁴⁵O discurso, proferido em Ohio durante uma reunião de clérigos em que se discutiam os direitos da mulher, fora traduzido por Osmundo Pinho, aluno da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, no ano de 2014 e disponibilizado pelo portal on-line da Organização Geledés. Conferir: TRUTH, S. **E não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho. Austin: jan, 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>>.

do pensamento “interseccional”⁴⁶, remetendo o seu princípio a “debates bem anteriores às proposições dos *Black Feminisms* dos anos 1970” (HENNING, 2015, p.105). Entretanto, sob a análise de Patricia Hill Collins (2000), autora feminista conhecida internacionalmente por tratar de termos como interseccionalidade e feminismo negro, historicamente houve “descontinuidades na tradição do pensamento das mulheres afro-americanas” (COLLINS, 2000, p.3), as quais por vezes tiveram suas vozes ouvidas com maior expressão, enquanto em outros momentos tenderam a ser frequentemente silenciadas.

É possível perceber que há um retorno do “debate sobre a experiência de entrecruzamento de diferenciações sociais com grande fôlego a partir dos anos 1970” (HENNING, 2015, p.105), no qual, segundo a autora Rose Brewer (2005), a contextualização histórica do novo momento de ascensão do debate interseccional acaba influenciando largamente as feministas acadêmicas a partir de um contexto ativista extra-acadêmico, ou seja, a preocupação interseccional deixou de ser apenas uma contribuição teórica para ganhar vez e voz nas ruas por meio da organização de coletivos feministas que visibilizam trazer à tona as opressões sofridas a partir da interseccionalidade de raça, classe, gênero e sexualidade. De acordo com Brewer (2005), o coletivo *Combahee River Collective* foi o responsável por dar o tom do debate dos feminismos radicais negros na década dos anos 1970’s (HENNING, 2015), afirmando como ativistas feministas negras e lésbicas eram duplamente atingidas pelos efeitos de uma sociedade patriarcal, machista e sobretudo, racista.

Alguns assassinatos (...) as inspiraram para a ação imperativa (...) treze mulheres negras haviam sido assassinadas em Boston e pouco havia sido feito. Suas vidas estavam sendo invisibilizadas por ativistas negros homens e por feministas brancas. O Combahee River Collective organizado exigiu ação e reconfigurou, de fora, a academia através da escrita de um documento fundamental saído das lutas. (BREWER, 2005, p. 355)

Apesar disso, cabe ressaltar ainda que, mesmo que a década de 70 tenha sido marcada pela inserção e promoção do debate sobre as experiências articuladas entre classe social, raça, gênero e diferenças sociais na vida de mulheres “não-brancas”, ainda era desenvolvido um número significativo de trabalhos teóricos advindos dos feminismos de segunda onda que “mostravam certo descaso com o racismo como uma característica interna das “relações patriarcais ocidentais” (HENNING, 2015, p. 106). Essa negligência por parte de outras feministas gerava críticas e denúncias de mulheres anti-racistas (especialmente as

⁴⁶Utilizam-se aspas ao utilizar o termo interseccionalidade para se referir ao contexto histórico de formação do pensamento e debate interseccional, já que parte-se do pressuposto de que o termo ainda não havia sido utilizado como é feito na forma contemporânea.

consideradas “mulheres de cor”), sendo que, segundo Henning (2015), uma das primeiras críticas no contexto anglófono foi produzida pelo Combahee River Collective, no ano de 1977.

As mulheres de cor criticavam os movimentos feminista e dos direitos civis dos anos 1960 e 1970 por não trabalharem com as temáticas de raça e gênero respectivamente. As ativistas mulheres de cor dessa época eram frequentemente forçadas a optar por um dos lados entre as lutas feministas e as dos direitos civis. Fazer a escolha era difícil para mulheres de cor porque suas experiências não eram apenas baseadas em raça ou gênero, mas em raça e gênero. Frustradas com feministas brancas que fracassaram em integrar o anti-racismo em seu ativismo e com homens de cor que fracassaram na luta contra seu sexismo, as mulheres de cor começaram a se organizar e vocalizar suas questões [específicas]. (FALCÓN, 2009, p.467)

Refletindo as ações de ativistas e acadêmicas sobre a relevância da interseccionalidade, logo na primeira metade da década de 1980 passaram a surgir novas contribuições teóricas que tratavam do assunto, a partir de publicações como *Women, Race and Class* de Angela Davis (1981) e *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism* escrito pela autora Bell Hooks (1981). Ambas as publicações apresentam suas contribuições e críticas em torno da problemática de se homogeneizar a categoria “ser mulher”, atentando para a necessidade de analisarmos como a combinação de desigualdades seguem “entrecortando as experiências das mulheres” (HENNING, 2015, p.107), caracterizando obras extremamente atuais que costumam ser retomadas constantemente por feministas contemporâneas.

Junto a elas, somaram-se publicações de Audre Lorde (1984) e de Patricia Hill Collins (2000 [1990]), “cujas preocupações teóricas também envolviam as formas de entrelaçamento de diferenças sociais” (HENNING, 2015, p.108). Ao decorrer do tempo, diversas teóricas feministas de distintos campos do conhecimento passaram a dedicar suas pesquisas à temática interseccional, publicando importantes trabalhos críticos sobre desigualdade de gênero e sobre a articulação das diferenças, contribuindo para uma melhor compreensão do debate promovido pela interseccionalidade. Desse modo, é possível identificar que, para os estudos feministas contemporâneos se torna quase que indissociável estudar gênero sem analisar as interações com os outros modos de dominação e exploração que são apresentados, já que, assim como mencionado pela autora pós-estruturalista Judith Butler (2003),

se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de ‘gênero’ das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

Sendo assim, a partir da contextualização histórica apresentada, pode-se afirmar que as produções teóricas acerca da noção e existência de interseccionalidades dentro do movimento feminista vêm sendo realizadas já há algumas décadas, e mesmo que o palco inicial dessas produções e debates interseccionais tenham sido proporcionados por teóricas oriundas dos Estados Unidos e da Europa, o pensamento interseccional também possui autoras relacionadas ao *feminismo chicano e latino-americano* (as quais também se caracterizam como mulheres de cor, assim como já fora mencionado na presente pesquisa) como peças bastante relevantes para os debates interseccionais por conta de suas contribuições teóricas e da militância ativa, os quais serão tratados no subtópico seguinte.

4.2 O pensamento interseccional sob a ótica latino-americana

Todas as mulheres desta nação sabem que seu status é diferente do de mulheres negras/não brancas. Elas sabem isso desde o tempo em que eram garotas assistindo à televisão e vendo somente imagens delas, e folheando revistas e vendo somente imagens delas. Elas sabem que a única razão para mulheres não brancas estarem ausentes/invisíveis é o fato de não serem brancas. Todas as mulheres brancas desta nação sabem que a branquitude é uma categoria privilegiada. O fato de que mulheres brancas escolhem refrear ou negar esse conhecimento não significa que sejam ignorantes. Significa que estão em negação. (HOOKS, 2018, p.52)

O trecho da obra *O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras* de Bell Hooks (2018) que dá início ao subtópico presente, contribui ativamente para que a pesquisa possa desenvolver a compreensão de interseccionalidade segundo a ótica latino-americana, já que, por estarmos situados em um continente no qual a miscigenação é um fator expressivo e pertinente, o fato de feministas brancas (mesmo que oriundas da América Latina) não se preocuparem com as operações de poder que permeiam sobre as mulheres não-brancas é considerado no mínimo problemático, já que caracteriza uma negação das experiências e das interações entre estruturas de poder vividas por outras mulheres, generalizando e privilegiando, tanto no plano empírico quanto teórico, a desigualdade de gênero como a única mazela sofrida por todas as mulheres.

De acordo com essa perspectiva, traz-se à presente pesquisa a análise de Kimberlé Crenshaw (1991), que ao tratar da complexidade de sua posição e de seu local de fala pôde refletir sobre o conjunto de desigualdades que a afetavam (assim como a outras mulheres negras), concluindo que não a subalternizavam apenas em razão de seu sexo, mas também devido à raça e condição financeira. Segundo Crenshaw (1991) a discriminação de raça e de gênero operam juntas, limitando as chances de crescimento não apenas de mulheres negras,

mas de mulheres mestiças, índias, pobres, sulistas, faveladas, ou seja, todas àquelas que ocupam mais de uma categoria de subjugação social e são consideradas como minorias.

Dessa maneira, assim como abordado por Crenshaw (1991) ao tratar das vivências das mulheres negras no plano interseccional, a presente pesquisa considera que as experiências das mulheres subalternas não podem ser enquadradas separadamente nas categorias da discriminação racial ou da discriminação de gênero, mas sim, ambas as categorias precisam ser reconhecidas e ampliadas para que possamos abordar as questões de interseccionalidade, e consequentemente de discriminação interseccional que essas mulheres mencionadas acima (em especial, as mulheres negras, indígenas, mestiças e que caracterizam em um âmbito geral as mulheres latino-americanas) enfrentam. Desse modo, se enfatiza a necessidade de empreendermos esforços abrangentes para eliminarmos essas barreiras que cerceiam a vida de boa parte das mulheres advindas do continente latino-americano.

Desse modo, ao identificar que a interseccionalidade é caracterizada como a consequência de diferentes formas de dominação e/ou de discriminação que tratam de entrelaçamentos entre diversos fenômenos (raça, classe, sexo...), considera-se interessante oferecer, assim como é abordado pela autora Adriana Piscitelli (2008, p. 266), “ferramentas analíticas para apreender a articulação de múltiplas diferenças e desigualdades”, já que trabalhar com uma perspectiva interseccional é renegar o entendimento da realidade através de apenas um conceito ou ótica isolada com o objetivo de “pensar categorias de classificação dos sujeitos de forma relacional e articulada” (MENEGON, 2016, p.69).

No entanto, de acordo com a autora Anne McLintock (1995), as experiências vivenciadas por meio das categorias de discriminação mencionadas não são dissociadas uma das outras, e tampouco podem ser anexadas como se caracterizassem um jogo de lego ou até mesmo uma soma de desigualdades. Como mencionado por McLintock, devemos pensá-las como categorias articuladas, que existem de forma relacional e contextual. Além disso, é considerado como improvável que se possa realizar uma análise – também partindo da noção de interseccionalidades (MCKLINTOCK, 1995)– tendo como base somente três marcadores (raça, classe e sexo), uma vez que os sujeitos, as comunidades e sociedades constituídas são compostas por diversos outros componentes, ou diversas “categorias de diferenciação” (MENEGON, 2016, p.70).

Nesse sentido, verifica-se que, de acordo com Carolina Menegon (2016), a partir do uso das interseccionalidades é possível vislumbrar uma capacidade maior de agência (possibilidade de ação do sujeito), uma vez que as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias (PISCITELLI,

2008) e em meio a essas contradições vê-se certa viabilidade de desenvolver estratégias para mudança. De acordo com essa proposta, conclui-se que, assim como analisado por Kimberlé Crenshaw (1994), a interseccionalidade não pretende propor uma nova teoria globalizante de identidade que abarque todas as identidades discriminadas, mas sim, objetiva levar em consideração as múltiplas fontes de identidade existentes.

A fim de exemplificar a multiplicidade presente na interseccionalidade, Crenshaw (1994) divide a interseccionalidade em duas categorias: a interseccionalidade estrutural, responsável pela posição das mulheres de cor na intersecção da raça e do gênero e as consequências sobre a experiência da violência conjugal e do estupro, e as formas de resposta a tais violências; e a interseccionalidade política, caracterizada pelas políticas feministas e políticas antirracistas que têm como consequência “a marginalização da questão da violência em relação às mulheres de cor” (MENEGON, 2016, p.71). Essa formulação desenvolvida por Crenshaw em conjunto com outras pesquisadoras da área pode ser definida como “uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um enfoque integrado” (MENEGON, 2016, p.71).

Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (MENEGON, 2016, p.71)

Entretanto, apesar do conceito de interseccionalidade ser identificado como um fenômeno em escala global, a divisão Norte/Sul dos Estados influencia nas interseccionalidades e, em virtude do colonialismo, introduz a questão da raça/etnia no nível macro (CRENSHAW, 2002). Desse modo, leva-se em consideração que um estudo interseccional, se realizado a partir de uma ótica internacional, “pode reconhecer as desigualdades que estabelecem tanto as relações de poder entre o Norte e o Sul, quanto as hierarquias de cada nação” (MENEGON, 2016, p.73). Nessa perspectiva,

a análise interseccional pode ser dificultada pela negação de divisões raciais internas em nações subordinadas política ou economicamente na esfera internacional, situações em que as elites das sociedades do Sul ocupam posição de privilégio em suas nações, mas são marginalizadas na arena internacional. (MENEGON, 2016, p.73)

Ou seja, de acordo com Carolina Menegon (2016), a partir de uma análise de cada um dos eixos de subordinação de forma isolada, a globalização hegemônica é capaz de apresentar

consequências e aspectos distintos. Desse modo, sob o viés da discriminação de raça/etnia ao nível macro, Boaventura de Sousa Santos (2010) defende que a globalização hegemônica está instintivamente ligada a uma disparidade crescente entre os Estados centro e periferia da economia global, de modo com que torna a “riqueza” e a capacidade produtiva localizadas e mal distribuídas, definindo e reformulando os padrões globais de desigualdade. Segundo Santos (2010), de acordo com uma análise traçada a partir da subordinação de classes, a globalização econômica colaborou para que surgisse uma pobreza globalizada permanente, generalizada, estrutural, em que se observa no mundo o aumento do desemprego e a degradação da remuneração empregatícia, ao passo em que o poder público se retira da proteção social (MENEGON, 2016).

Isto posto, ainda que as contribuições e problematizações desenvolvidas por teóricas euro-estadunidenses sobre a interseccionalidade sejam de extrema importância e relevância para o feminismo, a anexação da identidade latino-americana ao paradigma ocidental de gênero concede certa universalização ao termo, já que, paralelo às críticas no âmbito teórico ocorrem as reivindicações internas ao movimento feminista relativas à diferença pelas mulheres negras, lésbicas e do chamado Terceiro mundo (PISCITELLI, 2008; HARAWAY, 1991). Nesse cenário, em meio ao debate feminista latino-americano o conceito de interseccionalidade acabou sendo cunhado por nomes como Glória Alzandua, María Lugones e Lélia Gonzalez, intervindo para que o pensamento interseccional não seja pensado apenas pelo feminismo negro, mas sim, por feministas de cor, lésbicas, judias, fazendo com que a diversidade identitária da América Latina contribuísse para que o feminismo possa ser entendido como um campo intersectado por diversas formas de subordinação além da de gênero (MENEGON, 2016).

Em vista disso, para a autora Avtar Brah (2006), o contexto de desigualdade, aplicado tanto ao nível nacional quanto ao internacional, precisa ser levado em consideração para que se possa compreender os problemas que afetam as mulheres, “uma vez que o gênero é constituído e representado de formas diversas de acordo com a localização dentro de relações globais de poder, localização esta determinada por uma série de processos econômicos, políticos e ideológicos” (MENEGON, 2016, p.74). Segundo Brah (2006),

dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes”. Cada descrição está referida a uma condição social específica. Vidas reais são forjadas a partir de articulações complexas dessas dimensões. (BRAH, 2006, p. 341)

É possível concluir, portanto, que o combate à discriminação de gênero exige a compreensão das “distintas formas que o gênero se intersecta com outras identidades e como essas intersecções vulnerabilizam particularmente diferentes grupos de mulheres” (MENEGON, 2016, p.74). Segundo Kimberlé Crenshaw (2002), a vulnerabilidade interseccional ocorrida permanece desconhecida porque categorias mais amplas como raça e gênero muitas vezes obscurecem experiências de mulheres de grupos étnicos ou raciais específicos, como é o caso das mulheres latino-americanas, que interseccionam entre si diferentes grupos subalternos. Logo, concorda-se com a perspectiva de Crenshaw (2002) e de Menegon (2016), que afirmam que em contextos nos quais as forças econômicas, culturais e sociais moldam o plano de fundo estrutural a ponto do mesmo parecer naturalizado e invisível, a discriminação interseccional se torna difícil de ser identificada, “ficando à vista apenas o aspecto mais perceptível da discriminação, não sua estrutura” (MENEGON, 2016, p.75).

Assim sendo, a ideia da globalização hegemônica contemporânea apresentada acima é aplicada à presente pesquisa como uma espécie de fenômeno multidimensional, podendo ser identificada como um exemplo desse contexto. Portanto, se faz indispensável a análise e identificação dessa estrutura de discriminações visando compreender as distintas formas de subordinação que permanecem em suas intersecções (MENEGON, 2016) para que seja possível que os movimentos feministas que compõem a globalização contra-hegemônica possam atuar nesse cenário a fim de melhorar as condições das mulheres e de outros grupos minoritários, como é o caso da institucionalização de Organizações não Governamentais feministas que serão estudadas no capítulo a seguir.

5 APLICANDO A TEORIA NA PRÁTICA: DIÁLOGOS ENTRE A MILITÂNCIA E A ACADEMIA

Para introduzir o debate sobre a influência das contribuições teóricas do feminismo latino-americano na militância feminista brasileira por meio da atuação de Organizações não Governamentais, considera-se importante realizar uma breve análise histórica do momento de institucionalização do movimento feminista no cenário brasileiro, com o intuito de compreender em que momento as Organizações não Governamentais feministas brasileiras passaram a exercer de forma especializada e profissionalizada certa pressão sobre o Estado a fim de influenciar as políticas públicas brasileiras e garantir o embasamento da luta pela igualdade de gênero por meio de mudanças nos direitos sociais e políticos assegurados por lei.

Segundo a autora Ana Alice Alcântara Costa (2005), é comum ouvir entre conversas informais ou até mesmo em meios de comunicação nos países latino-americanos a afirmação de que o movimento feminista permanece em *stand-by*, com poucas ações práticas e pouca mobilização. Entretanto, pode-se afirmar que o feminismo latino-americano enquanto movimento social nunca esteve tão vivo e tão mobilizado quanto tem estado desde o início do século XXI. Assim como mencionado por Alcântara Costa (2005), o movimento feminista regional talvez tenha mudado “de cara”, não realiza mais queimas de sutiãs nas ruas e faz passeatas ou panfletagens com uma frequência muito menor do que anteriormente, entretanto, não significa que o movimento tenha perdido sua radicalidade, abandonado suas lutas ou se acomodado com as conquistas já obtidas.

Pode-se acrescentar que de fato, tanto o movimento feminista latino-americano quanto o movimento feminista brasileiro mudaram, e não mudaram somente em relação ao movimento sufragista, emancipacionista de meados do século XIX como fora apresentado inicialmente no presente trabalho, mas mudaram também em relação ao feminismo como movimento social apresentado nos anos 1960, 1970, e até mesmo da década de 1980 e de 1990. Como afirmado por Alcântara Costa (2005), “vem mudando cotidianamente, a cada enfrentamento, a cada conquista, a cada nova demanda, em uma dinâmica impossível de ser acompanhada por quem não vivencia suas entranhas.” (COSTA, 2005, p.1). De acordo com a autora, no movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz.

Portanto, para compreender a atuação prática das Organizações não Governamentais feministas no Brasil, é necessário trazer à presente análise essas mudanças vivenciadas pelo movimento feminista latino-americano, dentre elas: as novas demandas, os novos enfrentamentos e as novas contradições que vêm ocorrendo nos últimos anos, já que parte-se

do pressuposto de que o movimento feminista não acontece isolado na América Latina, e tampouco ocorre de forma homogênea, alheio do contexto mundial, mas sim, estabelece laços e relações com os diversos tipos de feminismos latino-americanos e com as novas dinâmicas propiciadas pelos mesmos em contextos supranacionais.

5.1 Atuação prática do movimento feminista latino-americano por meio de Organizações não Governamentais (ONGs)

O feminismo latino-americano, como já mencionado no presente trabalho, “encontra-se em construção de uma genealogia do pensamento produzido desde as mulheres latino-americanas radicalizadas e subalternizadas” (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p.88). Consequentemente, o caráter dual do movimento dialoga com epistemologias tanto intelectuais quanto ativistas, as quais atuam em conjunto na desconstrução de uma matriz de poder fundada no âmago do Sistema colonial e moderno. Nesse caso, identifica-se que o movimento tem suas bases epistêmicas fundamentadas em diversas experiências distintas entre si, mas que acabam se complementando de certa forma, uma vez que esses diferentes conceitos de feminismos advem do Terceiro mundo, os quais podem ser definidos como negro, antirracista, de fronteira, feminismos periféricos, descolonial, decolonial, não ocidentais ou da terceira onda (BIDASECA, 2010). Para tanto, pode-se mencionar que essas experiências partem de

movimentos indígenas, afro, de mulheres, feminismo de cor nos Estados Unidos (EUA), feminismo anti-racista, feminismo autônomo, movimento de caráter misto, geracionais, como Hijos e Hijas por la Memoria y contra la Impunidad, Incite! Woman of Color Unite!, movimentos radicais de dissidência sexual, entre outros. (ESPINOSA MIÑOSO; GOMEZ; LUGONES; OCHOA, 2013, p. 403, 404, tradução nossa)⁴⁷

Segundo a filósofa e ativista feminista afro-caribenha Yuderkys Espinosa-Miñoso (*et al.*, 2013), o feminismo latino-americano decolonial diz respeito a uma transformação radical das relações sociais de poder que oprimem e subordinam as mulheres latino-americanas, em especial as indígenas, afro e mestiças pobres, empreendendo importantes rupturas com a teoria feminista hegemônica e concedendo espaço relevante para a narrativa racial e de classe no debate. Por conseguinte, entende-se que o feminismo latino-americano vem para quebrar barreiras impostas pelo patriarcado moderno e colonial instituído no Sistema global, o qual,

⁴⁷ “[...] los movimientos indígenas, afros, de mujeres, feminismo de color en los Estados Unidos (EE UU), feminismo antirracista, feminismo autónomo, movimiento de carácter mixto, generacionales, como Hijos e Hijas por la Memoria y contra la Impunidad, Incite! Women of Color Unite, movimientos radicales de la disidencia sexual, entre otros” (ESPINOSA MIÑOSO; GOMEZ; LUGONES; OCHOA, 2013, p.403, 404).

de acordo com Julieta Paredes (2011), é um sistema de morte, construído historicamente, atuando sobre o corpo das mulheres. Como abordado por Sartore; Santos; Silva (2015) esse sistema patriarcal engloba “costumes, tradições, normas, hábitos, ideias, símbolos, leis, entre outros, determinando, naturalizando e universalizando papéis e lugares das populações, de mulheres e de homens, em diferentes tempos e lugares” (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p.89). Ainda, como mencionado pela autora Julieta Paredes (2011),

o Patriarcado, é reciclado e alimentado pelas mudanças sociais e revolucionárias desta mesma humanidade. Afia seus tentáculos, corrige suas formas brutais de operar e relançar opressões com instrumentos que são cada vez mais sutis e difíceis de detectar e responder. (PAREDES, 2011, p.6, tradução nossa)⁴⁸

Nesse sentido, acredita-se que a luta contra o patriarcado vem se reestruturando desde a década de 1990 na América Latina, durante a qual o processo de abertura democrática e o rastro das mobilizações em torno da Década da Mulher instituída pela Organização das Nações Unidas (ONU) impulsionaram o surgimento de grupos de mulheres em algumas capitais e grandes cidades do contexto regional (CFEMEA, [s.d.]). De acordo com esse contexto histórico, pode-se afirmar que as Organizações não Governamentais feministas se estabeleceram inicialmente em um situação de fragilidade dos organismos dos governos para mulheres, já que esses organismos eram “bloqueados pelo clima conservador dominante no Estado e desacreditados pelo movimento autônomo” (COSTA, 2005, p.8). Dessa maneira, os conselhos feministas existentes trabalhavam em condições precárias: isolados do movimento e desprestigiados no âmbito governamental. Para solucionar o problema enfrentado no âmbito regional, algumas feministas latino-americanas, “muitas delas funcionárias de organismos internacionais nos anos 1980” (COSTA, 2005, p.8), passam a criar as Organizações não Governamentais a fim de influenciar as políticas públicas estatais para a obtenção de certa igualdade de gênero, principalmente no cenário brasileiro.

No início dos anos 1990 se multiplicaram as várias modalidades de organizações e identidades feministas. As mulheres pobres articuladas nos bairros através das associações de moradores, as operárias através dos departamentos femininos de seus sindicatos e centrais sindicais, as trabalhadoras rurais através de suas várias organizações começaram a auto identificar-se com o feminismo, o chamado feminismo popular. As organizações feministas de mulheres negras seguem crescendo e ampliando a agenda política feminista e os parâmetros da própria luta feminista. (COSTA, 2005, p.8)

⁴⁸ “[...] el Patriarcado, se recicla y se nutre de los cambios sociales y revolucionarios de esta misma humanidad. Afina sus tentáculos, corrige sus formas brutales de operar y relanza las opresiones con instrumentos cada vez mas sutiles y difíceis de detectar y responder” (PAREDES, 2011, p.6).

Outrossim, a fins de estreitar a análise da pesquisa para conceder uma melhor compreensão do assunto, reafirma-se que o presente trabalho pautará os estudos da aplicação da teoria feminista latino-americana em consonância com as Organizações não Governamentais exclusivamente no cenário brasileiro, visto que, conceder uma análise teórica e prática sobre casos concretos de Organizações não Governamentais feministas em toda a América Latina (incluindo suas experiências e particularidades históricas) possui uma proporção de materiais e possibilidades de assunto muito abrangente, o que exigiria uma outra etapa de pesquisa para contemplá-la.

Nesse contexto, segundo a autora Céli Pinto (2010), no cenário brasileiro,

ainda na última década do século XX, o movimento sofreu, seguindo uma tendência mais geral, um processo de profissionalização, por meio da criação de Organizações Não-Governamentais (ONGs), focadas, principalmente, na intervenção junto ao Estado, a fim de aprovar medidas protetoras para as mulheres e de buscar espaços para a sua maior participação política. Uma das questões centrais dessa época era a luta contra a violência, de que a mulher é vítima, principalmente a violência doméstica. (PINTO, 2010, p.15)

A militância feminista e por direitos humanos no Brasil atraiu recursos internacionais através de lideranças que estavam mergulhadas no tema, pela história recente de luta contra os governos ditatoriais militares e pelo engajamento no debate feminista contemporâneo que acontecia na Europa, nos Estados Unidos e em alguns países da América Latina, em particular o México, sede da *I Conferência Internacional da Mulher*, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1975. Assim como mencionado por Sônia Alvarez (1994), “a existência de muitos feminismos era amplamente reconhecida, assim como a diversidade de pontos de vista, enfoques, formas organizativas e prioridades estratégicas feministas nos anos noventa” (ALVAREZ, 1994, p.278).

Por consequência disso, a militância feminista brasileira, por meio da institucionalização dos movimentos sociais (como o movimento feminista latino-americano, por exemplo), os quais provém legitimar a atuação da luta pela emancipação feminina e pela libertação das opressões sofridas por meio do empoderamento revolucionário, concede às mulheres latino-americanas racializadas o acesso ao mercado de trabalho, à escolarização técnica, e a “processos de cooptação de mulheres feministas para assumirem cargos dentro de Organizações não Governamentais (ONGs)” (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p.90). Entretanto, apesar dos esforços empreendidos pelo movimento, a incorporação das mulheres ao mercado de trabalho ainda é considerado um fator desigual no âmbito regional, “haja vista que as hierarquias entre homens e mulheres permanecem evidenciadas pelo fato de as

mulheres latino-americanas racializadas ocuparem os mesmos cargos que homens recebendo remunerações inferiores” (SARTORE; SANTOS; SILVA, 2015, p.90).

Dessa forma, a fim de pensar a ampliação de movimentos sociais como o feminismo latino-americano, é importante retomar as condições históricas de construção desse projeto teórico, levando em consideração que, a partir dos anos 1990, vivia-se um processo de redemocratização na América Latina, com o advento de novas repúblicas após o intenso período de governos civil-militares, marcados por disputas e ambiguidades, vivido pelos países da região. Dessa maneira, pode-se acrescentar inclusive que “muitos setores do movimento feminista que se estabeleceram com a redemocratização no Brasil possuem uma forte ligação com a atuação das esquerdas durante a ditadura civil-militar” (PEDRO, 2010, p.124).

Para tanto, em meio aos debates políticos imbuídos nesse processo de redemocratização regional, a relevância da agenda internacional relacionada aos direitos humanos, bem como o crescimento do investimento na área por meio de organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), fazem com que haja a expansão de ONGs relacionadas ao movimento feminista no Brasil, o qual ocorre em direta consonância com o aumento das discussões sobre a pauta em espaços universitários brasileiros, caracterizando a prática e a teoria como pontos “importantes na constituição das condições de emergência dos locais de fala das reivindicações feministas brasileiras” (CADORE, 2014, p.3). Desse modo, com a difusão dos questionamentos feministas no país e com o crescimento significativo de grupos feministas sob diferentes formas de orientação política e organização, entende-se que a ampliação dessas ONGs passa a ser “produto não só da atuação de suas porta-vozes diretas, mas também do clima receptivo das demandas de uma sociedade que se modernizava como a brasileira” (SARTI, 2004, p. 42).

Nesse sentido, a preocupação com a necessidade de um regime democrático no cenário político e social brasileiro acaba coincidindo com a necessidade da ampliação da atuação prática dos movimentos sociais, no qual as ONGs,

[...] vinculadas diretamente às demandas populares, inauguram no âmbito da sociedade civil organizada, o fazer técnico interativo, como um instrumento de combate à exclusão social e ao elitismo político. Tal característica vai se constituir em um ganho da sociedade, como um todo, contribuindo para o surgimento de uma concepção mais integrada entre direitos e políticas sociais, uma preocupação, até então, ausente nas reivindicações populares, nas definições do sistema de proteção nacional e nos planos de desenvolvimento. (BUARQUE; VAINSENER, 2002, p.5)

Portanto, durante a década de 1990 no Brasil, bem como em outros países da América Latina, acaba ocorrendo um *boom* de proliferação de ONGs relacionadas a diversas áreas e atuações, contemplando temáticas e eixos de ação que se desenvolvem ligados a temáticas como cidadania, meio-ambiente, direitos humanos, solidariedade, educação, entre outros. Como abordado por Cadore (2014), acaba se tornando “impossível analisar de forma homogênea esses processos, pois as ONGs têm muitas diferenças entre si, sob diversos aspectos (tamanho, objetivos, participantes, concepções políticas, formas de atuação [...])” (CADORE, 2014, p.5), porém, ainda assim diversos teóricos desenvolvem suas pesquisas evidenciando a expansão dessas organizações no período mencionado.

Pode-se acrescentar inclusive, que a historiadora e cientista política Céli Pinto (2006), estudou a importância das ONGs no processo de defesa de interesses e de direitos no Brasil a partir dos anos 1990, dando enfoque à atuação e presença dessas instituições na reflexão sobre as possibilidades e limites de representação política diante do Estado (PINTO, 2006). Logo, se identifica que as ONGs consolidam seus espaços em processos de formulação e na “implementação de políticas públicas, especialmente pela capacidade de atender aos interesses marginalizados pelos esquemas oficiais” (BUARQUE; VAINSENER, 2002, p.9). Céli Pinto aborda que, mesmo não sendo papel principal das ONGs substituir os deveres do Estado, mas sim, complementar sua atuação na esfera pública, tais instituições conquistam cada vez mais espaço desde a década de 90, no qual acaba sendo concedido a elas

a responsabilidade de formidáveis mobilizações por direitos, formações de rede e programas de empoderamento. Elas também têm sido, em grande medida, responsáveis pela presença no campo político de temas que historicamente encontraram resistência no interior dos partidos políticos, entre os quais se destacam os temas dos direitos das mulheres. Entretanto, estas organizações não podem ser vistas de maneira simplista, como substitutas de partidos políticos, do Estado ou mesmo dos movimentos sociais. Suas ações têm limites, entre eles o fato de serem fragmentadas, atingirem o conjunto da sociedade de forma limitada e dependerem de financiamentos pontuais. (PINTO, 2006, p. 667)

Ademais, entre os estudos desenvolvidos sobre as ONGs como extensão do movimento feminista no contexto brasileiro, destacam-se contribuições teóricas da socióloga Núbia Moreira (2011), a qual ressalta a vasta dimensão que as ONGs tomaram no Brasil durante o fim do século XX, avaliando tal impacto essencialmente no movimento social feminista e latino-americano. Em seus estudos sobre a história do feminismo negro no Rio de Janeiro e em São Paulo entre 1985 e 1995, Núbia Moreira evidenciou um processo de institucionalização no período, em contraposição a outras formas de mobilização feminista autônoma (CADORE, 2014), além do mais, a autora estende suas produções abordando o

conceito de “ongnização” utilizado por Gurgel, o qual caracteriza-se como um termo empregado para definir o processo de institucionalização de setores dos movimentos sociais, “que passam a atuar segundo uma organização jurídica e política associada com o formato de ONGs, e efetuam determinadas formas de representatividade e pressão diante do Estado” (MOREIRA, 2011, p. 93-94).

Não obstante, é de extrema importância acrescentar que ao tratar de Organizações não Governamentais, deve-se considerar as múltiplas facetas e interpretações que o termo ONGs concede para a Academia, bem como, “sobre suas funções e sua relação com a chamada sociedade civil e com o Estado” (CADORE, 2014, p.6). Como é evidenciado pelo nome das instituições, as ONGs são caracterizadas justamente por não pertencerem ao âmbito estatal e nem ao âmbito privado (uma vez que não possuem fins lucrativos como empresas privadas). Apesar disso, as instituições elencadas como terceiro setor⁴⁹ se propõem ao desenvolvimento de trabalhos que visam a resolução de problemáticas que pertencem ao interesse público. A socióloga Ilse Scherer-Warren (1994) analisa o termo ONGs como um conceito dotado de ambiguidades, localizando-o como “a designação para organizações de países subdesenvolvidos - conhecidas como centros populares na América Latina - que foi importada das agências internacionais de financiamento de países desenvolvidos” (SCHERER-WARREN, 1994, p.8).

A partir daí, considera-se que “a popularização do termo ONGs passou a ocorrer após o ECO92” (COUTINHO, 2011, p.16; SCHERER-WARREN, 1994, p.8), alinhando frequentemente as ações dessas instituições com a sociedade civil, difundindo a expressão e utilizando-a para definir diferentes tipos de ONGs: internacionais, nacionais, e de diferentes tamanhos, posturas políticas e campos de atuação. A autora Céli Pinto (2006) acrescenta ainda que podemos interpretar as ONGs, bem como os movimentos sociais, como “uma via para pressionar o Estado e instrumentalizar as demandas da sociedade civil, muitas delas relacionadas com temas não tão explorados pelos partidos políticos tradicionais” (PINTO, 2006, p. 654-655).

Logo, pode-se concluir que as ONGs advindas de movimentos militantes e sociais se desenvolvem no cenário brasileiro a partir da década de 90, em um contexto de ascensão das políticas neoliberais por parte do Estado, no qual diversas ONGs com intensa atuação nacional e regional surgiram a partir de movimentos sociais e de suas reivindicações, como

⁴⁹O "terceiro setor" foi apresentado como a forma encontrada pela "sociedade civil" para preencher a lacuna deixada pelo Estado no atendimento das demandas sociais. Essa concepção adquiriu grande popularidade e tem sido repetida no meio acadêmico amplamente e difundida pelos meios de comunicação (COUTINHO, 2011, p. 33).

ONGs feministas, do movimento negro ou do movimento LGBTQI+. Segundo a autora Céli Pinto, esses casos “representam um certo tipo de profissionalização da militância, e no caso do feminismo têm uma característica geracional muito forte: as ONGs da década de 1990, no Brasil, foram e estão sendo coordenadas em grande parte pelas militantes do movimento das décadas de 1970 e 1980” (PINTO, 2006, p. 656). Desse modo, é importante saber diferenciar a atuação das ONGs e dos movimentos sociais, já que, por mais que possuam os mesmos objetivos, as ONGs e os movimentos sociais permeiam diferenças no que tange à organização e ao funcionamento, “pois as ONGs se consolidam a partir de projetos e financiamentos pontuais que as sustentam, enquanto os movimentos sociais, de forma geral, são menos institucionalizados, não prestam contas e não possuem profissionais para sustentar” (PINTO, 2006, p. 656).

Nesse sentido, as ONGs podem estabelecer relações com movimentos sociais, contudo não os substituem. Inclusive, existem muitos setores do movimento feminista que não são formalizados ou estruturados a partir desse formato, como o feminismo anarquista, por exemplo. Dessa maneira, é preciso ter em vista que estudar as particularidades de ONGs feministas e do feminismo institucionalizado significa estudar um setor dos feminismos, uma de suas formas de expressão e mobilização, mas não compreender os feminismos como um todo. (CADORE, 2014, p.10)

De acordo com essa perspectiva, pode-se inferir que, apesar de coexistirem perante diversas formas de articulação de identidades e mobilizações políticas, teóricas e sociais, os movimentos feministas latino-americanos não podem ser equiparados às Organizações não Governamentais que o compõem, já que, como mencionado por Sonia Alvarez (1999), existem diferenças entre ONGs feministas que realizam projetos próprios ou se executam programas prontos advindos de outras ONGs maiores, governos, etc.

Assim, as instituições que administram esses projetos também fazem diferença na produção de seus discursos e ações, bem como o impacto dos financiamentos e os objetivos de quem financia (ALVAREZ, 1999), de modo que: pode ocorrer que a organização acabe perdendo a real ênfase de discutir a forma de opressão que provém da sociedade sexista e patriarcal por conta do financiamento à instituição, evidenciando a complexidade do debate inserido no feminismo institucionalizado. Nesse sentido, não cabe ao presente estudo definir qual a forma correta de se institucionalizar ou não o movimento feminista latino-americano, mas sim, compreender quais as formas de atuação do mesmo, visando aproximar os temas e gerar um maior entendimento sobre as possibilidades para se pensar e desenvolver formas de ação na busca pela emancipação e empoderamento feminino latino-americano e pelo desmonte de uma sociedade intrinsecamente patriarcal e sexista.

5.2 Utilização do feminismo latino-americano para embasar a luta pela igualdade de gênero no Brasil: análise de três relevantes ONGs feministas do país

Assim como mencionado pela autora Maria Salet Ferreira Novellino (2006), a tentativa de institucionalização do movimento feminista em Organizações não Governamentais é frequentemente criticada por algumas feministas por conta dos compromissos que as organizações passam a assumir com os órgãos financiadores, assim como também recebem críticas por sua estrutura funcional hierárquica, o que estaria fazendo com que o movimento proporcionasse “menos ativismo e mais profissionalismo” (NOVELLINO, 2006, p.1), além da adequação aos objetivos e discursos dos órgãos financiadores dessas organizações. Entretanto, apesar das críticas, é inegável o fato de que a criação das ONGs feministas no contexto brasileiro permitiu o planejamento e a realização de projetos estáveis voltados para o empoderamento das mulheres, tendo como foco principal o desenvolvimento de políticas públicas que assegurem e garantam os direitos da mulher e a diminuição da desigualdade de gênero no Brasil.

Dentre os projetos desenvolvidos pelas organizações no país, destacam-se os pilares voltados para a educação popular, sensibilização e capacitação das mulheres brasileiras, dedicando intensamente seus trabalhos à comunicação política ou pesquisa nas áreas de violência doméstica e sexual, saúde sexual e reprodutiva, direitos humanos e participação política das mulheres (CFEMEA, [s.d]). Em uma análise geral realizada no ano de 2006 pela autora Maria Salet Ferreira Novellino (2006), o Brasil possuía em torno de 35 ONGs voltadas para o âmbito feminista, dentre as quais apenas 7 (20% do número total) não recebiam apoio financeiro de uma agenda internacional de cooperação. Entre as organizações analisadas pela autora, pode-se afirmar que grande parte se concentra na região Sudeste do país, mais especificamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, as quais em sua maior parte possuem como foco o desenvolvimento de políticas públicas para mulheres. Essas organizações, em sua maioria, são dirigidas por profissionais de classe média a alta, com alto nível de escolaridade e formação acadêmica. Entre as agências internacionais que mais financiam as organizações feministas brasileiras destacam-se a Ford e a MacArthur. A área de saúde e direitos reprodutivos é a mais contemplada com financiamentos: pela Ford, 2/3 do total, pela MacArthur, 60% do total; e representa 40% do total do financiamento da Europeaid para as ONGs feministas (NOVELLINO, 2006).

Para o presente trabalho, pretende-se validar a hipótese de que o feminismo latino-americano se diferencia da teoria feminista tradicional e eurocêntrica, trazendo à

produção bibliográfica novos conceitos utilizados para fins de compreender a perspectiva multiétnica do continente latino-americano (tal qual se demonstra a partir da diversidade de raça, classe e gênero). Dessa forma, parte-se do princípio de que esses conceitos (como decolonialidade e interseccionalidade) seriam indispensáveis para a compreensão do tecido histórico, político e social do cenário brasileiro, levando em consideração as múltiplas manifestações do feminismo no país. Portanto, foram selecionadas três organizações feministas brasileiras que possuem a perspectiva feminista decolonial e latino-americana como base da construção de suas metodologias, as quais valorizam o empoderamento das mulheres junto com a autorreflexão e formulação coletiva de propostas políticas (CFEMEA, [s.d.]). A fim de estabelecer os critérios de análise entre as três Organizações, serão apresentadas características gerais de seus projetos político-teóricos de atuação, o principal público alcançado e as principais pautas defendidas. O quadro a seguir objetiva apresentar as informações básicas acerca das ONGs que serão analisadas:

Quadro 1 - Critérios de escolha das organizações.

Organizações não Governamentais (ONGs)	Projeto político-teórico de atuação	Principal público alcançado	Principais pautas defendidas	Instituições nacionais e internacionais que apoiam e/ou participam do financiamento da organização
SempreViva Organização Feminista (SOF)	A SOF se apoia no feminismo, entendido pelo caráter dualista da prática política e do pensamento crítico, para interpelar os movimentos sociais. Possui como principal projeto teórico-político de atuação a construção de uma cidadania democrática.	Destina suas atividades à população que enfrenta a discriminação de gênero, particularmente às pessoas de baixa renda, de forma gratuita, continuada e planejada. Para tanto, dedica intensa ação prática e de formação educacional para com grupos de mulheres agricultoras e quilombolas da Grande São Paulo.	Defende a inclusão social da área da assistência social, saúde, cultura, educação popular, inclusão digital, geração de renda, educação sexual, orientação familiar, educação não formal, combate à pobreza e participação cidadã, no meio urbano e rural, sem distinção de sexo, raça, cor, credo religioso e político partidário.	British Council; Brot für die Welt: Pão para o Mundo - Serviço Protestante para o Desenvolvimento; Christian Aid (United Kingdom); Espace Femmes International (Federation Genevoise de Cooperation); Fundação Rosa Luxemburgo; Grassroots International; Heinrich Böll Stiftung Brasil; Heinrich Böll Stiftung Cono Sur; Newton Fund.
SOS Corpo - Instituto Feminista para a	A SOS Corpo prevê como principal projeto	Propõe-se a contribuir com a emancipação das	Estabelece como dimensões fundamentais da	Brot für die Welt: Pão para o Mundo - Serviço Protestante

Democracia	teórico-político a contribuição para a democratização da sociedade brasileira através da promoção da igualdade de gênero como justiça social.	mulheres em geral, visando combater e superar as múltiplas formas de exploração que as mulheres sofrem no sistema capitalista.	atuação de seu trabalho a luta contra a pobreza, contra o racismo e contra a homofobia. Para isso, a SOS Corpo traz para o centro de sua pedagogia de aplicação a ideia do movimento feminista como sujeito político	para o Desenvolvimento; Friedrich Ebert Stiftung; Fundo de Investimento Social Elas; Global Fund for Women - Champions for Equality; Heinrich Böll Stiftung Brasil; OAK Foundation; União Europeia (Projeto de Fortalecimento da Rede AMB - Articulação de Mulheres Brasileiras).
Organizações não Governamentais (ONGs)	Projeto político-teórico de atuação	Principal público alcançado	Principais pautas defendidas	Instituições nacionais e internacionais que apoiam e/ou participam do financiamento da organização
Geledés - Instituto da Mulher Negra	A Geledés possui como projeto político-teórico o desenvolvimento de atividades com o objetivo de proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra.	Pretende contribuir para a formação e emancipação social da população negra em geral, dando destaque às mulheres negras que vivenciam a interseccionalidade tanto no contexto regional quanto nacional.	As principais áreas prioritárias da atuação política e social da organização são: a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas.	Brazil Foundation; Ford Foundation; Fundação Tide Setubal; Fundo de Investimento Social Elas; Google; Instituto Ibirapitanga; Instituto Unibanco; Itaú Educação e Trabalho; Laudes Foundation; Open Society Foundations; Porticus Amsterdam; Protection International.

Fonte: Elaborado pela autora de acordo com os dados disponibilizados pelos portais institucionais das organizações.

Dessa maneira, com o intuito de compreender a atuação e influência do pensamento feminista latino-americano em organizações feministas brasileiras, foram escolhidas as seguintes ONGs de acordo com suas relevâncias para o cenário nacional: *SempreViva Organização Feminista*, caracterizada como a primeira ONG feminista criada em território brasileiro, institucionalizada no ano de 1963 na cidade de São Paulo/SP; *SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia*, criada no ano de 1981 na cidade de Recife/PE, a qual se caracteriza como relevante para o presente trabalho por se tratar de uma Organização criada no Nordeste brasileiro e ser bastante ativa socialmente em conferências, encontros, seminários

e demais eventos locais, regionais e internacionais realizados no continente latino-americano; e por fim, a Organização *Geledés - Instituto da Mulher Negra*, fundada no ano de 1988 pela importante figura da filósofa Sueli Carneiro, teórica de questões relacionadas a permanência da interseccionalidade nos projetos teóricos feministas do país e das desigualdades sofridas pela mulher negra, caracterizando-se como a primeira ONG brasileira negra e feminista independente da cidade de São Paulo/SP, criada e dirigida inteiramente por mulheres negra, as quais serão apresentadas nas páginas seguintes.

5.2.1 SempreViva Organização Feminista (SOF);

Fundada no dia 4 de maio de 1963 na capital do estado de São Paulo sob a denominação “SempreViva Organização Feminista (SOF) - Serviço de Orientação da Família”, a associação civil sem fins econômicos ou lucrativos, como é identificada em seu estatuto social, possui como principais finalidades organizacionais: a defesa de direitos, a prestação de serviços permanentes e a promoção de atividades de relevância pública e social à população, particularmente às pessoas de baixa renda, de forma gratuita, continuada e planejada.

De acordo com o art. 2º do Estatuto Social do SOF Serviço de Orientação da Família (2020) de 14 de maio de 2020, ainda constam como finalidades da organização: a assessoria a organizações sem fins lucrativos, entes governamentais da administração federal, estadual, distrital ou municipal e grupos formados pela coletividade em geral, em questões de gênero, bem como naquelas atinentes a políticas de inclusão social da área da assistência social, saúde, cultura, educação popular, inclusão digital, geração de renda, educação sexual, orientação familiar, educação não formal, combate à pobreza e participação cidadã, no meio urbano e rural, sem distinção de sexo, raça, cor, credo religioso e político partidário.

Segundo dados disponibilizados pela própria organização, “feminismo, movimento social e transformação social” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]) é o trinômio a partir do qual a SempreViva Organização Feminista (SOF) organiza e elabora a sua estratégia de atuação. Dentre as principais perspectivas da organização, se destacam a autodeterminação das mulheres; a efetivação de processos de resistência e a articulação de um campo democrático-popular com discursos e ações contra-hegemônicos que incorporem o feminismo para a construção de um projeto alternativo de desenvolvimento. Nesse sentido, é possível identificar que a SOF se apoia no feminismo, entendido pelo caráter dualista da prática política e do pensamento crítico, para interpelar os movimentos sociais, “tanto o movimento de mulheres com a organização autônoma das mulheres, como os movimentos e

organizações mistas, com a organização das mulheres em espaços próprios, visando a construção da cidadania democrática” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]).

Ainda dentro do escopo de atuação da organização, considera-se que a mesma trabalha articuladamente com a concepção de desigualdades de gênero, de classe e de raça, estendendo essa visão teórico-política para o campo das intervenções junto aos movimentos sociais. Ou seja, de acordo com essa afirmação, é possível identificar que a SOF, enquanto ONG feminista e movimento social, se utiliza de bases teórico-metodológicas advindas da teoria feminista, visando constituir e fortalecer as mulheres como sujeito político, “atuando na perspectiva da conformação de um campo feminista democrático-popular capaz de provocar mudanças sociais” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]). Estas mudanças sociais, por sua vez, são pensadas do ponto de vista pessoal, no interior dos próprios movimentos e no conjunto da sociedade.

As mudanças no plano pessoal se referem à autodeterminação das mulheres; consciência das desigualdades de gênero; controle sobre o próprio corpo; ampliação da capacidade de análise e intervenção nos movimentos sociais por parte das mulheres. As transformações nos movimentos são entendidas como garantia do acesso e controle sobre os espaços de poder para as mulheres e crítica à perspectiva de transformação centrada exclusivamente nas desigualdades de classe. A transformação social baseia-se na visão sobre a capacidade dos movimentos de influenciar a democratização do Estado; elaborar discursos e desencadear ações de resistência e contra-hegemonia ao capitalismo patriarcal, construindo um projeto alternativo de sociedade com perspectiva feminista. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.])

Nesse sentido, ainda pode-se afirmar que uma das contribuições centrais da SOF enquanto organização está em seu campo de atuação, voltado essencialmente para a formação educacional de diversos grupos minoritários desde os anos 1980. A organização já coordenou atividades educativas desde o âmbito local até o âmbito regional latino-americano e internacional, com um público-alvo diverso constituído por mulheres rurais, urbanas, negras, indígenas, jovens, lideranças e ativistas de base, técnicas e técnicos de ONGs e de órgãos públicos. Por ter em sua razão de atuação o tripé “Movimento Social, Transformação e Feminismo”, como já mencionado anteriormente, a SOF acaba sintetizando uma trajetória que combina: “atuação de assessoria a organizações de mulheres e organizações mistas, a movimentos sociais e a órgãos de governo; trabalho com formação para fortalecimento de

grupos e dirigentes sociais e a participação nos movimentos sociais a partir do feminismo” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]).

Para a organização, o foco na educação e na formação educacional de mulheres é considerado fundamental, objetivando fortalecer e ampliar o número de lideranças femininas com capacidade para serem multiplicadoras de processos formativos em âmbito local, potencializando assim a formação de dirigentes capazes de incidir sobre a realidade brasileira com o intuito de alterar a relação desigual entre homens e mulheres que se apresenta no contexto político-social brasileiro. Dessa maneira, a formação da SOF tem como foco principal a transformação das relações desiguais de gênero pela ação tanto individual quanto coletiva das mulheres.

Essa experiência de formação tem como um de seus principais resultados o fortalecimento de processos organizativos que possam interferir no sentido de modificar relações sociais de desigualdade, que têm como uma de suas consequências a escassa participação de mulheres entre as camadas dirigentes de nossa sociedade. Em particular, as mulheres pobres, em função dessa desigualdade, seja na vida privada seja no âmbito público, estão fortemente excluídas tanto do acesso à renda e à riqueza social quanto dos processos de direção política da sociedade. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.])

De acordo com essa perspectiva, ao longo de sua intervenção na sociedade brasileira e na América Latina, a SOF desenvolve uma proposta metodológica que combina a experiência da educação popular com a de grupos feministas de reflexão (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]). Partindo da reflexão da experiência e trajetórias de cada mulher que é beneficiada com os serviços da organização, bem como, das mulheres voluntárias e funcionárias da SOF, combina-se a reflexão teórica de acordo com a ênfase de pensar a aplicação da teoria à prática. Segundo dados proporcionados pela própria organização, “nesse processo se trabalham os limites e possibilidades de cada uma e isso contribui para um maior autoconhecimento, e também para o desenvolvimento de habilidades como lideranças e multiplicadoras” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]).

Portanto, de acordo com os dados apresentados, é possível identificar que a SOF enquanto organização desde o princípio de sua atuação têm construído uma abordagem que reflete a conexão interseccional existente entre as relações econômicas, a cultura patriarcal e a violência contra as mulheres como um elemento estruturante dessas relações. Dessa forma, segundo disponibilizado pelos veículos de comunicação da SOF, para a organização torna-se possível “compreender que se deve aprofundar a análise das dimensões econômicas nas relações de violência contra as mulheres no sentido que continuem realizando uma grande

quantidade de trabalho doméstico e de cuidados” (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.]), os quais não são reconhecidos como tal, mas que acabam garantindo a sustentabilidade da vida humana. Logo, a organização conclui que, ao mesmo tempo em que constituem a base da organização em sociedade, essas mulheres continuam sendo desvalorizadas, permanecendo em locais de extrema pobreza e vulnerabilidade econômica e social.

A fim de organizar e consolidar esforços para alterar essa perspectiva sofrida pelas mulheres em situação de subalternidade no Brasil, a organização coloca em pauta a construção de autonomia econômica e pessoal, tornando-se um eixo estratégico de atuação da SOF para abarcar todas as dimensões de violências em tempo integral que sofrem essas mulheres. Para tanto, pode-se definir que

o fortalecimento da autonomia das mulheres e sua presença como sujeito político na projeção de novos modelos de sociedade conjugam-se com uma perspectiva de que o processo de organização dos movimentos sociais é fundamental na construção de uma nova dinâmica de relações sociais. É dentro desses parâmetros que, como parte do movimento de mulheres, a SOF busca consolidar a Marcha Mundial das Mulheres como um movimento internacional que está inserido nas dinâmicas locais, com uma pauta nacional, e em diálogo com campanhas e movimentos com orientações próximas. (SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA, [s.d.])

Dessa forma, a fim de fortalecer em termos práticos os objetivos da organização, a SOF promove assessorias e capacitações em temáticas como: políticas de inclusão social nas áreas de assistência, saúde, educação popular, do trabalho, educação sexual e orientação familiar; em temas de inclusão digital e comunicação, geração de renda, inserção no mercado de trabalho, acesso a crédito, capacitação, e formação profissional; bem como demais assessorias técnicas e de gestão realizadas junto ao público da agricultura familiar e da Reforma Agrária (incluindo comunidades quilombolas, indígenas, pescadoras e artesãs). Além disso, com o intuito democratizar o acesso à formação educacional em temáticas que possam alavancar as mulheres que se encontram em posições de poder inferiores, a SOF promove a realização de cursos, seminários, palestras, debates, oficinas, exposições e assim por diante; assim como promove a publicação de livros, jornais, periódicos, revistas, cartilhas e cadernos educativos e culturais que podem ser acessados gratuitamente nos meios de comunicação da organização.

Em relatório de atividades da organização publicado no ano de 2020, a SOF divulgou os principais projetos realizados, dentre eles destacam-se: (1) *Ações de Solidariedade*, projeto realizado em parceria com as mulheres da Amesol (Associação das Mulheres na Economia

Solidária) e em conjunto com a Marcha SP que prevê a arrecadação emergencial de cestas básicas, as quais foram distribuídas para mulheres em situação de vulnerabilidade da cidade de São Paulo, localizadas especialmente no bairro Jardim Jaqueline e nas zonas Sul e Leste da cidade; (2) *Parceria com a Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA)*, projeto que visa a ampliação da comercialização direta entre agricultoras e quilombolas da RAMA com grupos de consumo responsável da Grande São Paulo. Segundo dados divulgados pela SOF, com a realização desse projeto as agricultoras ampliaram suas áreas de plantio em até 180%; (3) *Parceria com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM)*, a fim de ampliar e intensificar as atuações da SOF, a organização passou a integrar desde o ano de 2018, coordenações de projetos internacionais realizados em parceria com a MMM⁵⁰, dentre eles: Indigenous Environmental Network (IEN), Grassroots International (GRI) e Grassroots Global Justice (GGJ), os quais possuem como principal meta a construção estratégica de desenvolvimento da Escola Internacional Feminista; ainda, a intensa atividade da organização por meio da articulação das redes sociais, publicações de livros, pesquisas, artigos e revistas tanto no cenário nacional quanto internacional, assim como a elaboração de cursos e oficinas ficam a cargo do projeto: (4) *A Pesquisa Sem Parar*, realizado em parceria com a Gênero e Número, o qual mobilizou a participação de mais de 2.000 mulheres em todo o país.

5.2.2 SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia;

Instituída com sede na cidade de Recife, no estado de Pernambuco, no ano de 1981, a SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia é uma organização da sociedade civil, autônoma, sem fins lucrativos e que está localizada na região Nordeste do Brasil. Com âmbito de atuação localizado em ambientes nacional, regional e internacional, a SOS Corpo tem como principal objetivo a emancipação das mulheres, na qual enquanto organização não-governamental, busca e propõe-se a contribuir para a construção e consolidação de uma sociedade democrática e igualitária com justiça socioambiental.

Assim como disponibilizado pela própria organização, a ação da SOS Corpo tem como fundamento principal a ideia de que os movimentos de mulheres, enquanto movimentos sociais organizados que lutam pela transformação social, se caracterizam como sujeitos políticos que provocam mudanças nas condições de vida das mulheres em geral. Portanto, a

⁵⁰Além disso, segundo dados disponibilizados pela organização, a SempreViva Organização Feminista assumiu a comunicação do Secretariado Internacional da Marcha Mundial das Mulheres, criando estratégias de formação e mobilização das militantes pertencentes à marcha a partir de conteúdos audiovisuais e intervenções culturais. Conferir: SEMPREVIVA Organização Feminista. *Relatório de Atividades de 2020*. São Paulo: SOF, 2020. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/06/final-relat%C3%B3rio-SOF-2020_compressed.pdf>

organização estabelece como dimensões fundamentais do feminismo a luta contra a pobreza, contra o racismo e contra a homofobia, a fim de gerar a transformação social necessária para o enfrentamento do sistema capitalista e patriarcal, produtor de desigualdades sociais e econômicas e uma das principais motivações do sofrimento humano (SOS CORPO, [s.d.]).

Segundo a socióloga Maria Betânia de Melo Ávila (2005), coordenadora geral e pesquisadora do SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia, o movimento feminista como pensamento crítico e prática política tem atuado em vários sentidos para combater e superar as múltiplas formas de exploração que as mulheres sofrem no sistema capitalista, agravado no contexto da globalização econômica (ÁVILA, 2005). Dessa forma, assim como mencionado pela autora, a luta política da organização está articulada à produção do conhecimento e também aos processos de educação e formação de sujeitos para transformação social. “Muitas ações, análises e experiências têm sido historicamente produzidas por esse movimento. É a partir da ação de sujeitos coletivos que a dialética se realiza nesse movimento em busca de igualdade com justiça social” (ÁVILA, 2005, p.8).

Neste sentido, é de acordo com esse pensamento crítico que a SOS Corpo se estabelece como parte da ação feminista, articulando-se junto a movimentos sindicais (como por exemplo, a parceria firmada entre a SOS Corpo e a Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da entidade sindical Central Única de Trabalhadores - CUT) e em parceria com outras organizações no Brasil a fim de “articular três níveis de ação: formação, produção de conhecimento e ação política como parte de uma parceria sistemática entre organizações sindicais, organizações feministas e universidade” (ÁVILA, 2005, p.8). Segundo a coordenadora geral da organização, essa metodologia adotada pela SOS Corpo é pensada com o principal objetivo de impactar qualitativamente as três dimensões da ação e assim tornar as mulheres feministas, sindicalistas e pesquisadoras mais equipadas para suas atribuições políticas e profissionais.

Dessa maneira, é possível compreender que a SOS Corpo enquanto organização, a fim de ampliar o seu escopo de atuação e o acesso ao conhecimento, insere-se em diversos espaços institucionais a partir de parcerias e redes de apoio com organizações sindicais, organizações feministas, universidades e fundações de pesquisas que viabilizem combinar em suas trajetórias a militância feminista e/ou sindical e as produções acadêmicas e políticas. Como exemplo, cita-se a inclusão da SOS Corpo no “Núcleo de Reflexão Feminista sobre o Mundo do Trabalho Produtivo e Reprodutivo”, a fim de realizar atividades coletivas e propiciar a formação de parcerias próprias entre as organizações que o compõe (ÁVILA, 2005, p.8).

Por esse ângulo, considera-se importante mencionar que a educação e os processos educativos e de formação se caracterizam como a principal área de trabalho da SOS Corpo, os quais estendem suas atuações por meio da publicação e disseminação de livros, revistas, séries, folders, panfletos e cartilhas que são desenvolvidos e disponibilizados pela organização a fim de criar mais um espaço teórico e político sobre questões do feminismo. Segundo dados disponibilizados no site institucional da organização⁵¹, a SOS Corpo parte do pressuposto de que a ação educativa é a base da nossa intervenção social, sendo compreendida pela organização como um meio de transformação social. Para a SOS Corpo, “a educação está voltada para a cidadania como construção permanente, através de processos pedagógicos sistemáticos que contém oficinas, cursos, seminários” (SOS CORPO, [s.d.]), bem como se estabelecem a partir de acompanhamentos e assessorias de ações e processos desencadeados pelos grupos e movimentos.

Portanto, pode-se afirmar que a organização é pautada por princípios da educação feminista para reger e consolidar sua atuação nos contextos nacional e internacional, “alimentando-se de princípios pedagógicos fundantes da educação popular freireana, dentre os quais se destaca a dialogicidade e o vínculo entre educação e transformação social” (SOS CORPO, [s.d.]). Segundo a organização, a educação feminista recria suas bases e seu projeto teórico-metodológico de atuação na medida em que traz para o centro de sua pedagogia de aplicação a ideia do movimento feminista como sujeito político, bem como a dimensão da subjetividade como elemento central na construção da identidade pessoal e coletiva (SOS CORPO, [s.d.]). De acordo com essa perspectiva, a coordenadora geral da organização, Maria Betânia de Melo Ávila (2005) afirma:

A atividade educativa na perspectiva feminista se apresenta como um dos meios de transformação social através do questionamento da dominação de gênero e dos desafios para sua superação. As técnicas educativas, neste campo feminista, são criadas e testadas no dia a dia através da ação e da reflexão e vêm sendo modificadas e reestruturadas até hoje, respondendo a novos desafios e impasses. Trabalhar com a perspectiva de gênero no sentido de uma ação político-educativa transformadora é trabalhar com o reconhecimento da desigualdade na relação entre homens e mulheres e de que esta constitui uma forma de injustiça social contra as mulheres. (ÁVILA, 2005, p.9)

Com o propósito de contribuir tanto para o fortalecimento do projeto feminista de emancipação feminina, quanto para a difusão da democracia em nosso país, a SOS Corpo promove a publicação de diversos materiais acadêmico-científicos com o objetivo de construir

⁵¹Conferir: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. *Área de Trabalho: Educação*. [s.d.] Disponível em; <https://soscorpo.org/?page_id=10>

meios alternativos de difusão do conhecimento e de informação, considerados como “dimensão fundamental para a democratização da sociedade” (SOS CORPO, [s.d.]). De acordo com a ideia de que a “produção do conhecimento crítico é um elemento fundamental para sustentar os processos de transformação social” (SOS CORPO, [s.d.]), a organização possui, dentre suas diversas publicações político-teóricas, a coletânea intitulada “Cadernos de Crítica Feminista”, conhecida nacional e internacionalmente pela diversidade de temáticas feministas apresentadas, disponibilizando mais de 2.000 exemplares para a sociedade civil desde o ano de 2007. Segundo a própria organização,

Os textos apresentados são de autoria de educadoras, pesquisadoras, militantes e pensadoras de diversos espaços, e também de dentro do próprio Instituto. Alguns deles são de contribuições de fora do Brasil, uma vez que para nós, a dimensão internacionalista, ou mundialista, é constitutiva da práxis feminista. Nos cadernos serão encontrados uma diversidade de formatos dos textos. Isso se deve à própria diversidade de experiências inscritas em nossa práxis. Mas, essa diversidade deverá se constituir, também, como um elemento metodológico que orientará a produção geral dessa coletânea. (SOS CORPO, [s.d.])

Além do mais, assim como a educação se destaca como um princípio formador e articulador da área de trabalho e de atuação da SOS Corpo, a comunicação também é um eixo norteador do trabalho realizado pela organização. Segundo diretrizes apresentadas no site institucional da SOS Corpo, ações de comunicação e de expressões artísticas inserem-se na metodologia da organização como uma possibilidade de modificar o olhar sobre a realidade, trazendo à tona “tanto o sentimento do belo, quanto a indignação contra as injustiças sofridas” (SOS CORPO, [s.d.]) pelas mulheres no cenário regional.

Segundo a organização, implementar políticas de atuação que abarquem a comunicação “é um modo de proceder que contribui para a percepção dos problemas e elevação da consciência” (SOS CORPO, [s.d.]), que favorece tanto o olhar coletivo quanto o encontro consigo mesma/o. Para além disso, pode-se afirmar que a elaboração sobre as possibilidades individuais e coletivas de mudanças que são incentivadas pela SOS Corpo enquanto instituição auxiliam a construir coletivamente “elementos que expressem novos sentidos para a grupalização, a mobilização e a luta social” (SOS CORPO, [s.d.]). É possível identificar que esses sentidos possibilitam a composição de uma nova cultura de direitos, que além de serem exigidos podem ser vivenciados no cotidiano, como “uma identidade coletiva centrada no pertencimento ao campo político dos movimentos sociais” (SOS CORPO, [s.d.]), dando destaque para o feminismo.

Para tanto, com o propósito de compreender a atuação prática da SOS Corpo enquanto organização, destacam-se alguns projetos realizados pela instituição, os quais possuem intensa relevância no cenário nacional, dentre eles: (1) *Mulher e Política*, projeto organizado e financiado pela SOS Corpo o qual visa ampliar a proporção de mulheres no pleno exercício da liderança e da representação política em movimentos populares, sociais, sindicatos e partidos progressistas. Para alcançar os objetivos propostos pelo projeto, a organização investe em formação teórico-política, produção de conhecimento e de instrumentos político-pedagógicos e na articulação política. Como metodologia de atuação, o projeto se estabelece a partir de um ciclo de atividades: oficinas, estudos individuais e em grupo, visitas a instituições e intercâmbios de experiências, assim como a realização frequente de debates políticos com a finalidade colocar esses aprendizados em prática; (2) *Formação para Equidade de Gênero*, outro projeto organizado pela SOS Corpo com a finalidade de contribuir para que ONGs e organizações governamentais possam desenvolver capacidades com o intuito de definir e implementar políticas, projetos e ações orientados pela perspectiva da igualdade de gênero. Segundo informações levantadas por Novellino (2006), o presente projeto desenvolve-se por meio de assessoria a organizações da sociedade civil, bem como a projetos e programas governamentais e multilaterais em torno de abordagens e estratégias de gênero; (3) *Qualidade de Atendimento à Saúde da Mulher*, o qual, segundo a organização, “visa a melhoria da qualidade do atendimento à saúde da mulher na rede pública de Pernambuco” (NOVELLINO, 2006) Para alcançar seus objetivos, o projeto desenvolve-se a partir da produção e difusão de diagnósticos sobre os serviços de saúde e sua relação com o acesso a direitos reprodutivos e sexuais por parte das mulheres, como base de conhecimento para a formação de lideranças femininas, profissionais do serviço da saúde e membros de conselhos de políticas públicas, priorizando a realização de ações de articulação política.

5.2.3 Geledés - Instituto da Mulher Negra

Fundada em 30 de abril de 1988, a Geledés - Instituto da Mulher Negra se caracteriza como uma organização da sociedade civil que se posiciona em defesa das mulheres e negros por entender que esses dois segmentos sociais padecem de desvantagens e discriminações no acesso às oportunidades sociais em função do racismo e do sexismo vigentes na sociedade brasileira (GELEDÉS, 2016). Além disso, a organização também possui dentro do enquadramento de sua missão institucional o posicionamento contra todas as formas de discriminação que limitam a realização da plena cidadania, sendo elas: a homobofia, a lesbofobia, os preconceitos regionais, de credo, opinião e de classe social (GELEDÉS, 2016).

Assim sendo, as principais áreas prioritárias da atuação política e social da organização são: a questão racial, as questões de gênero, as implicações desses temas com os direitos humanos, a educação, a saúde, a comunicação, o mercado de trabalho, a pesquisa acadêmica e as políticas públicas, de acordo com as informações contidas no acesso institucional da organização. Portanto, em todos esses temas a Geledés desenvolve projetos próprios ou em parceria com outras organizações, a fim de assegurar os direitos de cidadania desses grupos minoritários, bem como, monitorar e incentivar por meio do Portal Geledés o debate público que ocorre sobre cada uma dessas temáticas tanto no Brasil quanto no mundo (GELEDÉS, 2016).

Cabe mencionar ainda que o instituto Geledés enquanto organização divide suas ações práticas, teóricas e políticas em dois módulos de atuação: na questão racial e nas questões de gênero. Infere-se que na questão racial a organização soma-se às lutas dos movimentos negros a fim de denunciar a discriminação racial em suas múltiplas identidades e manifestações apresentadas na sociedade brasileira, assim como pretende buscar aportes legislativos que assegurem a criminalização efetiva do racismo, defendendo políticas de ações afirmativas nos diferentes campos das políticas públicas como forma de eliminação das desigualdades raciais e promoção e valorização da população negra. Já nas questões de gênero, o instituto Geledés alinha-se à agenda feminista, dando destaque para o movimento feminista negro, decolonial e latino-americano, atuando frequentemente em:

[...] contraposição a violência doméstica e sexual contra a mulher, pela realização da igualdade no mercado de trabalho, em defesa dos direitos reprodutivos e direitos sexuais das mulheres, pela descriminalização do aborto, contra os estereótipos e estigmas que se reproduzem sobre as mulheres nos meios de comunicação. No tema da violência contra a mulher, desenvolveu o Aplicativo PLP 2.0, para socorrer mulheres em situação de violência. (GELEDÉS, 2016)

Dentre os principais pilares metodológicos de atuação da organização, destacam-se as seguintes linhas de aplicação teórico-práticas: direitos humanos; educação; comunicação; saúde e monitoramento e incidência de políticas públicas (GELEDÉS, 2016). Em relação aos direitos humanos, a organização Geledés possui um Programa de Direitos Humanos que objetiva proteger, assegurar e expandir os direitos básicos de cidadania da população negra, no qual tem obtido resultados históricos, tanto na assistência jurídica quanto na capacitação de pessoas na luta contra o racismo (GELEDÉS, 2012). Esse programa em especial é articulado por meio de cinco outros projetos da organização, entre eles: SOS Racismo; Atendimento Psicossocial à Mulheres Vítimas de Violência; Projeto Rappers; Centro de Estudos Jurídicos e

Núcleo de Educação e Formação Política. Segundo dados divulgados pelo Portal Geledés (2016),

o Programa Direitos Humanos de Geledés historicamente se constitui em instrumento de visibilização da dimensão racial que a problemática dos direitos humanos tem na sociedade brasileira. As violações dos direitos humanos no Brasil articulam a exclusão social e a racial para configurar os padrões de violação de direitos, de dignidade humana que afetam de maneira desproporcional a população negra. A partir dessa perspectiva, desenvolvemos estratégias de enfrentamento utilizando instrumentos jurídicos disponíveis no atendimento a vítimas de racismo, capacitando lideranças comunitárias para o exercício dos direitos de cidadania, sistematizando e produzindo conhecimento que permitam a incidência política de mulheres negras na sociedade brasileira por meio de uma estratégia educativa que enfatiza a interdependência e indivisibilidade dos direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais. (GELEDÉS, 2016)

No que tange ao ramo educacional da organização, destaca-se o principal Programa de Educação do Instituto Geledés: o projeto *Geração XXI*, caracterizado como a primeira ação afirmativa em educação com jovens negros no Brasil. Com o intuito de proteger, assegurar e expandir os direitos educativos de negras e negros, o *Geração XXI* teve seu pontapé inicial em março de 1999, envolvendo 21 jovens negros de famílias de baixa renda da cidade de São Paulo com o propósito de contribuir para a melhoria da educação de crianças e jovens negros do país. Por caracterizar um projeto realizado através de uma parceria estratégica com outras instituições, o *Geração XXI* contou com o apoio de uma organização empresarial (a Fundação BankBoston) e com o apoio governamental da Fundação Cultural Palmares, ligada ao Ministério da Cultura na data de fundação do projeto.

Essa aliança social e estratégica e a parceria com outras instituições contempladas pelo projeto *Geração XXI* representa muito das ações da organização Geledés, já que a organização constantemente promove ações práticas conjuntas com outras associações a fim de efetivar a garantia de direitos básicos como o acesso pleno à educação e à saúde, assim como aproveita essas parcerias para promover a igualdade de gênero no contexto nacional. Ainda no âmbito educacional, a organização Geledés amplia o seu potencial de atuação para além das ações junto aos jovens, o grupo familiar e a escola, mas sim, estende às ações práticas visando mobilizar a sociedade como um todo. Nesse sentido, uma das principais propostas educacionais incentivadas pela instituição “diz respeito ao desenvolvimento das discussões raciais no cenário nacional, promovendo o diálogo, a troca de experiências e iniciativas que tenham um alto poder de transformação para uma camada historicamente discriminada” (GELEDÉS, 2009).

No âmbito da comunicação, é importante ressaltar que a organização define, desde sua criação no ano de 1988, a comunicação como um dos pilares estruturantes de sua ação, apontando a temática como uma forma de fazer avançar a luta anti-sexista e antirracista no Brasil. Dessa maneira, o *Programa de Comunicação de Geledés* compreende o tema como uma questão vital para os movimentos sociais em geral e para as mulheres negras em particular, pois além de instrumento de visibilidade, a Comunicação é tratada como um nexo de empoderamento (GELEDÉS, 2016). Para assentar as bases de sua atuação, a organização investe na capacitação de mulheres negras em comunicação, mídia e advocacy, e na atuação em rede através das *Comunicadoras Negras*, uma estratégia institucionalizada para a formação em educomunicação e para o empoderamento de ativistas e instituições de movimentos sociais (GELEDÉS, 2016).

Em relação à temática da saúde, de acordo com os dados promovidos pelo Portal Geledés (2016), a organização possui o *Programa de Saúde de Geledés*, o qual realiza articulação política com outras instituições (ONGs) e movimentos sociais com o objetivo de interferir na elaboração e implementação das políticas públicas na área da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos. Com a necessidade de que essas políticas públicas atendam aos interesses das mulheres negras em particular e da população negra em geral, a organização Geledés prevê o desenvolvimento de projetos de prevenção e de promoção de saúde, atuando frequentemente pela implementação de um Plano Nacional de Saúde da População Negra, proposto pela organização como forma de reduzir os padrões superiores de morbidade e mortalidade encontrados na população negra quando comparados à população branca (GELEDÉS, 2016).

Para além disso, o Instituto Geledés ainda participa de diversas iniciativas da sociedade civil de monitoramento e incidência em políticas públicas realizado em parceria com outras organizações, aplicados nos âmbitos municipal, estadual e federal atuando em diversas instâncias de controle social tais como:

Fórum Itinerante e Paralelo da Previdência Social, Fórum Brasil do Orçamento, Movimento Nacional pró Reforma Política, Campanha Nacional em Defesa da Legalização do Aborto, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Relatoria do Direito Humano à Educação, GT Educação do Movimento Nossa São Paulo, Fórum Permanente de Educação e Diversidade Etnicorracial do Estado de São Paulo, Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra. (GELEDÉS, 2009)

Visando promover a igualdade de gênero e de raça em diversas instâncias de controle social, a organização ainda atua em consonância com instituições na esfera internacional,

participando ativamente de iniciativas promovidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) e acompanhando os trabalhos da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) com o propósito de fortalecer esforços de diversas organizações civis latino-americanas em favor da aprovação da Convenção Interamericana Contra Todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção Interamericana dos Direitos Sexuais e dos Direitos Reprodutivos (GELEDÉS, 2016). Vale mencionar ainda que no âmbito Latino-Americano a Geledés possui *status consultivo* na Organização dos Estados-Americanos (OEA), o qual confere à Geledés direitos e obrigações específicas que a permitem participar de diversas atividades, como por exemplo: participar de conferências e outros eventos internacionais trazendo exposições relevantes, podendo também colaborar com o monitoramento do funcionamento da OEA ou então, quando solicitado, promover suporte operacional a programas de ação implantados pela organização.

Ainda, dentro das ações práticas realizadas pela organização, destaca-se a criação e manutenção do Portal Geledés, principal canal de comunicação do Instituto Geledés. Segundo consta no próprio Portal Geledés (2016), o canal se define como um “espaço de expressão pública das ações realizadas pela organização no passado e no presente”, assim como promove os seus compromissos políticos com a defesa intransigente da cidadania e dos direitos humanos, com a denúncia permanente dos entraves que persistem para a concretização da justiça social, e com a igualdade de direitos e oportunidades em nossa sociedade (GELEDÉS, 2016).

É também um espaço onde celebramos a contribuição de africanos/as, negros/as e/ou afrodescendentes, nas mais variadas modalidades de expressões culturais, entendendo que as culturas africanas e afrodescendentes compõem o patrimônio cultural de africanos/as e afrodescendentes de qualquer lugar do mundo. No Portal expressamos o orgulho que temos de nosso pertencimento, às lutas empreendidas por homens e mulheres africanas e afrodescendentes, do passado e do presente, em incansável busca pela realização de seus sonhos de liberdade e igualdade (GELEDÉS, 2016).

Para tanto, após a apresentação dos principais ramos de atuação da organização, destacam-se os projetos já realizados pelo Instituto Geledés com maior relevância no contexto nacional e regional, sendo eles: (1) *SOS Racismo*, projeto no qual oferece assistência legal às vítimas de discriminação racial, fazendo parte do escopo de atuação do Programa de Direitos Humanos da organização, já mencionado anteriormente; (2) *Promotoras Legais Populares*, o qual oferece subsídios legais tanto para lideranças comunitárias como para mulheres em geral, tendo como diretrizes os princípios fundamentais de direitos humanos; (3) *Relações Internacionais*, projeto voltado inteiramente para a ampliação e fortalecimento de ações de

cooperação internacional com redes de intercâmbio e de solidariedade internacional, as quais de acordo com Novellino (2006), são “envolvidas na luta global de combate ao racismo e na promoção e respeito aos direitos humanos”; (4) *Assistência Jurídica e Psicossocial a Mulheres em Situação de Violência*, projeto que oferece “orientação, acompanhamento legal e suporte psicológico a mulheres em situação de violência doméstica e sexual” (NOVELLINO, 2006, p.15).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de análise bibliográfica de caráter qualitativo realizada no presente trabalho, é possível identificar que o feminismo, no escopo de sua dupla atuação entre movimento social e sua tradição intelectual, é um dos segmentos da modernidade que mais contribuiu ao progresso social e político nos últimos dois séculos, ampliando sua atuação com a democratização de diversos aspectos decisivos da sociedade patriarcal em que vivemos.

De certa maneira, o movimento feminista global contribuiu muito enquanto movimento social, extrapolando os limites de seu status e de seu próprio conceito, indo além da demanda e da pressão política na defesa de seus interesses específicos. Pode-se afirmar que o feminismo “alargou os limites políticos e econômicos das democracias ao reivindicar para mais da metade da sociedade, a cidadania social e política” (MENEGON, 2016, p.83). Além disso, o movimento trouxe à tona diversas questões morais e existenciais que permaneciam sufocadas pelas amarras intrínsecas de uma sociedade moderna patriarcal e sexista, trazendo ao debate público pautas como aborto, sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, dentre outros projetos-teóricos e democráticos que só foram possíveis porque o feminismo estampou a luta contra a discriminação e contra a desigualdade de gênero como âmago das suas articulações práticas e teóricas.

A assimilação das questões de gênero, como resultante de uma ação do feminismo hegemônico, “esclarece que a desconstrução das desvantagens socioeconômicas das mulheres representa um ponto nevrálgico para a democratização do social” (BUARQUE; VAINSENER, 2002, p.15). Entretanto, apesar dessa desconstrução se caracterizar como o indício de um deslocamento nas relações de poder desiguais existentes entre os sexos, a presente pesquisa parte do princípio de que não se pode mais afirmar e disseminar a ideia de que existe um só feminismo hegemônico que abarque todas as mazelas sofridas pela ótica de gênero, já que no interior do feminismo coexistem distintas posições teóricas e divergentes estratégias políticas, assim como se sucedem em outras teorias críticas da sociedade e em outros movimentos sociais.

Dessa maneira, é possível perceber a ramificação que o movimento feminista adquire ao longo do tempo, tornando explícito o longo e intenso percurso intelectual e político que é realizado pelo feminismo (MENEGON, 2016). Portanto, infere-se que durante sua trajetória de atuação, o feminismo dialoga com os grandes paradigmas teóricos e com os grandes movimentos sociais e políticos contemporâneos, todavia, a não anexação dos demais fenômenos sociais que secundarizam as mulheres além do gênero (como a classe social, a

raça, a orientação sexual, e o lócus geopolítico da teorização do movimento) faz com que o feminismo global não integre a complexa realidade social em que vivem as mulheres.

Nessa perspectiva, interpreta-se que uma das maiores dificuldades do feminismo global seja o de romper sua cumplicidade com a colonialidade do poder, sem anexar os olhares da alteridade, o silenciamento das excluídas, das empobrecidas, das mulheres de cor (MONTANARO MENA, 2021) que continuam presentes ao assumir a interseccionalidade de maneira isolada sem questionar o padrão colonial do poder, do ser e do saber que está presente no movimento social hegemônico que se estabelece a partir do Norte global. Por esse caminho, se estabelece o desafio de se desmistificar a prática feminista como uma unidade monolítica (MENEGON, 2016) a fim de agrupar as várias particularidades englobadas na categoria gênero, sendo essas os vetores de raça, classe, nacionalidade, sexualidade, faixa etária, entre outras diferenças que são responsáveis por reconhecer a necessidade de um deslocamento epistemológico no que tange à prática e a teoria desenvolvidas pelo movimento feminista.

Para mais, de acordo com essa perspectiva, as pensadoras e ativistas latino-americanas passam a propor um pensamento inteiramente a partir do hemisfério Sul, levando à interpelação e questionamentos das “propostas epistemológicas e metodológicas que desde o Norte global geopolítico questionam e desvelam as representações discursivas dos sujeitos construídos a partir da alteridade” (MONTANARO MENA, 2021, p.254). Nessa proposição, o surgimento do feminismo situado no Sul geopolítico é realizado a partir das experiências nativas e colonizadas vivenciadas pela mulher latino-americana como principal sujeito político.

Nada obstante, é com esse objetivo que a decolonização do feminismo passa a ser colocada em pauta sob a ótica latino-americana, implicando diretamente na decolonização da epistemologia feminista como um todo. Nesse sentido, a partir do olhar teórico do feminismo decolonial latino-americano, a opressão é assumida dentro de um sistema de conhecimento e denunciada como um sistema de classificação social no qual emergiram as categorias dominantes de opressão e aplicação do poder, que se estabelecem como o gênero, a raça e/ou a classe social, entre outras categorias que podem ser aplicadas ao contexto como a orientação sexual, o local de enunciação, a faixa etária, dentre outras, as quais operam de maneira interseccional e nunca isoladas ou individualizadas.

Outrossim, com o propósito de nutrir-se a partir de perspectivas e estudos decoloniais, viabilizando dar voz e visibilidade às diferenças terceiro-mundistas (tanto econômico-culturais quanto geográficas) que estão emaranhadas ao feminismo

latino-americano, a presente pesquisa se propôs a analisar inicialmente as origens do feminismo latino-americano a fim de compreender qual a importância do aporte teórico desenvolvido pelo mesmo para o movimento social, levando em consideração a juventude das democracias latino-americanas e a resiliência das mulheres latino-americanas, que historicamente são expostas a diferentes formas de violência e opressão, sendo elas: econômica, territorial, legal, simbólica, física e moral.

Para tanto, averigua-se que o presente trabalho incorporou a compreensão acerca da conformação multiétnica no continente a partir de uma análise teórico-histórica do contexto de criação do feminismo latino-americano. Partindo do pressuposto da multiplicidade de origem e condições sociais nos quais vivem as mulheres latino-americanas, em um contexto onde os privilégios de classe, raça e etnia ainda são muito pouco discutidos, mesmo sendo caracterizados como objetivos urgentes da política regional. Logo, pretendeu-se abranger a discussão de um projeto teórico feminista próprio da América Latina a partir da análise da contribuição teórica desse projeto ao cenário brasileiro, observando, por meio da produção bibliográfica do feminismo latino-americano, a abertura de um pertinente espaço potencial para este feminismo no que tange ao combate dos estigmas da desigualdade de gênero tão presentes e enraizados no Brasil.

A fim de validar a hipótese do trabalho, foram investigadas as contribuições do pensamento decolonial latino-americano na militância feminista brasileira por meio da atuação de três Organizações não Governamentais com relevância para o contexto feminista no país. Destarte, a partir da análise de caracteres computáveis como as características gerais dos projetos metodológicos de atuação das organizações apresentadas, o principal público alcançado e as principais pautas defendidas, se tornou possível observar a atuação e a influência do feminismo decolonial latino-americano em tais organizações, já que, como fora apresentado, as organizações se utilizam de premissas advindas do pensamento feminista latino-americano como: a intersecção existente entre gênero, raça, classe, sexualidade, nível de escolaridade, situação de vulnerabilidade, entre outros, para desenvolverem e aplicarem seus projetos no contexto brasileiro.

Portanto, é possível concluir que no contexto latino-americano a decolonização do feminismo não se caracteriza apenas como uma proposta teórica, mas sim, se demonstra como uma proposta de compromisso político com o intuito de desconstruir o conhecimento etnocêntrico/eurocêntrico que é transferido para os saberes locais e de apontar as dissidências presentes no sujeito assumido a partir de uma compreensão universal (MONTANARO MENA, 2021). Nada obstante, conclui-se que a anexação de um insumo teórico-metodológico

que possa pensar e problematizar o contexto feminista da América Latina sob o nosso olhar faz com que possamos construir novas formas de relação política a partir da heterogeneidade, atualizando novas práticas de teorização e de atuação prática que sejam diferentes e alternativas às que nos foram por tanto tempo impostas pelo patriarcado capitalista.

Ademais, para além de buscar identificar qual feminismo é mais importante de acordo com o seu lócus de enunciação, talvez seja mais interessante e frutífero para o movimento identificar as diversas vertentes que se estabelecem no feminismo latino-americano. Para isso, precisamos procurar enunciar as diferenças, identificar os distintos projetos, explicitar os diversos paradigmas que cerceiam o movimento como um todo, para que enfim possamos estabelecer as nossas diferenças e nos apoiarmos mutuamente independente dos distintos feminismos nos quais nos identificamos.

Como mencionado por Carolina Menegon (2016), dentre mulheres pobres, trabalhadoras do campo, rurais, urbanas, mulheres inseridas no mercado de trabalho, donas de casa, mulheres negras, indígenas, brancas, não-brancas, latino-americanas, mulheres heterossexuais, lésbicas, transexuais, não-binárias, mulheres jovens, adultas ou velhas, precisamos nos unir a fim de desenvolver projetos de mudança. Portanto, se faz necessário que o feminismo latino-americano seja teorizado a partir da resistência, que nos convide a questionar nossas bases teórico-epistêmicas e nos faça sair de nossas zonas de conforto. Precisamos conhecer nossa história e compreender a articulação das diferenças que são proporcionadas pelo movimento, e para isso, o conhecimento é estabelecido como a base imprescindível para fomentar o debate e trazer à tona as vozes do feminismo latino-americano.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, C. N. **Sejamos todos feministas**. Tradução de Christina Baum. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro, Editora Pólen, 2019.

ALATAS, S. F. Academic dependency and the global division of labour in the social sciences. **Current Sociology**, United Kingdom, v. 51, n. 6, 2003. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/00113921030516003>> Acesso em: set 2021.

ALMEIDA, P. M. **Contribuições do pensamento feminista latino-americano de Marcela Lagarde para a educação não sexista**. Orientadora: Allene Carvalho Lage. 255 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea. Curso de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Caruaru, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/32568/1/DISSERTA%c3%87%83O%20Paloma%20Raquel%20de%20Almeda.pdf>> Acesso em: dez 2021.

ALMEIDA, S. R. G. Intervenções feministas: pós-colonialismo, poder e subalternidade. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 2, p. 336, 2013.

ALVAREZ, S. E.; CHUCHRYK, P.; NAVARRO-ARANGUREN, M.; STERNBACH, N.S. Feministas na América Latina: de Bogotá a San Bernardo. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 2, ano 2, p. 255-295, 1994. Acesso em: jul 2021.

ALVAREZ, S. E. *et al.* Encontrando os feminismos latino-americanos e caribenhos. **Revista Estudos Feministas**, Nº 2, Vol. 11: 541-575. 2003.

ALVAREZ, S. E. **A Explosão de ONGs Feministas Latino-Americanas**. In: THEMIS - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero; FONSECA, C. (org.). Programas de capacitação legal. 2ª edição, Porto Alegre, 1999, p. 50-60.

ÁVILA, M.B. Feminismo e sujeito político. In: ÁVILA, M. B.; FERREIRA, V.; SILVA, C. (org.) **Mulher e trabalho: encontro entre feminismo e sindicalismo**. Recife: SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia; São Paulo: Secretaria Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT, 2005. Disponível em: <https://soscorpo.org/wp-content/uploads/livro_Mulher_e_-Trabalho_MIOLO.pdf> Acesso em: fev 2022.

ASSIS, M. E. A.; SANTOS, T. V. (org.) **A Memória Feminina: Mulheres na história, história de mulheres**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana. 2016. 246 p. Disponível em: <<https://exposicao.enap.gov.br/items/show/255>> Acesso em: jan 2022.

AZEVEDO, W. F. **O legado de Aníbal Quijano para o pensamento latino-americano descolonizado**. Instituto Humanitas Unisinos, São Leopoldo, jun. 2018. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/188-noticias/noticias-2018/579677-o-legado-de-anibal-quijano-para-o-pensamento-latino-americano-descolonizado>> Acesso em: dez 2021.

BALLESTRIN, L. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 11, p. 89-117, 2013.

BALLESTRIN, L. Feminismo De(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 28, n.3, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/75304>> Acesso em: maio 2021.

BALLESTRIN, L. **Para uma abordagem feminista e pós-colonial das Relações Internacionais no Brasil**. In: TOLEDO, A. (org.) Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais. Salvador: EDUFBA, 2021. 288 p.

BALLESTRIN, L. Para transcender a colonialidade. [Entrevista concedida a] Luciano Gallas e Ricardo Machado. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos - IHU On-line**, São Leopoldo, ed. 431, nov. 2013. Disponível em: <<https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/5258-luciana-ballestrin>> Acesso em: dez 2021.

BIDASECA, K. (org.). **Feminismos y poscolonialidad. Descolonizando el feminismo desde y en América latina**. Buenos Aires: Godot, 2011.

BIDASECA, K. **Perturbando el texto colonial. Los Estudios (Pos) coloniales en América Latina**. Buenos Aires: Editorial SB, 2010.

BIDASECA, K.; LABA, V. V. Feminismos y (des) colonialidad. Las voces de las mujeres indígenas del sur. **Temas de mujeres**, v. 7, n. 7, 2016.

BIDASECA, K.; SIERRA, M. **Postales femeninas desde el fin del mundo**. El Sur y las políticas de la memoria. Buenos Aires: Godot, 2012.

BIDEGAIN, A. M.; OSPINA, M. A. **Resistencia y resiliencia: las organizaciones de mujeres ante la crisis colombiana actual**. In: FEMENÍAS, M. L. Perfiles del Pensamiento Iberoamericano, 2. Buenos Aires: Catálogos, 2005.

BRAGATTO, F. F. Para além do discurso hegemônico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. **Revista Novos Estudos Jurídicos**, Eletrônica, v. 19, n. 01, p. 201-230, 2014.

BRAH, A. Diferença, Diversidade, Diferenciação. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.26, jan./jun. 2006, p. 329-376.

BRAH, A. Travels in negotiations: difference, identity, politics. **Journal of Creative Communications**, 2 ed., 2007, p. 245-256.

BRAH, A.; PHOENIX, A. Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. **Journal of International Women's Studies**, Vol 5 (3), 2004.

BREWER, R. M. Response to Michael Buroway's Commentary 'The Critical Turn to Public Sociology'. **Critical Sociology**, n.31, 2005, p. 353-359.

BRUSCHINI, C; LOMBARDI, M. R. Instruídas e trabalhadeiras: trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**, n.17-8, Campinas, 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cpa/a/VTDTBZBKQjxkmCK8BQttYVw/?format=pdf&lang=pt>> Acesso em: jan 2022.

BRUSCHINI, M. C. A.; SORJ, B. **Novos olhares: mulheres e relações de gênero no Brasil**. São Paulo: Marco Zero, 1994.

BUARQUE, C.; VAINSENER, S. A. ONGs no Brasil: da filantropia ao feminismo. **Cadernos de Estudos Sociais**. Recife, vol. 18, n.1, pp. 5-19, jan-jun, 2002.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003 [1990].

CADORE, N. B. **As ONGs e o movimento feminista no Brasil na década de 1990**. In: Anais do XV Encontro Estadual de História: “1964-2014: Memórias, Testemunhos e Estado”. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.sc.anpuh.org/resources/anais/31/1405884231_ARQUIVO_Ongse_movimentofeminista-NathaliaCadore-ANPUHSC2014.pdf> Acesso em: set 2021.

CASTRO, A. M.; MACHADO, R. C. F. (orgs.). **Estudos feministas, mulheres e educação popular**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

CAVALCANTI, Y. O. R.; SAMPAIO, P. M. Histórias de joaquinas: mulheres, escravidão e liberdade (Brasil, Amazonas: séc. XIX). **Afro-Ásia, [S. L], n. 46, 2012**. DOI: 10.9771/aa.v0i46.21263. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21263>. Acesso em: jan 2022.

CÉSAIRE, A. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978.

COLLIER, D. **The New Authoritarianism In Latin America**. Princeton: Princeton University Press, 1979.

COSTA, A. A. A. O Movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**. Rio de Janeiro, n. 2, v. 5, set. 2005. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31137>> Acesso em: jan 2022.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. A institucionalização dos estudos feministas dentro das Universidades. Teoria e praxis feminista na acadêmica: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, p. 387-400, 1994b. Volume especial.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. **Feminismos, feministas e movimentos sociais**. In: BRANDÃO, M. L.; BINGEMER, M. C. (Org.). **Mulher e relações de gênero**. São Paulo: Loyola, 1994.

COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B.. Teoria e práxis feministas na academia: os núcleos de estudos sobre a mulher nas universidades brasileiras. **Estudos Feministas**, n. esp., p. 387-400, 1994.

COSTA, C. L. As teorias feministas nas Américas e a política transnacional da tradução. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 2, v. 8, out. 2000. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11918/11171>> Acesso em: set 2021.

COSTA, C. L.; ALVAREZ, S. E. A circulação das teorias feministas e os desafios da tradução. **Revista Estudos Feministas**, vol. 21, n.2, 2013, pp. 579- 586.

COSTA PINHEIRO, A. A. **Avances y definiciones del movimiento feminista em Brasil**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Facultad de Ciências Políticas y Sociales, México, 1981.

COUTINHO, J. A. **ONGs e políticas neoliberais no Brasil**. Florianópolis: Editora da Universidade Federal de Santa Catarina, 2011.

CRENSHAW, K. W. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRENSHAW, K. W. **Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence Against Women of Color**. *Stanford Law Review* 43(6), 1991, p. 1241–99.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color. *In: FINEMAN, Martha Albertson & Mykitiuk, Roxanne (orgs.). The public nature of private violence*. Nova York, Routledge, 1994, pp. 93-118.

CURIEL, O. **Descolonizando el Feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe**. Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista. Buenos Aires, 2009.

CYPRIANO, B.; DIAS, T.; BARBARELA, P. **As interseções entre as Relações Internacionais, a teoria política feminista e o feminismo pós/de/colonial na América Latina**. *In: 6º Encontro da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI)*, 2017, Belo Horizonte. Anais de evento, Belo Horizonte: PUC-Minas/Campus Coração Eucarístico, 2017, 22 p. Disponível em: <https://www.encontro2017.abri.org.br/resources/anais/8/1504170285_ARQUIVO_ABRI2017Cyprianoetal.pdf> Acesso em: maio 2021.

CYPRIANO, B. Construções do pensamento feminista latino-americano. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, n. 21, p. 11-39, jan./abr. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100002>> Acesso em: maio 2021.

CYPRIANO, B. **Teoria política feminista e seus "nós": "a" política e "o" político (re)pensados a partir da construção dos saberes políticos do norte/sul global**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). 2015. 229 f.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, A. **Women, race and class**. Nova Iorque: Random House, 1981.

DAVIS, K. Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. **Feminist Theory**, vol.9, 2008, p. 67-85.

- DEL PRIORE, M. De Marias e Ângela: a permanente violência contra as mulheres. *In:* SILVA, G. C. M. **Os crimes e a história do Brasil - abordagens possíveis**. Maceió: Edufal, 2015, pp. 43-62. Disponível em: <http://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/caovd/2014/marco_abril/03_De_Marias_e_Angela_s.pdf>. Acesso em: jan 2022.
- DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1997.
- DEL PRIORE, M. **Sobreviventes e guerreiras: uma breve história das mulheres no Brasil: 1500-2000**. São Paulo: Editora Planeta, 2020. 256 p.
- DELPHY, C. Patriarcado (Teorias do) [verbetes]. *In:* HIRATA, H. *et al.* (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. p. 173-178.
- DUARTE, C. L. **Nísia Floresta - a primeira feminista do Brasil**. wSanta Catarina: Mulheres, 2005.
- ENLOE, C. **Bananas, Beaches and Bases**. Berkeley Los Angeles. London, University, 1989.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y.; GOMEZ, D.; LUGONES, M.; OCHOA, K. **Reflexiones Pedagógicas en torno al Feminismo Decolonial: una conversa en cuatros voces**. *In:* WALSH, C. (org.). **Pedagogías Decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir**. Serie Pensamiento decolonial. Equador: Ediciones Abya-Yala, 2013.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Etnocentrismo y colonialidad en los feminismos latino-americanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas en el espacio transnacional. *In:* ESPINOSA-MIÑOSO, Y.; CORREAL, D. G.; MUÑOZ, K. O. (Eds.). **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**. Popayán: Universidad del Cauca, 2014.
- ESPINOSA-MIÑOSO, Y. Una crítica descolonial a la epistemología feminista crítica. **El Cotidiano**, marzo-abril, 2014. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/325/32530724004.pdf>> Acesso em: set 2021.
- FANON, F. **Os condenados da terra**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- FALCÓN, S. M. **Black Feminist Thought**. *In:* O'BRIEN, J. (Ed.). **Encyclopedia of Gender and Society**. [s.l.], SAGE Publications, 2009.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante Editora, 2017.
- FEMENÍAS, M. L. **Aportes del feminismo Iberoamericano**. Montevideú: Centro Cultural España, nov. 15, 2005.
- FEMENÍAS, M. L. **El feminismo latino-americano, cartografía preliminar**. Pasajes: Revista de pensamiento contemporáneo, Universitat de València, v. 19, n. 10, p. 45-53, 2006. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2253947>> Acesso em: maio 2021.

FEMENIAS, M. L. Esbozo de un feminismo latinoamericano. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 11-25, 2007.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRIEDAN, B. **Mística Feminina**. Tradução de Áurea Weissenberg. Petrópolis: Editora Vozes Limitada. 1971. Disponível em:
<https://catarinas.info/wp-content/uploads/2016/07/Mistica_feminina.pdf> Acesso em: fev 2022.

GARGALLO, F. Feminismo latinoamericano. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**, Caracas, v. 12, n. 28, enero/junio, 2007. p. 17-34.

GELEDÉS. **Geledés e a Comunicação** - Memória Institucional. Portal Geledés, [s.l.], 27 de abr. de 2009. Disponível em:
<[vhttps://www.geledes.org.br/geledes-e-a-comunicacao-memoria-institucional](https://www.geledes.org.br/geledes-e-a-comunicacao-memoria-institucional)> Acesso em: fev. 2022.

GELEDÉS. **Geledés no Monitoramento e Incidência em Políticas Públicas**. Portal Geledés, [s.l.], 11 de fev. de 2009. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/geledes-no-monitoramento-de-politicas-publicas/>> Acesso em: fev 2022.

GELEDÉS. **O que é Geledés**. Portal Geledés, [s.l.], 10 de abr. de 2016. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/o-que-e-geledes/>> Acesso em: fev 2022.

GELEDÉS. **Programa de Direitos Humanos de Geledés** - Memória Institucional. Portal Geledés, [s.l.], 24 de mar. de 2012. Disponível em:
<https://www.geledes.org.br/programa-de-direitos-humanos-de-geledes-memoria-institucional/>
> Acesso em: fev. 2022.

GELEDÉS. **Programa de Saúde** - Memória Institucional de Geledés. Portal Geledés, [s.l.], 24 de mar. de 2009. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/programa-de-saude-memoria-institucional-de-geledes/>> Acesso em: fev 2022.

GELEDÉS. **Projeto Geração XXI** - Memória Institucional. Portal Geledés, [s.l.], 07 de abr. de 2009. Disponível em:
<<https://www.geledes.org.br/projeto-geracao-xxi-memoria-institucional/>> Acesso em: fev. 2022.

GERHADT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.) **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. 120 p. Disponível em:
<<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> Acesso em: jun 2021.

GONZÁLEZ, L.; RIOS, F.; LIMA, M. (org.) **Por um feminismo Afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZÁLEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, pp. 223-244, 1984. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%C3%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf> Acesso em: jan 2022.

GREGORI, M. F. **Cenas e queixas: mulheres e relações violentas e a prática feminista**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

HALL, S. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

HALLIDAY F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1999.

HARAWAY, D. **Simians, cyborgs, and women**. The reinvention of nature. New York: Routledge, 1991.

HARAWAY, D. **Um manifesto para os cyborgs: ciência, tecnologia e feminismo socialista na década de 80**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. P. 243-288.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Dossiê - Desigualdades e Interseccionalidades. Revista Mediações**. Londrina, v. 20, n.2, pp. 97-128. 2015.

HERZ, M. **O crescimento da área de Relações Internacionais no Brasil**. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, 2002.

HILL COLLINS, P. **Black Feminist Thought: knowledge, consciousness, and the politics of empowerment**. Nova Iorque: Routledge, 2000 [1990].

HILL COLLINS, P. **Black Sexual Politics, African Americans, Gender, and the New Racism**. Routledge: New York, 2005.

HOLLANDA, H. B. (org.). **Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolonias**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

HOOKS, b. **Ain't I a Woman? Black women and feminism**. Cambridge, MA: South End, 1981.

HOOKS, b. Intelectuais Negras. **Revista Estudos Feministas**, n.2, 1995, p. 464-478.

HOOKS, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução de Ana Luiza Libânio. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

HULKO, W. The time - and context – contingent nature of intersectionality and interlocking oppressions. **Affilia: Journal of Women and Social Work**. Vol. 24, 2009, p. 44-55.

JAQUETTE, J. S. **The Women's Movement in Latin America Feminism and the Transition to Democracy.** 1989.

JAQUETTE, J. S. Los movimientos de mujeres y las transformaciones democráticas en América Latina. *In*: LEON, M. (org.). **Mujeres y participación política.** Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994. Disponível em: <<https://www.corteidh.or.cr/tablas/a12061.pdf>> Acesso em: set 2021.

JESUS, J. G.; ALVES, H. **Feminismo Transgênero e movimento de transexuais.** Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2010.

KROLOKKE, C.; SORENSEN, . S. **Gender communication theories and analyses: From silence to performance.** Sage, 2006.

LAGARDE, M. **Conferencia de Marcela Lagarde sobre "la sororidad" en el Centro para la Igualdad 8 de Marzo de Fuenlabrada.** Concejalía de Fuenlabrada. Publicado em 21 abr. 2013. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8CKCCy6R2_g>. Acesso em: dez 2021.

LAGARDE, M. **De la igualdad formal a la diversidad. Una perspectiva étnica latino-americana.** Anales de la Cátedra Francisco Suárez, n. 37, 2003. Disponível em: <https://revistaseug.ugr.es/index.php/acfs/article/view/1086>. Acesso em: nov 2021.

LAGARDE, M. **El feminismo en mi vida.** Hitos, claves y topías. Gobierno del Distrito Federal. Instituto de las Mujeres del Distrito Federal: México, D.F., 2012. Disponível em: <<https://www.mujeresenred.net/IMG/pdf/ElFeminismoenmiVida.pdf>> Acesso em: dez 2021.

LANDER, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas.** Buenos Aires: Clacso, 2000.

LEON, M. Movimiento social de mujeres y paradojas de América Latina. *In*: LEON, M. (org.). **Mujeres y participación política.** Avances y desafíos en América Latina. Bogotá: Tercer Mundo, 1994.

LOBATO, D. C. S. **Contribuições de Sueli Carneiro para o pensamento decolonial, feminista e anti-racista latino-americano.** Orientadora: Lília Gonçalves Magalhães Tavolaro. 110 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas. Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília (UnB), Brasília, 2020. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/40706/1/2020_DanielledeCastroSilvaLobato.pdf> Acesso em: dez 2021.

LOOMBA, A. **Colonialism/Postcolonialism.** New York: Routledge, 2005.

LOPES, D. R.; SILVA, M. A. **Da educação não sexista à pedagogia feminista.** *In*: CASTRO, A.; MACHADO, R. C. (orgs.). Estudos feministas, mulheres e educação popular. Curitiba: CRV, 2016. p. 263-275.

LORDE, A. **Sister Outsider.** Trumansberg: The Crossing Press, 1984.

LUGONES, M. Colonialidad y Género. **Revista Tabula Rasa**, Bogotá, Colombia, n. 9. p. 73-101, jul./dez., 2008. Disponível em: <<https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>> Acesso em: jun 2021.

LUGONES, M. **Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color**. In: Revista Internacional de Filosofía política, (25), 2005, p. 61-76.

LUGONES, M. **Pilgrimages/Pelegrinajes: Theorizing Coalitions Against Multiple Oppressions**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2003.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Tradução de Juan Ricardo Aparicio e Mario Blaser. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 22, n.3, set./dez., 2014.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, S.; GROSFÓGUEL, R. (org.) **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos, Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar. 2007.

MATOS, M. Teorias de gênero e teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 2, maio/ago., p. 333-357. 2008.

MATOS, M. Movimento e teoria feminista: É possível reconstruir a teoria feminista partir do Sul global? **Revista de Sociologia e Política**, jun., n. 36, v. 18. 2010.

MATOS, M. O Campo Científico-critico-emancipatório das Diferenças como Experiência de Descolonização Acadêmica. In: Flavia Biroli; Luis Felipe Miguel. (orgs). **Teoria Política e Feminismo**. Belo Horizonte: Vinhedo, 2012, v. 01, p. 47-101.

McCALL, L. The complexity of intersectionality. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, v. 30, n. 3, 2005, p. 1771-1800.

McKLINCTOCK, A. **Imperial leather, Race, gender and sexuality in the colonial contest**. Nova Iorque: Routledge, 1995.

MELO, H. P.; PISCITELLI, A.; MALUF, S. W.; PUGA, V. L. (orgs.). **Olhares feministas**. Brasília: Ministério da Educação/Unesco, 2009.

MELONI, C. **Las fronteras del feminismo**. Teorías nómadas, mestizas y posmodernas. Madrid: Editorial Fundamentos, 2012.

MENEGON, C. **A Colonialidade e o Pensamento Feminista Latino-Americano: Desafios e Perspectivas dos Feminismos nas Nações “Periféricas”**. Orientador: Enio Waldir da Silva. 94 f. Dissertação de Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Direito. Curso de Mestrado em Direitos Humanos, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ), Ijuí, 2016.

MESSER-DAVIDOW, E. **Disciplining Feminism: From Social Activism to Academic Discourse**. Durham: Duke University Press, 2002.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** (RBCS) [online], v.32, n.94, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/nKwQNPrx5Zr3yrMjh7tCZVk/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: dez 2021.

MOHANTY, C. T. Under Western Eyes: Feminist Scholarship and Colonial Discourses. **Boundary 2**, vol. 12/13, Duke University Press, 1984, pp. 333–58, Disponível em: <<https://doi.org/10.2307/302821>> Acesso em: set 2021.

MOLYNEUX, M. **Movimientos de mujeres en América Latina**. Un estudio teórico comparado. Madrid: Universidad de Valencia, 2003.

MONTANARO MENA, A. M. **Hacia el Feminismo Decolonial en América Latina**. Investigación joven con perspectiva de género, v.1, ed. 1, p. 336-355, 2016. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/349502455_Investigacion_joven_con_perspectiva_de_genero> Acesso em: maio 2021.

MONTANARO MENA, A. M. Ao Feminismo Decolonial na América Latina. Tradução de Heloisa Wosniak. **Revista X**, v.16, n.1, pp. 239-258, 2021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/revistax/article/download/78261/43071>> Acesso em: set 2021.

MOREIRA, N. R. **A organização das feministas negras no Brasil**. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2011.

NANDY, A. **A imaginação emancipatória: desafios do século 21**. In: CASTRO, L. R. (org.). *A imaginação emancipatória*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2015.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. Amsterdã: Grupo Editorial Elsevier, 2005.

NOVELLINO, M. S. F. **As Organizações Não-Governamentais (ONGs) Feministas Brasileiras**. In: XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú, 2006. 21 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/sociedade-e-participacao-politica/as_organizacoes_nao_governa.pdf> Acesso em: jan 2022.

OLIVEIRA, M. E. R. G.; RODRIGUES, L. O. **Descolonizando o feminismo: desafios para a construção do feminismo latino-americano**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Anais de evento, Florianópolis: 2013, 8 p. Disponível em: <http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373345073_ARQUIVO_Artigo_FG_versaofinal.pdf> Acesso em: dez 2021.

PAREDES, J. **Una sociedad en estado y con estado despatriarcalizador**. Cochabamba: dez. 2011.

PAREDES, J. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental.** *In:* HOLLANDA, H. B. (org). *Pensamento Feminista Hoje: perspectivas decolonias.* Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.

PAIVA, I. C. **A Escola Feminista nas Relações Internacionais: Bases Teórico-Metodológicas.** Orientadora: Sonia Maria Ranincheski. 70 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

PEDRO, J. M. Narrativas do feminismo em países do Cone-Sul (1960-1989). *In:* WOLFF, C. S. (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010. p. 115-137.

PETIT, C. M. Elementos para una dialectica feminista de la Ilustración. *In:* AMORÓS, C. (org.). **Actas del Seminario Permanente Feminismo e Ilustración 1988-1992.** Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1993.

PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. **Virando as páginas revendo as mulheres - revistas feministas e relações homem-mulher (1945-1964).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PINTO, C. R. J. **As ONGs e a Política no Brasil: Presença de Novos Atores.** Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 49, nº 3, 2006, p. 651-613. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/MWRJSFXJPwXcBBPcF4wt4xt/?lang=pt&format=pdf>> Acesso em: set 2021.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Revista de Sociologia e Política.** Universidade Federal do Paraná, v. 18, n. 36, p. 15-23. 2010. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2016/10/03.pdf>> Acesso em: set 2021.

PINTO, C. R. J. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. *In:* COSTA, A. O. (org). **Uma questão de gênero.** São Paulo: Rosa dos Tempos/FCC. p.127-150, 1992.

PISCITELLI, A. Interseccionalidade, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez, 2008, p. 263-274.

PORTOLÉS, A. O. **Feminismo postcolonial: la crítica al eurocentrismo del feminismo occidental.** *In:* Cuaderno de Trabajo n. 6, Instituto de Investigaciones Feministas de la UCM. 2004. Disponível em: <https://www.academia.edu/438330/Feminismo_Postcolonial_La_Cr%C3%ADtica_Al_Eurocentrismo_Del_Feminismo_Occidental> Acesso em: set 2021.

PRIMEIRAS ONGS do Movimento Feminista e de Mulheres - 1980. CFEMEA Organização. **Centro de Estudos Feministas e Assessoria (CFEMEA)**, [s.d.]. Disponível em: <https://www.cfemea.org.br/plataforma25anos/_anos/1980.php?iframe=1_a_ong_feminista> Acesso em: jan 2022.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In:* LANDER, E. (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas**

latino-americanas. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2005. p. 117-142. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf>
Acesso em: maio 2021.

RESTREPO, E.; ROJAS, A. **Inflexión decolonial: fuentes, conceptos y cuestionamientos.** Colombia: Editorial Universidad del Cauca, 2010.

RIVERA, C. S. **Ch'ixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2010. 88 p.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes.** 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado e violência.** São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAMARA, E. de M.; MATOS, M. I. Manos femeninas: trabajo y resistència de las mujeres brasileñas (1890-1920). *In:* DUBY, G.; PERROT, M. **História de las Mujeres.** v. 10. Espanha: Taurus, 1993.

SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.) **Epistemologias do Sul.** São Paulo; Editora Cortez. 2010. 637 p.

SANTOS, B. S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia dos saberes. *In:* SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. **Epistemologias do Sul.** São Paulo: Cortez, 2010, p. 31-83.

SANTOS, G. **Novos atores sociais nas políticas culturais: reflexões sobre a participação social nas políticas para culturas populares.** *In:* SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2., 2011, Rio de Janeiro. Anais [...]. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2011.

SANTOS, M. F. V. **O Feminismo Terceiro Mundista: O Feminismo Decolonial das Mulheres de cor da América Latina.** *In:* Encontro de Relações Internacionais do Rio de Janeiro (ERIRio), 2020, Rio de Janeiro. Anais de evento, Rio de Janeiro: 2020, 9 p. Disponível em:
<<https://integri.com.br/trabalhos-apresentados/eririo-2020/o-feminismo-terceiro-mundista-o-feminismo-decolonial-das-mulheres-de-cor-da-america-latina/>> Acesso em: set 2021.

SAID, E. **Orientalismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 12, n. 2, 2004, p. 35-50. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ref/a/QVNKzsbHFngG9MbWCFPPCv/?format=pdf&lang=pt>>
Acesso em: set 2021.

SARTORE, A. R.; SANTOS, A. R.; SILVA, C. F.. Tecendo Fios Entre o Feminismo Latino-Americano Descolonial e os Estudos Pós-Coloniais Latino Americanos. **Interritórios Revista de Educação**. Caruaru, Universidade Federal de Pernambuco. v.1, n.1, 2015.

SCHERER-WARREN, I. **Organizações Não Governamentais na América latina: seu papel na construção civil**. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol. 8, nº 3, 1994, p. 6-14.

SCHILD, V. Feminismo e Neoliberalismo na América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, jun. 2017. Disponível em: <https://static.nuso.org/media/articles/downloads/6.TC_Schild_EP267.pdf> Acesso em: nov 2021.

SCHNEIR, M. **Feminism in Our Time: The Essential Writings, World War II to te Present**. Nova York, Vintage Books, 1994.

SCHNEIR, M. **Feminism: The essential historical writings**. Nova York: Vintage Books, 1994.

SEGATO, R. L. **La guerra contra las mujeres**. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018.

SEGATO, R. L. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos Centro de Estudos Sociais** [Online], Universidade de Coimbra, 18 ed., 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/eces/1533>> Acesso em: dez 2021.

SEGRAN, E. **If We Want Feminism to Have a Real Impact, Then Let's Stop Teaching So Much Theory**. New Republic, 7 ago. 2014. Disponível em: <<https://newrepublic.com/article/118996/womens-studies-departments-are-failing-feminism>> Acesso em: set 2021.

SEMPREVIVA Organização Feminista. **Estatuto Social da SempreViva Organização Feminista - SOF**. São Paulo, 14 maio 2020. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Estatuto-da-SOF.pdf>> Acesso em: fev 2022.

SEMPREVIVA Organização Feminista. **Quem Somos?** [s.d.]. Disponível em: <<https://www.sof.org.br/a-sof/#quemsomos>> Acesso em: fev 2022.

SHOAT, E. **Notes on the "Post-colonial"**. Social Text, New Haven, EUA, v. 3, n. 31/32, p. 99-113, 1992.

SILVA, M. A. Pensamento decolonial feminista do Sul: uma experiência de educação popular a partir de narrativas de mulheres camponesas. **Eccos - Revista Científica**, São Paulo, n. 54, p. 1-17, jul./set. 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.5585/eccos.n54.17322>> Acesso em: jan 2022.

SJOBERG, L.; VIA, S. **Gender, War and Militarism: Feminist Perspectives**. Santa Barbara: Praegar Security International, 2010.

SOS Corpo. **Quem somos?** SOS Corpo - Instituto Feminista para a Democracia. Recife, Pernambuco, [s.d]. Disponível em: <https://soscorpo.org/?page_id=12> Acesso em: fev 2022.

TICKNER, J. A. **Gender in International Relations: Feminist Perspectives on Achieving Global Security.** New York: Columbia University Press, 1992. 180 p.

TICKNER, J. A.; CEPEDA, C.; BERNAL, J. L. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, SP, v. 2, n. 1, p. 6-47, jan./abr, 2013.

TOLEDO, A. (org.) **Perspectivas pós-coloniais e decoloniais em relações internacionais.** Salvador: EDUFBA, 2021. 288 p.

TRUTH, S. **E não sou uma mulher?** Tradução de Osmundo Pinho. Austin: Portal Geledés. 08 de jan. de 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/>> Acesso em: jan 2022.

VALDÈS, T. **De lo social a lo político.** La acción de las mujeres latino-americanas. Santiago: Lom Ed., 2000.

WALSH, C. **Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época.** Universidad Andina Simón Bolívar, Ediciones Abya-Yala, Quito, 2009. Disponível em <<http://www.flacsoandes.edu.ec/interculturalidad/wp-content/uploads/2012/01/Interculturalidad-estado-y-sociedad.pdf>> Acesso em: dez 2021.

WOLFF, C. S. *et al.* (org.). **Gênero, feminismos e ditaduras no Cone Sul.** Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.